



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**CENTRO REGIONAL DE VISEU**

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

**ARQUITECTURA MULTICULTURAL**  
**HABITAÇÃO & EQUIPAMENTOS**  
VISEU, CIDADE INCLUSIVA

Projecto Final apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a  
obtenção do grau de mestre em Arquitectura

Por

Jonathan Martins Ferreira

Outubro de 2017





**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**CENTRO REGIONAL DE VISEU**

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

**ARQUITECTURA MULTICULTURAL**  
**HABITAÇÃO & EQUIPAMENTOS**  
VISEU, CIDADE INCLUSIVA

Projecto Final apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a  
obtenção do grau de mestre em Arquitectura

Por

Jonathan Martins Ferreira

Outubro de 2017



# AGRADECIMENTOS

Um voto de gratidão aos arquitectos António Carvalho e Gonçalo Byrne pela orientação e conhecimento providenciado ao longo de todo este processo bem como o constante apelo ao espírito crítico.

Ainda por parte do corpo docente, agradeço ao arquitecto Carvalho Araújo por me ter introduzido à arquitectura num prisma no mínimo irreverente, à arquitecta Marta Aguiar pela ética de trabalho inculcada, ao arquitecto Miguel dos Santos por cimentar a valência construtiva na arquitectura, indissociável uma da outra.

Arquitecto Pedro Vieira, uma vénia. Sob sua égide, comecei realmente a emancipar-me enquanto que aspirante arquitecto.

Aos meus amigos, Bernardo, Édi, Joel, Jorge e Miguel, que a gente nunca se perca!

André e Liliana, cá fora só queria uma oportunidade. Obrigado por acreditarem em mim desde o primeiro dia e segurarem-me nesta nova etapa. A vocês dirijo a minha eterna gratidão.

Ana, do nada, para algo, até tudo. Obrigado por me reergueres.

Bobô, gostava que visses isto. Levo-te comigo sempre.

Aos meus pais, as palavras escasseiam. Nunca estarei em medida de agradecer por tudo. Tudo o que sou e serei a vocês devo. Longe, mas perto.



## RESUMO

O presente projecto é resultado da unidade curricular de Projecto Integrado de Renovação e é subsequente às unidades curriculares de Projecto Integrado Urbano e Projecto Integrado de Paisagem, consistindo num centro comunitário provido dum núcleo habitacional e situa-se na periferia do centro histórico da cidade de Viseu. O público alvo é transcendente a limites geracionais ou étnicos, procurando promover a interacção de diversas culturas e faixas etárias por intermédio de espaços flexíveis, capazes de contemplar as necessidades inerentes a cada grupo social.

No momento da análise efectuada no decorrer do primeiro semestre, constatou-se que a área de intervenção consistia num terreno expectante e descaracterizado, situado no limiar do tecido urbano consolidado. A estratégia de intervenção consistiu em seleccionar elementos de referência pré-existent na paisagem, a partir dos quais se iria desenvolver a malha proposta.

Imediatamente levantaram-se questões quanto à configuração espacial da tipologia habitacional que, para além de atender a necessidades e padrões de vivências diversificados, deverá atender aos princípios de acessibilidade conjugados com o entrave da topografia. Por forma a distanciarmo-nos da sectorização de um determinado grupo social, pretendeu-se conceber um modelo habitacional modular, provido de vários estudos tipológicos por forma a contemplar necessidades transcendentais a vários grupos geracionais e sociais.

O resto do conjunto, referente ao centro comunitário, deverá oferecer um conteúdo cultural cuja configuração espacial seja flexível, propensa a fenómenos de apropriação e prática cultural diversificada. Também deverá assegurar-se que, ao invés de criar tensões e rivalidades programáticas, o centro comunitário complemente outras infraestruturas culturais disseminadas na cidade de Viseu.

Torna-se importante desenvolver este tipo de projecto, na medida em que a conciliação de um programa habitacional com um equipamento público é frutuosa em termos urbanos, gerando novas dinâmicas. A abolição de uma rigidez formal e programática é potenciadora de uma utilização mais diversificada do espaço.

O objectivo pretendido consiste, num primeiro momento, em conceber uma malha que enalteça as potencialidades características da área de intervenção, nomeadamente de natureza topográfica, histórica, cénica, bem como os demais elementos naturais presentes na paisagem cultural local.

No processo, pretendeu-se tratar o limiar da malha consolidada por forma a estabelecer relações de continuidade, nos parâmetros planimétricos, com o tecido urbano proposto. Trata-se de vincular polos de atracção que se encontram alienados e conferir um carácter urbano próprio a lugares descaracterizados.

Estas intenções foram desenvolvidas paralelamente aos princípios da cidade inclusiva, com vista a um desenho urbano flexível na sua apropriação por parte de vários actores urbanos e padrões de vivências. Um espaço para todos. A cidade, como organismo complexo, sobrepõe-se aos princípios da sua concepção isto é, gera forças por vezes inesperadas dadas as inúmeras correlações que lhe são intrínsecas. Um dos objectivos do presente trabalho é introduzir um modelo habitacional que, respondendo às carências de habitação, evite em termos urbanos os habituais fenómenos de segregação social.

A conjugação do sector habitacional com um equipamento público permite a criação de novas dinâmicas que estimulam os fluxos urbanos dos residentes com a restante cidade. No presente caso, vincular o núcleo habitacional a um centro comunitário/cultural promove a integração e interacção de vários indivíduos oriundos de grupos étnicos distintos com vista à inter-ajuda e tolerância social.

Palavras-chave: Comunitário, Habitação, Justiça espacial, Viseu, Multicultural

# ABSTRACT

This project was developed inside the design studio of Integrated Renovation Design, following the design studios of Integrated Urban Design and Integrated Landscape Design, consisting of a Community Center and Housing, in the outskirts of the historical center of the city of Viseu. The target market transcends generational or ethnic boundaries, seeking to promote the interaction of diverse cultures and age groups by means of flexible spaces, capable of fulfilling the needs inherent to each social group.

During the analysis, which took place through the first semester, we realized that the area was not provided with any kind of permanent purpose, some sort of urban void. With that in mind, the defined strategy was all about picking local references, present in the local landscape, from which we could evolve a solution.

We started to raise some doubts and questions about the shape and configuration of the housing sector in a way that they could please the most diverse living patterns, weathering adversities such as accessibility and topography. Given that, the housing environment will not attend the needs of one specific social group, but will offer a multiplicity of typologies.

The rest of the building describes itself as a community center and offers a diverse cultural content and can be easily appropriated by its occupants. Along with that, the main purpose of the building will correlate with other similar associations located throughout the city, promoting partnerships.

That kind of hybrid architecture means a great deal to creating new urban and social dynamics, obtained through mixing housing facilities with public facilities. By forcing down the boundaries raised by one sided programs, we can allow a more diverse use of space.

The main goal is to, for instances, to conceive a plan that will enhance the already existing elements in the landscape.

To do so, we'll need to treat the borders of the consolidated city in order to establish a dialog between this element and the conceived project. It's all about making areas of the city with great potencial come together who've been, until now, estranged from one another.

All of these intentions will evolve, alongside the principles of the inclusive city, with the objective of conceiving a flexible space which can be easily appropriated and occupied for a diverse use. A space for all. The city, as a complex organism, opposes itself over the principles of it's mere conception. It's creates force fields in a unexpected way due to the multiplicity of correlations that occur in it's core. One of the main purposes of the project is to treat the housing space in a way that we can solve it's fragilities in it's urban and social condition.

Assembling the housing facility with the community center will allow us to create new dynamics which will stimulate the urban fluxes. In the present case, it will promote and make easier the process of integration of new individuals to a new community through social tolerance.

Keywords: Communitary, Housing, Spatial Justice, Viseu, Multicultural

## Resumé

Le présent projet est coordonné aux unités curriculaires de Projet urbain et Projet Intégré dans le Paysage et consiste en un centre communautaire muni d'une parcelle d'habitation et qui se situe dans la marge périphérique de la ville de Viseu. Le public visé dépasse les limites imposées par d'éventuelles classifications raciales ou ethniques, dont l'objectif est de promouvoir les interactions entre diverses cultures et individus de tous genres et âges par intermédiaire d'espaces flexibles et adaptables aux nécessités de quelconque.

Pendant le procès d'analyse, durant le premier semestre, nous nous sommes aperçus que le local d'intervention consistait en un terrain vague, dépourvu de quelconque traits caractéristiques situé dans le limite du tissu urbain consolidé. La stratégie consistait à définir des éléments de référence présent dans le local d'intervention à partir desquelles nous pourrions lancer les premières lignes du projet.

Évidemment, nous irons nous posés certaines questions en ce qui concerne la configuration de l'espace de la topologie d'habitation qui, non seulement devra garantir les nécessités de divers modes de vie, comme il devra aussi supplanter les normes d'accessibilité unies aux conditions adverses de la topographie. De façon à ne pas nous focalisés en un unique groupe social et ses adjacentes nécessités, le modèle modulaire de l'habitation sera objet de divers études à fin de pouvoir proposer diverses typologies et, conséquemment, divers modes de vie.

Le reste de la composition est composé d'un centre communautaire et devra offrir un contenu culturel par intermédiaire d'un espace flexible et de facile appropriation. Nous devons aussi nous assurer que, aux lieux de crier des situations conflictuelles, en ce qui concerne les paramètres du programme de l'édifice, le centre communautaire pourra opérer parallèlement avec d'autres institutions présentent dans la ville.

Ce genre de projet est hautement bénéfique, dans les paramètres urbanistes, à travers la conciliation d'un programme d'habitation avec un programme d'équipement public. Cela permet de créer de nouvelles dynamiques et permettre, ainsi, une utilisation plus diversifiée de l'espace.

L'objectif prétendu consistait, dans un premier moment, à établir un plan capable de mettre en valeur les attributs présent dans le contexte d'intervention. Durant le procès, nous prétendons articuler les éléments proposés avec les limites du contexte urbain qui les entourent. Cette opération consiste à connecter des points d'attractions qui existent mais qui, cependant, se trouvent séparés.

Ces intentions se conduisent parallèlement aux principes de cité inclusive par intermédiaires d'un dessin urbain flexible dans son appropriation de la part de divers intervenants sociaux. La cité, comme organisme complexe, dépasse les principes de sa conception et provoque des champs de force ou des attractions, parfois de façon inattendue, due à la volatilité des interactions qui, elle, ont lieu. Un des objectifs de projet consiste à concevoir le modèle d'habitation de façon à résoudre ses fragilités qui, souvent, se traduisent à travers des phénomènes de ségrégation sociale.

La conjugaison du secteur d'habitation avec un équipement public, comme un centre communautaire, permet de créer de nouvelles dynamiques qui stimulent les flux urbains. Dans le présent cas, établir une relation entre le centre communautaire et le noyau d'habitation, non seulement permet, mais est aussi propice à l'établissement de processus d'intégration et d'interaction entre des individus provenant de divers points géographiques comme démonstration de tolérance sociale.

Mots-Clés: Communautaire, Habitation, Justice spatiale, Viseu, Multiculturel



# ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	1
OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO	5
<b>TEMAS</b>	<b>8</b>
CIDADE FRAGMENTADA	9
O PARADIGMA DA INCLUSÃO	10
A CULTURA COMO ACTOR SOCIAL NA INTEGRAÇÃO	11
JUSTIÇA ESPACIAL	13
ARQUITECTURA COMUNITÁRIA	15
<b>ANÁLISE</b>	<b>20</b>
EVOLUÇÃO URBANA NO CONTEXTO HISTÓRICO	21
TERRAIN VAGUE	26
FRAGMENTAÇÃO URBANA   CASO DE VISEU	27
EIXOS VISUAIS E AMPLITUDES CÉNICAS	31

CONDICIONANTES	33
TOPOGRAFIA	33
FUNÇÕES LOCAIS	35
PAISAGEM ARBORIZADA	36
<b>SOLUÇÃO URBANA</b>	<b>38</b>
CONCEITO	39
GRÁFICOS EM MOVIMENTO	52
CENTRO COMUNITÁRIO	54
CENTRO COMUNITÁRIO HOUSING	66
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>72</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO</b>	<b>77</b>



# LISTA DE FIGURAS

Fig. 1   Planta Geral da cidade romana	22
Fig. 2   Planta Geral da cidade actual	22
Fig. 3   Planta dos limites da muralha no século V	23
Fig. 4   Planta de orografia	28
Fig. 5   Planta geral de área de intervenção	29
Fig. 6   Registo fotográfico do sector Norte	30
Fig. 7   Registo fotográfico do sector Sul	30
Fig. 8   Planta de eixos visuais	31
Fig. 9   Planta de condicionantes	33
Fig. 10   Esquema temporal	34
Fig. 11   Planta e diagrama das funções locais	35
Fig. 12   Planta dos elementos arbóreos	36
Fig. 13   Tabela e diagrama das espécies arbóreas	37
Fig. 14   Planta de elementos notáveis	39
Fig. 15   Planta de estratégia de intervenção	39

Fig. 16   Axonometria sector norte	41
Fig. 17   Planta da implantação proposta sector norte (parte I)	42
Fig. 18   Piscinas municipais da Povoação dos Barbosa & Guimarães	43
Fig. 19   Render da alameda	44
Fig. 20   Corte axonométrico das caldeiras	45
Fig. 21   Planta da implantação proposta sector norte (parte II)	46
Fig. 22   Corte C2 transversal à alameda	48
Fig. 23   Planta da implantação proposta para o sector norte e sul (completa)	49
Fig. 24   Corte C4 da implantação proposta no sector norte (parte II)	50
Fig. 25   Corte longitudinal da proposta	51
Fig. 26   1o Kestnermappe de El Lissitzky (1923)	52
Fig. 27   Diagrama conceptual da implantação proposta	53
Fig. 28   Axonometria centro comunitário piso terreo	55
Fig. 29   Planta do piso térreo e corte C1	56
Fig. 30   Render do patio	57
Fig. 31   Render área de recepção	58

Fig. 32   Axonometria centro comunitário piso 1	59
Fig. 33   Centro de Artes Contemporâneas do arquitecto João Mendes Ribeiro	60
Fig. 34   Axonometria esquemática da sala polivalente	61
Fig. 35   Planta piso térreo do convento de La Tourette por Le Corbusier	62
Fig. 36   Convento La Tourette de Le Corbusier	62
Fig. 37   Corte C2 ilustrando variações de pé-direito.	63
Fig. 38   Planta piso 1 do centro comunitário	63
Fig. 39   Planta do piso 1 e 2 do centro comunitário.	64
Fig. 40   Axonometria esquemática no núcleo habitacional	67
Fig. 41   Alçado poente	68
Fig. 42   1Alçado nascente	68
Fig. 43   Planta tipologia habitacional piso térreo	69
Fig. 44   Planta tipologia habitacional piso 1	70
Fig. 45   Planta tipologia habitacional piso 2	71
Fig. 46   Render centro comunitário vista exterior alçado Norte	73



## OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A pertinência do presente tema reside no paradigma da inclusão nas cidades e qual o papel desempenhado pelo arquitecto na pretensão de alcançar esse estado de equilíbrio. Evidentemente, tal torna-se exequível por intermédio de outros factores sócio-políticos, mas é da competência do arquitecto planear e gerar os espaços onde o homem interage com os restantes cidadãos.

Trata-se de um processo que ultrapassa o mero formalismo na medida em que, o arquitecto como criador de formas, irá concebê-las atento às circunstâncias que o envolvem, a ele e ao objecto arquitectónico. Projectar surge então como um acto estratégico em que a consciencialização do autor do projecto, assimila as dinâmicas que o envolvem onde, por intermédio de um processo de análise incisivo, alcança a forma que visa solucionar as premissas impostas para que seja benéfica para a sociedade e para as vivências que nela decorrem.

Sendo o projecto a manifestação de uma vontade inerente a um tempo, vivemos um momento de desajuste social pela inaptidão de algumas cidades em acolher indivíduos oriundos de diversos pontos geográficos de modo harmonioso. A arquitectura, como já referido, é conjugada a um contexto. Este último será detentor de valores, características e paradigmas que ditam os processos normativos nas vivências de cada membro integrante da sua respectiva comunidade. Se adoptarmos a analogia da língua-franca, onde a arquitectura pode actuar como tal, apercebemo-nos que a nossa língua nativa detém fortes influências nos nossos processos mentais e cognitivos. Este processo inconsciente de assimilação formata o nosso modo de pensar e subsequente perspectiva do mundo.

Um autêntico relativismo linguístico que define um universo mental. Culturas distintas adoptarão significados distintos. O que detiver carga simbólica num contexto poderá ser inválido noutra. Geram-se portanto mitos insolúveis e perspectivas discrepantes entre diferentes grupos étnicos.

O entrave desta situação reside, num momento inicial, na impossibilidade de comunicação entre línguas nativas distintas onde a carga simbólica e ideológica de uma é distante da outra, originando situações conflituosas. Na impossibilidade imediata de comunicação entre duas línguas nativas distintas, a língua-franca surge como um mecanismo que reúne símbolos intrínsecos a várias culturas possibilitando o intercâmbio de informação entre comunidades distintas.

Os conceitos de relativismo linguístico e língua-franca surgem associados à teoria de Sapir-Whorf adiantada na década de 30. Esta afirma que a cultura inerente a um indivíduo bem como a terminologia que ele emprega para comunicar irão pré-formatar um universo mental. Por outros termos, defende que o homem primeiro aprendeu a falar e, apenas posteriormente, a pensar. Algo a considerar na medida em que determinadas palavras irão deter uma carga simbólica importante em alguns idiomas em detrimento de outros. Admitindo a veracidade desta hipótese, tal evidência o carácter e a percepção do mundo única que cada cultura possui. Esta diversidade, nos parâmetros arquitectónicos e urbanísticos, deve ser enaltecida por forma a promover o carácter inclusivo do projecto.

O arquitecto surge então como ser “poliglota”. Não no sentido primário da palavra, mas como mediador das imagens e significados dos vários mitos intrínsecos a uma determinada sociedade. A arquitectura da cidade, como organismo vivo apto para a vida, deve fazer prova de eclectismo ao possibilitar a coexistência destes diversos processos de vivência, como também promover a interacção das demais culturas.

Pretender-se-à, nas seguintes linhas, dissertar sobre a dimensão multicultural da arquitectura, como suporte ao projecto desenvolvido, que visa ir para além dessa mesma linha de pensamento, na pretensão de criar espaços flexíveis e receptivos a diversos modos de vivência, propício ao desenvolvimento de uma cidade inclusiva onde, indiscriminadamente, todos se sintam envolvidos neste processo participativo.





# CIDADE FRAGMENTADA

A cidade, como organismo vivo, é cenário de inúmeras interacções no plano social. A devida condução deste processo é inerente, significativamente, ao espaço. Um tecido urbano coeso articula as demais operações que ocorrem nele, gerando ambientes sociais saudáveis. Aldo Rossi afere esta posição em *A Arquitectura da Cidade*<sup>1</sup>, ao entender a cidade como arquitectura, não somente pela sua imagem no mero sentido pictórico, mas abrangendo o princípio da colectividade, sustentada pelas vivências dos seus ocupantes.

A arquitectura é portanto indissociável dos processos sociais da civilização. A cidade é erigida sobre uma memória, sendo ela a manifestação de uma vontade inerente a um momento. O tempo dita inúmeras vontades e o seu progredir pressupõe uma constante mutação do espaço o que detém directas implicações sobre as interacções que nela ocorrem.

As atuais conjunturas económicas, políticas e sociais ditam um ritmo frenético nas nossas vivências cujo organismo urbano não aparenta absorver. Este fenómeno resulta numa dilatação descontrolada da cidade que se traduz em momentos urbanos alienados, espaços mal configurados, gentrificação e infraestruturas inaptas a contemplar as reais necessidades da sociedade.

Qualquer objecto, quando submetido a demasiada pressão, encontra-se vulnerável a quebrar nas suas partes mais frágeis. A cidade adopta propriedades mecânicas semelhantes na medida em que, ao danificar os vínculos sociais existentes, abolimos o sentido de colectividade, tornando-se a partir desse momento mais susceptível de ceder. Estas ocorrências contribuem para a fragmentação da cidade e, subsequente, exclusão social.

Este termo implícita a regressão da solidariedade comunitária, estagnação no progresso económico de indivíduos desfavorecidos e crescente risco de marginalização devido à fragilização das relações interpessoais e conseqüente inexistência de sentimento de pertença social.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, São Paulo, Martins Fontes, 2001

<sup>2</sup> COSTA, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998

A desintegração social acompanha frequentemente a fragmentação urbana, devendo a cidade, na sua esfera pública e íntima, conferir possibilidades de satisfação emocional, colectiva e individual aos seus ocupantes. Processo alcançável por intermédio do paradigma da inclusão.

## O PARADIGMA DA INCLUSÃO

O ser humano é, por inclinação natural, um ser social. Vive em comunidade com os seus semelhantes numa contínua procura de contemplar a sua satisfação emocional, no plano colectivo e individual. A singularidade de cada indivíduo, bem como a evidente divergência de posições que cada um possa adoptar, pressupõe que uma sociedade se deve reger por regras. Estes princípios normativos visam o estabelecimento de uma simbiose na coexistência entre cada membro integrante da sociedade, na medida em que refere Serge Paugam: “a integração assenta, em grande parte, sobre a actividade financeira, as relações sociais, a organização do tempo quotidiano, dos espaços e da identidade”.<sup>3</sup>

Os tempos actuais são propícios a incertezas no panorama social, político e económico o que, tratando-se de um cenário pouco apreciado, suscita medo. Este medo manifesta-se sob diversas formas: receio de perder o emprego, de estagnação da carreira profissional, da distribuição pouco equitativa dos recursos, das vagas de imigração, da não sustentação sã do ambiente familiar ou simplesmente do ritmo avassalador ao qual todas estas mudanças ocorrem.

Paradoxalmente, o ser humano, para além de um ser social, é também ele altamente territorial. Significa que, quando a sua estabilidade e controle das circunstâncias que o envolvem se encontram ameaçadas, virtualmente ou não pelos medos acima referidos, ele adoptará uma posição mais recolhida e discriminatória para com a entidade ou grupo social pelo qual ele se sente ameaçado.

---

<sup>3</sup> PAUGAM, Serge, *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF, 1991

Por forma a alcançar o paradigma da inclusão, torna-se necessário entender e aceitar a pluralidade de personalidades, bem como suas divergências, no seio de uma sociedade por forma a conferir-lhes condições que permitam uma fruição da vida comunitária e desenvolvimento das capacidades individuais de cada um. A inclusão social deve afirmar-se como um princípio a médio e longo prazo, isto é, um objectivo intergeracional, alcançável por intermédio de uma posição de tolerância e reconhecimento da diversidade, por forma a promover a inclusão social de cada indivíduo a fim de que este possa, posteriormente, desempenhar uma função participativa na comunidade.

Compete-nos consciencializarmo-nos dos nossos direitos, nomeadamente à educação e ceder equitativa de oportunidades por intermédio da participação social. Ao conferir aos cidadãos um papel mais interveniente na sociedade, evocamos um sentimento de pertença por parte dos indivíduos. Este envolvimento no processo, por parte da comunidade, irá potencializar tendências de entreatajuda e fortalecer laços de vizinhança, dissipando o risco de sentimento de exclusão social.

## A CULTURA COMO ACTOR SOCIAL NA INTEGRAÇÃO

Ao notarmos divergências, entre vários indivíduos, nos parâmetros sociais, comportamentais, éticos e religiosos, torna-se imperativo achar um elemento charneira que permita mediar as diferenças das várias culturas envolvidas e agregá-las num campo comum, abrangente a todos por forma a juntá-los num *engagement*.

As actividades lúdicas e de voluntariado revelam-se bastante eficazes como factor de inclusão social como as artes nas suas diversas formas, música, espectáculos ou até mesmo actividades físicas que apelam ao proveito do espaço público. As manifestações desta génese programática podem ser verificadas no Bairro Cerco do Porto que surge em consequência da iniciativa comunicaria URBAN.

A requalificação conduzida no princípio dos anos 90 assentava numa estratégia vocacionada em soluções de dignificação dos espaços públicos e criação de estruturas de apoio à animação, nomeadamente por intermédio do incremento de um programa lúdico e cultural no espaço central ao redor do qual se desenvolviam os blocos habitacionais.

Tal ocorre pelo fenómeno de aproximação que a cultura suscita no homem. No decorrer das referidas actividades, estas actuam como elemento polarizador de interesses comuns, albergando no mesmo espaço físico diversas pessoas com perfis distintos, ambiente propício para interações. A arquitectura, na sua configuração do espaço e teor programático, deverá permitir estas valências na apropriação do espaço por parte dos seus ocupantes remetendo para as palavras de Vittorio Gregotti; "Porque a arquitectura é simultaneamente autónoma e orientada para um fim, não pode negar os homens como eles são. Ainda assim, terá de fazer precisamente isso se quiser permanecer autónoma."<sup>4</sup>

A inclusão social encontra-se, portanto, sob égide de valores inerentes à aceitação e promoção da diversidade cultural, actuando como um mecanismo de partilha de conhecimentos. Assim, a própria imigração deve ser encarada como um processo propenso à partilha de diversas linguagens, perspectivas e ideias que se conjugam numa mesma esfera que, nos parâmetros urbanísticos, pode converter-se em espaços férteis no campo da criatividade e inovação.

Podemos concluir que, em termos urbanísticos, redes culturais assentes na promoção de actividades lúdicas são propensas à coesão social. Isto porque, ao submetermos indivíduos a um mesmo regime de princípios, valores e objectivos, sem reprimir as ideias intrínsecas à natureza de cada indivíduo, estabelecemos um campo de entendimento, algo altamente benéfico nos parâmetros da integração social. Tal operação irá deter repercussões positivas no bem-estar e satisfação emocional de cada indivíduo ao estimular o envolvimento do indivíduo na sociedade como já referido anteriormente por Paugan na medida em que o autor descreve que a integração assenta na segurança financeira e estabelecimento de laços sociais.

---

<sup>4</sup> GREGOTTI, Vittorio, *Architecture Means and ENDS*, Chicago, The University of Chicago Press, 2010

A cidade, considerada inclusiva, deverá contemplar determinadas premissas por forma a potenciar uma coesão social entre as suas comunidades. Sandell<sup>5</sup> descreve o factor de inclusividade na cidade como uma aproximação dinâmica ao bem-estar promovidas por diversos actores sociais e instituições como também o sublinha Gertler.<sup>6</sup> As suas redes deverão providenciar bem-estar e segurança aos seus ocupantes, podendo conferir oportunidades equitativas no acesso ao mercado de trabalho, reconhecimento, aceitação e promoção dos valores humanos e culturais de cada indivíduo, infraestruturas e programas educativos transcendentais a cada compartimentação da hierarquia social, facultação de apoios e serviços sociais, ambientes propícios ao tecer de laços de vizinhança assentes num princípio de entre-ajuda, espaços públicos inclusivos que atendem às necessidades específicas de qualquer indivíduo, oportunidades de alojamento dignas e demais operações que visam salvaguardar a posição e conforto de grupos sociais desfavorecidos.

## JUSTIÇA ESPACIAL

A configuração espacial da cidade é imperativa na contemplação das premissas anteriormente referidas. A aplicação destes conceitos no planeamento urbano resultará num espaço que poderemos considerar como imparcial e flexível. Estamos a falar de justiça espacial.

Este conceito promove uma conjuntura de termos já referidos anteriormente, como a inclusão, acessibilidade e participação social, traduzidos pela configuração espacial do ambiente urbano onde interagimos por forma a promover o bom exercício da cidadania.

---

<sup>5</sup> SANDELL, Richard, *Museums as agents of social inclusion*”, *Museum Management and Curatorship*, Vol. 17, N°4

<sup>6</sup> GERTLER, S. Meric, *Tacit knowledge and the economic geography of context or the undefinable tacitness of being*, Toronto, The University of Toronto, 2001

Não é recomendável que um espaço considerado justo obedeça, de forma intransigente, às necessidades de um grupo social concreto. Soja<sup>7</sup> refere-se à justiça espacial como uma noção de justiça sócio-política inserida numa determinada área geográfica. Afirma que tal se verifica por intermédio do grau de acessibilidade ao espaço conferido à comunidade e respectivo grau de participação. O autor afirma ainda que este processo é indissociável da realização de actividades sócio-económicas e da configuração flexível do espaço nos parâmetros de acessibilidade na medida em que cidadãos portadores de um determinado handicap não verão a sua fruição do espaço condicionada. Essencialmente, a noção de justiça espacial consiste na distribuição equitativa de oportunidades para todos os ocupantes de um determinado espaço. Nas palavras de Marcuse<sup>8</sup>, “A justiça (a cidade justa) é o objectivo último do planeamento, não um objectivo entre objectivos, e não apenas de vários planos, mas do planeamento em geral”.

A demais especificidade desta operação irá segregar o espaço, destinando-o somente a uma fracção da população, tornando o espaço impraticável para a restante. O campo de intervenção de um espaço justo deverá ser mais abrangente, na medida em que nele deverão coexistir vários ambientes inerentes às diversas culturas e margens geracionais que ocupam o espaço.

No entanto, ao considerarmos os processos de socialização que decorrerão das interacções no espaço, a individualidade de cada ocupante deverá ser reconhecida por forma a que este possa operar de forma autónoma, se assim o desejar. Convém lembrar que a inclusão assenta na satisfação emocional, não somente no plano colectivo, mas também individual.

---

<sup>7</sup> SOJA, Edward., *The City and Spacial Justice*, Justice Spacial | Social justice, Vol.1

<sup>8</sup> MARCUSE, Peter, *Spacial Justic: derivative but causal of social injustice*, Justice Spacial | Social Justice, Vol.1

# ARQUITECTURA COMUNITÁRIA

A fruição dos espaços deve decorrer de forma espontânea e intuitiva, podendo ainda ser complementados por equipamentos, ou outro tipo de infraestruturas, que polarize atracções como espaços expositivos, teatrais, restauração, educação, espectáculos ou qualquer outro tipo de actividade.

A arquitectura actua como um agente de correlação, articulando o espaço público e o equipamento que o complementa, com vista à contemplação dos princípios da participação social. No presente trabalho, o processo de investigação foi desenvolvido paralelamente com a concepção de um projecto que traduzisse o conceito de inclusão social, até agora discutido, e o emancipasse no tecido urbano proposto.

Imediatamente, surge a alusão a equipamento público cujo teor programático abastecesse e servisse o contexto urbano e social onde se insere, introduzindo uma nova dinâmica, num local que, actualmente, se descreve como um vazio urbano. Propõe-se por conseguinte a criação de um Centro Comunitário.

Os centros comunitários surgem como equipamentos cujo enfoque é vocacionado para a família e comunidade com vista à promoção da cidadania, actuando como um agente impulsor de participação e dissipação das ocorrências de exclusão social. As políticas de operação de estabelecimentos desta génese consistem na adopção de uma visão global na resolução de problemas sociais, actuando sempre em prol da comunidade para articular as suas actividades com outras instituições por intermédio de uma rede de parcerias. Trata-se de restituir a solidariedade social ao criar um sentimento de pertença no local onde se insere.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> BONFIM, Catarina; SARAIVA, Maria; CURTO, Maria; ABRANTES, Maria, FERREIRA, Sofia, *Centro Comunitário*, Lisboa, Direcção-Geral de Ação Social: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2000

Sem surpresas, este tipo de programa assenta nos valores inerentes à integração. Já entendemos que o centro comunitário pode operar à macro-escala, articulando-se com outros equipamentos e ofícios disseminados no território que o circunda. No entanto, este visa solucionar problemas intrínsecos ao contexto que o envolve.

Seguindo a linha de pensamento proposta pelo conceito de integração, apercebemo-nos que as questões e problemas sociais que se levantam, necessitam de uma abordagem integrada dos intervenientes da comunidade, e não de uma abordagem padronizada num plano de homogeneidade, no debater das questões e suas respectivas implicações. Isto porque existe uma pluralidade de factores inerentes à exclusão social. Como adianta Almeida<sup>10</sup>, "(...) a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de futuras de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, deslizastes e conformadas outras ainda". Esta estratégia não só promove a aproximação dos intervenientes, como também permitirá alcançar soluções mais incisivas e eficazes. Deste modo, as soluções apresentadas irão ter repercussões positivas no panorama global da comunidade, não se restringindo somente a um caso isolado com soluções parceladas.

Os problemas levantados, com vista à resolução dos mesmos, irão necessitar do estabelecimento de uma rede de serviços cujos constituintes desses órgãos poderão ser os próprios membros integrantes da respectiva comunidade. Esta estratégia irá gerar uma dinâmica na qual os intervenientes irão desempenhar funções que, para além de os destacar como membros integrados e funcionais da sociedade, irão melhorar as condições de bem-estar dos mesmos, enaltecendo o sentimento de pertença e afiliação a essa mesma comunidade.

Estas tarefas não se deverão restringir, somente, à resolução de problemas ou manutenção das infraestruturas. É recomendável a realização de actividades cuja organização se articule com outras entidades como a restante população, serviços públicos e outras instituições com vista à promoção do processo participativo e estabelecimento de parcerias.

---

<sup>10</sup>ALMEIDA, João Ferreira de, *Integração Social e exclusão social, algumas questões*, *Análise Social*, Vol. XXVIII, N° 123-4

O estabelecimento de parcerias irá, não só facultar apoios financeiros ao centro comunitário, como irá permitir que os serviços dos mesmos sejam desempenhados, em projectos conjuntos, para além dos limites do centro comunitário em outras áreas da cidade, com vista à coesão social.

De um modo simplista, um centro comunitário consiste num espaço que actue como um pólo gerador de novas atracções e dinâmicas que, por intermédio de parcerias, actividades e outras acções, irão sedimentar um ambiente sã entre as pessoas, famílias e grupos sociais envolvidos, salvaguardando o estatuto dos grupos mais vulneráveis por intermédio de iniciativas inovadoras que accionam o processo de mudança social com vista a uma maior flexibilidade e tolerância.

O conceito surge derivado da problemática da exclusão social, sendo notório que a solução é inerente a um envolvimento da população no processo de mudança. O seu campo de intervenção é ele também, apesar de flexível, confinado maioritariamente à micro-escala focando-se numa área urbana concreta, numa comunidade, numa freguesia ou num bairro. Esta especificidade cria uma relação de mútua pertença entre os interveniente, dado que eles actuam dentro do mesmo contexto e em prol dele com vista ao bem comum.

As actividades promovidas pelo centro comunitário são diversas, mas podem ser categorizadas em duas variantes predominantes. Estas descrevem-se como as actividades de natureza informativa e as actividades de animação sócio-cultural. É recomendável que o processamento dessas actividades não seja confinado aos limites do edifício. Ao germinar estas intervenções nas áreas circundantes, as actividades irão ter efeitos de aglutinação social, criando laços de proximidade.

As actividades de natureza informativa consistem em providenciar orientação e esclarecimentos aos membros constituintes da comunidade na qual o centro se insere. Deste modo, as pessoas irão adoptar uma perspectiva mais consciencializada e fidedigna da realidade e contexto envolvente tomando conhecimento da conjuntura económica, política bem como quais os seus direitos e deveres. Uma população mais informada e consciencializada irá potenciar uma posição mais receptiva e tolerante por parte da mesma como sugerido por Winden<sup>11</sup>, os processos de inclusão social encontram-se vinculados às dinâmicas de informação, conhecimento e inovação da nossa sociedade.

Por sua vez, as animações sócio-culturais são, à semelhança das actividades de informação, de natureza didáctica. Estas actividades podem traduzir-se de diversas formas como desportiva, teatral ou expositiva. O enfoque reside na prevenção de ocorrências de exclusão social ao sensibilizar, os seus intervenientes, dos princípios da inclusão. As mesmas actividades, tanto informativas como de animação socio-cultural, deverão ainda decorrer em horários considerados flexíveis por forma a que a fruição das mesmas seja possível a todos, considerando o percurso individual de cada membro e promovendo, assim, a interacção inter-geracional.

As actividades, para além de lúdicas, podem desenvolver-se segundo o princípio de voluntariado, tanto no apoio externo à comunidade como interno, albergando novos intervenientes. Subjacente a estas linhas, entende-se que o centro comunitário promove um leque de eventos e actividades em prol da integração social dos seus intervenientes.

Evidentemente, as iniciativas propostas, na sua génese, deverão ser resultado de um processo de investigação do contexto e realidade social no qual o edifício se insere. Tal implica um estudo que considere as variantes históricas, urbanas, sociais, demográficas, ambientais, culturais e económicas por forma a que as iniciativas propostas detenham real repercussão no seu meio e sejam realmente incisivas. Proceder-se-à, então, nas próximas linhas, a uma redacção da análise efectuada em trabalhos de grupo no âmbito das unidades curriculares de Projecto Integrado Urbano e de Projecto Integrado de Paisagem, no 1º semestre lectivo, que antecederam este projecto final desenvolvido em Projecto Integrado de Renovação.

---

<sup>11</sup> WINDEN, Willem Van, *The End of Social Exclusion? On information technology policy as a key to social inclusion in large European cities*, Regional Studies, Vol. 35, Issue Nº9





# EVOLUÇÃO URBANA NO CONTEXTO HISTÓRICO

Existem registos históricos que remetem os primórdios da cidade de Viseu para a Época do Ferro, que tem os seus primórdios na Europa Occidental em 1200 A.C. e estende-se até à época romana cuja período iniciou-se no séc. VI A.C. Registos históricos denunciam a existência de uma comunidade confinada aos limites que actualmente classificamos como centro histórico de Viseu. A estrutura urbana existente, em razão da sua época, não obedecia a qualquer princípio normativo e era desprovida de arruamentos. Apenas eram erigidos espaços habitacionais e outros ofícios funcionais.

Vaz e Sobral<sup>12</sup> descrevem esse povoado como “um aglomerado populacional proto-urbano, sem arruamentos, que aproveitava os afloramentos graníticos e a própria topografia do terreno para dispor os espaços domésticos em áreas funcionais”. Este povoado era ainda circundado por uma estrutura de defesa constituída por uma muralha e um fosso<sup>13</sup>. O culminar populacional dessa comunidade atingiu o seu apogeu entre os séculos IV e III a.c.

Segue-se a propagação do império Romano que, ao alcançar o território viseense, sujeitou-o a uma profunda reformulação da sua estrutura urbana. São então introduzidas as normas vinculadas ao urbanismo romano, caracterizado pelos seus dois eixos ortogonais, o *Cardo* e *Decumanus*. Esta reconfiguração da estrutura urbana concretizou-se entre o séc. I A.C. e I D.C. e viu a sua malha propagar-se para sul e oriente, originando alterações no traçado das anteriores linhas de defesa.

A cidade viu agora os seus limites serem expandidos, encontrando-se circunscritos à igreja de S. Miguel e à Rua das Bocas, no sentido oriente. Quanto à linha sul da muralha, esta desenvolvia-se junta à igreja do Carmo, progredindo pela entrada da Rua Direita até culminar no Largo da Misericórdia.

---

<sup>12</sup> VAZ, João L. Inês; CARVALHO, Pedro Sobral de, *A construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana*, Viseu, Viseu - Cidade de Afonso Henriques, 2009

<sup>13</sup> VAZ, João L. Inês; EUSÉBIO, Fátima; FERNANDES, Luís, *Guia para a reabilitação do centro histórico de Viseu*, AA. VV, CAP. 3 | Breve história urbana de Viseu, 2010

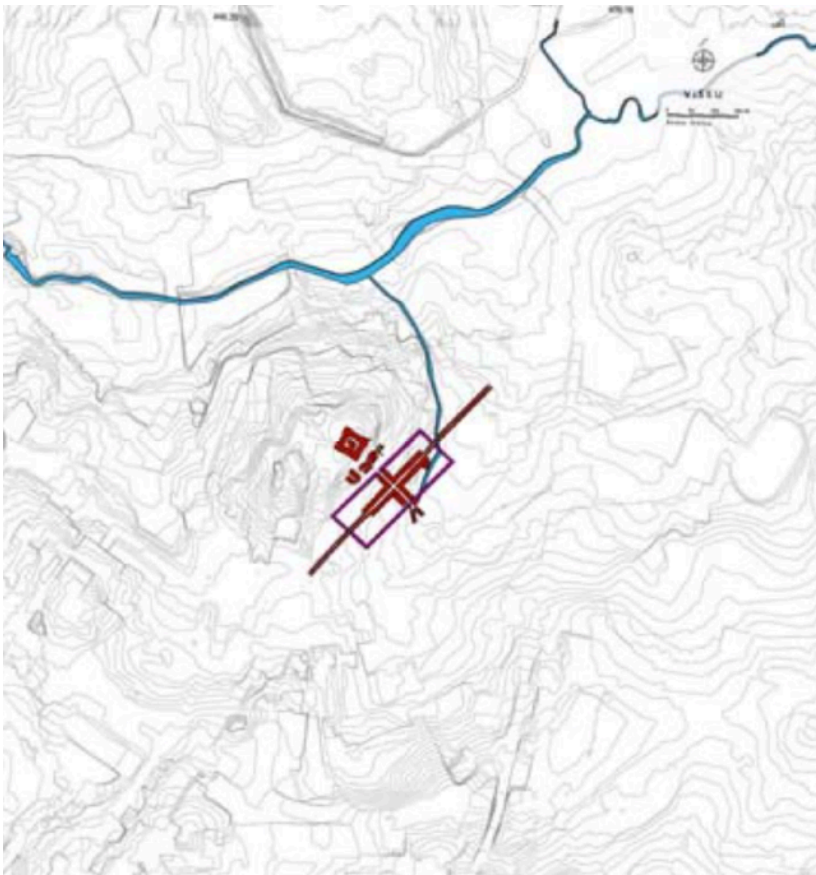


Fig.1 | Planta geral da cidade Romana segundo Amorim Girão. Destaque para a configuração do cardo e decumanus seguindo os princípios normativos do urbanismo romano.

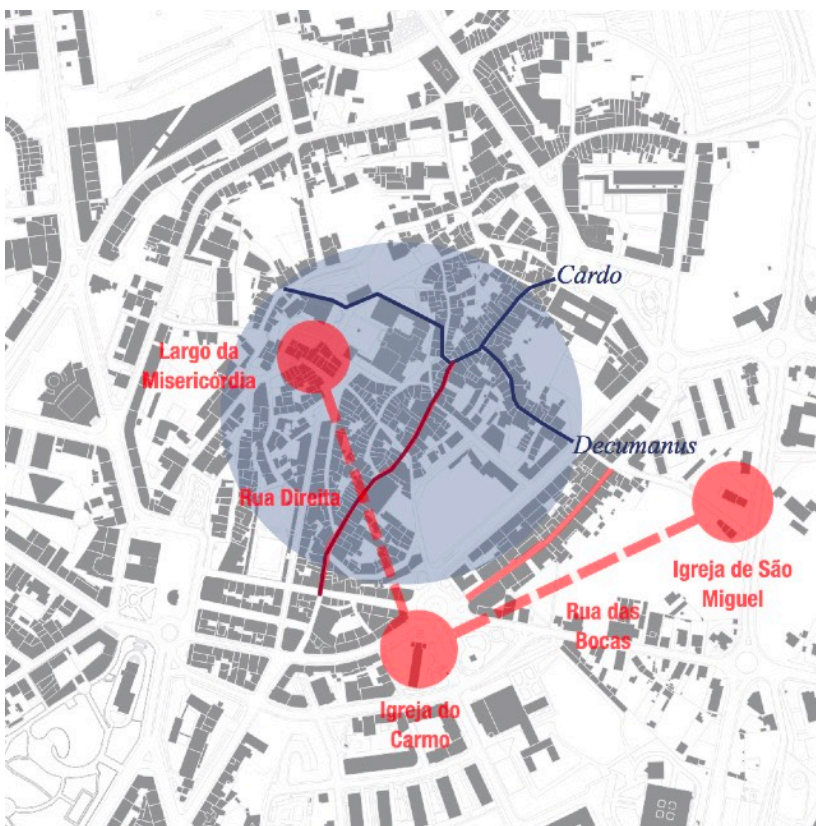


Fig.2 | Planta geral da cidade actual, editada pelo autor, com destaque para as implementações urbanísticas romanas que, após a reconfiguração dos limites decorrida entre o séc. I A.C. e I D.C., definiu novo traçado da muralha pelos pontos notáveis destacados na planta.



A nova configuração urbana obtida resulta na cidade medieval no séc. VIII, período durante o qual os árabes se estabeleceram dentro dos seus limites, ocupando, na área circundante a norte da cidade, fora das suas linhas defensivas, um acampamento octogonal, outrora ocupado por romanos. O novo tecido urbano, no interior das muralhas da cidade. Esta era constituída por ruas tortuosas, as quais eram vinculadas a actividades que nelas decorriam. Algo perpetuado pela actual toponímia da cidade.

Os constantes conflitos com as guerras fernandinas e as guerras com Castela, decorridas no século XIV, denunciaram as evidentes carências defensivas da cidade. Os sucessivos saques e incêndios em 1372, 1385 e 1396 coagiram D. João I a ordenar uma nova reconfiguração do tecido urbano e seus limites, operação somente finalizada sob égide do reinado de D. Afonso V. Os novos limites da cidade foram, parcialmente, cercados por uma muralha, rasgada por 7 portas, localizando-se elas no Soar, Cimo de Vila, na Santa Cristina, em São Miguel, na rua do Arco, no Postigo e em São Sebastião. De todas elas, apenas permanecem troços no Soar, no largo Pintor Gata, na rua do Arco, na rua dos Cavaleiros, bem como algumas reminiscências dos vestígios nas portas do Postigo e na Santa Cristina. Quanto às restantes, estas viram-se demolidas no século XIX.

O século XVI, teve profundas repercussões na definição do actual centro histórico, pelo acréscimo de novas construções. A acrópole viu-se conferida de uma nova centralidade, já delimitada pela Sé, cuja estrutura de ordem românico-gótica viu-se erigida nos séculos XIII e XIV, surgindo, em seu redor, novas edificações, nomeadamente a igreja da Misericórdia, bem como o Seminário de Nossa Senhora da Esperança. Surge ainda o claustro renascentista, nesse mesmo período de tempo, sob alçada do arquitecto italiano Francesco de Cremona.

Os arruamentos, provenientes do núcleo central da acrópole, desenvolvem-se até alcançarem os limites subsistentes da muralha, em redor dos quais se disseminam diversos edifícios habitacionais, organizando o tecido urbano numa estrutura formal semelhante à linguagem adoptada na Sé como testemunham o Portal da Casa do Miradouro e as colunas da Casa da Quelha do Chantre segundo afirma Dalila Rodrigues<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> RODRIGUES, Dalila, *Património arquitectónico de Viseu: uma réplica desconhecida do claustro renascentista da Sé*, Millenium, Viseu, Revista do ISPV, nº 22, 2001

O século XIX inicia reformas profundas que assentam no processo de desenvolvimento iniciado no centro histórico no século XVI, não no panorama da estrutura urbana mas sim na fisionomia das edificações que a constituem. A cidade alcança um plano de relevância no panorama económico, político, social e administrativo, algo que implica a necessidade de erigir novas infraestruturas mais dignas. Esta metamorfose urbana traduz-se pela abertura de arruamentos mais largos, (Rua Formosa e Rua Dr. Luís Ferreira que irão deter fortes repercussões na definição da nova centralizado da cidade) construções salubres e definição de novas centralidades, como a Praça do Mercado (actual Praça 2 de Maio) e Praça Luis de Camões (actual Praça D. Duarte) disseminadas na cidade.

Somente no final do século XIX, é que a cidade desloca o seu centro sócio-político para o Rossio de Massorim, actualmente denominado por Praça da República onde, ainda hoje, permanece incumbida das suas funções administrativas. Tal deve-se ao considerável crescimento urbano verificado fora das linhas da muralha (na época já em ruína), na medida em que o anterior centro urbano era localizado na actual Praça D. Duarte, ainda no centro histórico.

Constata-se que, desde os seus primórdios, a cidade adopta um crescimento radiocêntrico que assume o actual centro histórico como referencial de expansão. É notória a tendência de encerramento cíclico que a malha urbana exerce sobre si própria, ao circundar-se sobre sucessivas cinturas. Esta tendência ainda hoje subsiste, de forma clara, desta vez não por intermédio de uma muralha, mas sim por intermédio de uma cintura asfáltica.

## TERRAIN VAGUE

Uma das formas, segundo a qual, podemos descrever a situação urbana do contexto de intervenção consiste num termo adiantado por Solà-Morales<sup>16</sup>. Este introduz o conceito de *terrain vague* e define-o como um elemento desestabilizador na lógica organizacional do território pela sua lógica formal que o autor considera como artificial. Nas palavras do autor: “Son los lugares urbanos, que queremos denominar con la expresión francesa *terrain vague*, los que parecen convertidos en fascinantes puntos de atención, en los indicios más solventes para poder referirse a la ciudad, para indicar con las imágenes lo que las ciudades son, la experiencia que tenemos de ellas (...) Son lugares obsoletos en los sólo ciertos valores residuales parecen mantenerse a pesar de su completa desafección de la actividad de la ciudad”. Estes espaços são resultados de fenómenos de dilatação descontrolada do tecido urbano e emanam uma aura de ausência e abandono, como classifica ainda o autor: “Los espacios vacíos, abandonados (...) Son los lugares urbanos, que queremos denominar con la expresión francesa *terrais vague*”. Isto porque o território que o circunda foi prosseguindo o seu processo de desenvolvimento enquanto que o *terrain vague* permanece no seu estado de indefinição e esquecimento. Um autêntico paradoxo temporal que, evidentemente, irá induzir para situações de descontinuidade urbana.

Estes espaços expectantes, apesar de obsoletos, são providos de potencial pela sua disponibilidade para serem intervencionados e alcançarem um estatuto de usufruto público (existindo a eventualidade de igual usufruto privado) por forma a situar-se na mesma margem temporal do tecido urbano que o circunda. Estes espaços surgem como oportunidades que possibilitam torná-los em elementos impulsionadores da mudança com vista alcançar os princípios já referidos da cidade inclusiva, que nos interessam para este projecto.

Este crescimento frenético e descontrolado da malha urbana produz estas falhas na configuração planimétrica da cidade produzindo “falhas” desarticuladas com o território circundante, originando paisagens descontextualizadas, monótonas e fragmentadas. Estes espaços vazios, desprovidos de qualquer função permanente irão indiciar fenómenos de tensão territorial que se poderão arrastar no panorama social.

---

<sup>16</sup> MORALES, Sola, *Terrain Vague*, em *Territórios*, Editorial Gustavo Gili, 1985

Contudo, o vazio não deve obrigatoriamente ser “urbanizado” isto é, subjugar-se às normas organizacionais que o circundam. Numa perspectiva ecologista, os espaços intocados pelo artificialismo do homem devem permanecer inalterados e operar como refúgio, o que não se verifica na área de intervenção apesar do carácter de apropriação efémero da mesma. Uma perspectiva demasiado fundamentalista na minha óptica, pois essas valências podem ser mediadas e integradas na planimetria proposta, pela flexibilidade e liberdade que o espaço pode apresentar. Algo que se justifica no presente caso, na medida em que a área de intervenção se localiza na margem periférica do centro histórico. Como tal, é recomendável a adopção de uma abordagem cuja estrutura organizativa não seja intransigente por forma a que o plano proposto possa mediar essa transição de realidades espaciais distintas.

## FRAGMENTAÇÃO URBANA | CASO DE VISEU

A área de intervenção subdivide-se em duas áreas situadas na margem do tecido urbano consolidado. Ambas podem descrever-se como vazios urbanos, espaços descaracterizados e desprovidos de qualquer tipo de função permanente. Referimos anteriormente, no contexto histórico urbano da cidade de Viseu, que esta última adoptou, ao longo dos tempos, um crescimento radio-cêntrico em redor do seu núcleo histórico. No presente momento, este crescimento viu-se abruptamente interrompido, nos parâmetros escalares, por intermédio de uma cintura asfáltica, a Circunvalação

O centro histórico, resultante da configuração do séc. XVI e delimitado pelas poucas subsistentes e já em ruínas linhas de defesa, surge à cota altimétrica mais alta da cidade. No entanto outro momento de desenvolvimento urbano ocorre na outra margem do rio Pavia estimulado pela Cava do Viriato que surge no séc. VIII. Este conjunto urbano veio progredindo, no seu crescimento, em direcção a Sul, disseminando-se na margem oposta do rio e aproximando-se do centro histórico e ponto de desenvolvimento inicial da cidade. O crescimento radiocêntrico, proveniente do centro histórico, acompanha a mesma tendência aproximando-se das margens do rio. Isto é, progride até à cota mais baixa por forma a que o tecido de ambas as margens se articule.

O tecido urbano de ambas as margens vai então progredindo até se encontrarem. O local onde ambos os polos de crescimento se entrelaçam ocorre no vale da margem sul do rio. Este processo de crescimento ainda não foi totalmente concluído sendo que, nesse preciso local, se dá um vazio urbano ainda por resolver. Para tornar a situação ainda mais delicada, qualquer tipo de intervenção neste terreno expectante encontra-se condicionado pela Circunvalação, que o encerra e dificulta qualquer tipo de articulação ou continuidade da proposta para além dos seus limites.



Fig.4 Planta de orografia realizada pelo autor, em âmbito académico, no estudo da área de intervenção. (Fonte própria)

Como já referido, a área de intervenção subdivide-se em dois sectores, ambos vazios urbanos mas apresentando contextos urbanos distintos. O sector Norte tem como ocupação a feira semanal que ocorre uma vez por semana, à Terça-feira, estendendo-se pelo período de uma manhã. Nos restantes dias, trata-se somente de um terreiro que auxilia o estacionamento improvisado de viaturas, de modo desordenado e imediato. A condição efémera e instável do local impede qualquer tipo de fruição do espaço nos parâmetros urbanos. Este encontra-se delimitado por um talude artificial originado pela Circunvalação a nascente, pelas margens do rio Pavia e por um estabelecimento de ensino a norte, por um pomar adjacente a um conjunto de habitações unifamiliares a poente e por troços de acesso que catalisam o fluxo de trânsito proveniente da Circunvalação, a sul.

O sector Sul consiste num terreno que dispõe de uma topografia acidentada e mais íngreme e apresenta, na totalidade da sua extensão, uma vegetação de tratamento não monitorizado o que traduz o seu estado de abandono. O terreno apresenta ainda alguns elementos notáveis, nomeadamente uma eira, inerente à paisagem cultural, que pode actuar como elemento de referência na concepção da solução, assim como um solar desabitado mas com estatuto de edifício classificado. Encontra-se ainda delimitado em seu redor por arruamentos que medeiam o trânsito automóvel proveniente da Circunvalação, e outras áreas da cidade, bem como por um arruamento composto por habitações unifamiliares e multifamiliares.

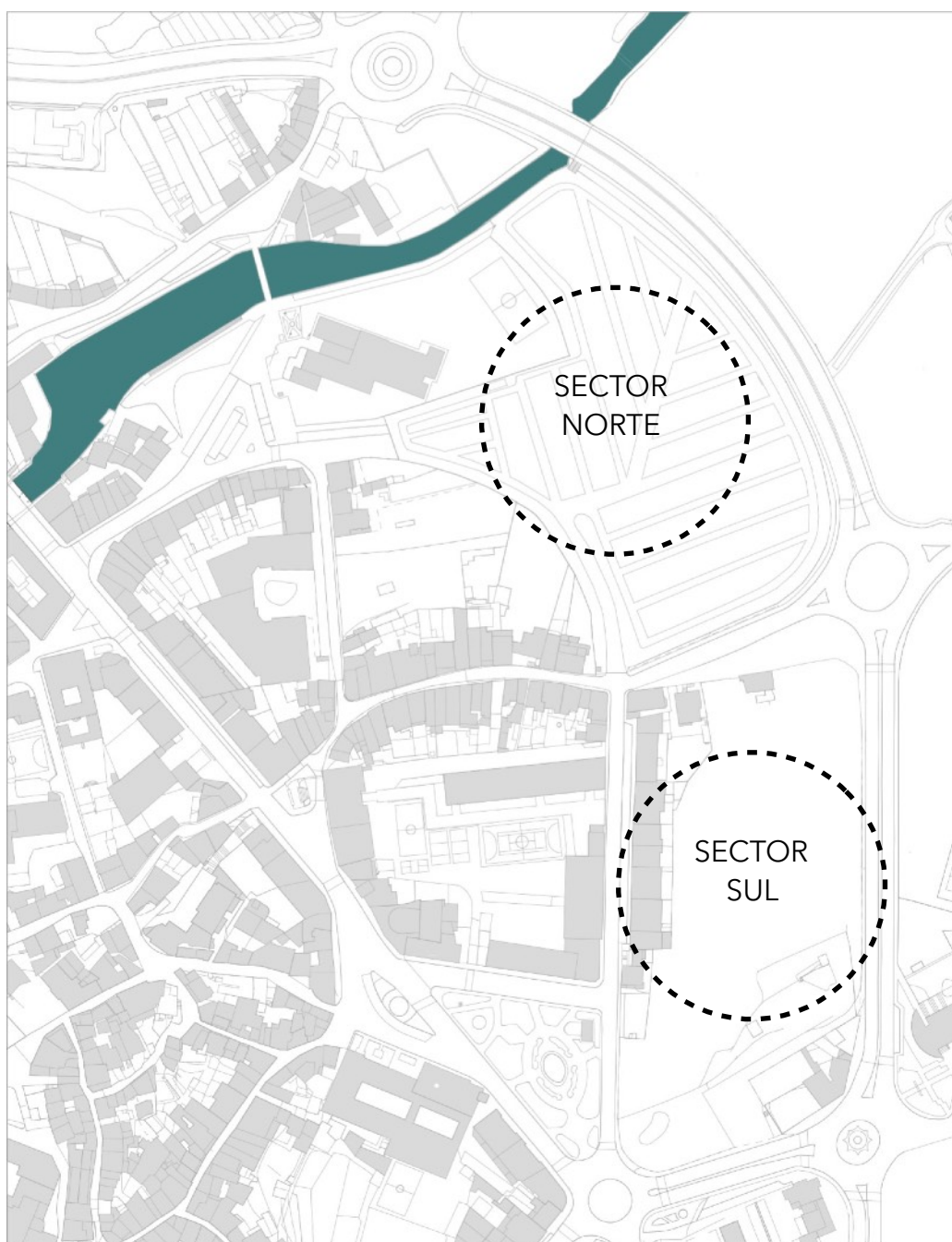


Fig.5 Planta geral da área de intervenção, realizada pelo autor, discriminando os dois sectores da área de intervenção. (Fonte própria)

Fig.6 Registo fotográfico do sector norte da área de intervenção concretizado pelo autor. (Fonte própria)



Fig.7 Registo fotográfico do sector sul da área de intervenção concretizado pelo autor. (Fonte própria)



## EIXOS VISUAIS E AMPLITUDES CÉNICAS

As continuidades visuais, lineares ou panorâmicas, sugerem um conceito de continuidade do ambiente no qual nos localizamos. O observador, ao movimentar-se num cenário urbanizado, irá procurar estabelecer elementos de referência que lhe facultarão uma orientação mais expedita e segura. Gordon Cullen fundamenta as nossas reacções perante a nossa posição no espaço na sua obra "Paisagem Urbana"<sup>17</sup>. O autor descreve os processos emocionais que manifesta o observador no espaço e o quanto o contraste de atmosferas (espaços contidos lineares que desafogam em grandes cenários de grande amplitude cénica por exemplo) é essencial para o estímulo constante do observador. Ao observarmos as continuidades visuais presentes na área, notamos que o tecido urbano mais consolidado por edificações catalisa o olhar do observador em eixos visuais que articulam espaços entre si nas suas extremidades (Fig. 7, o ponto V4 catalisa o olhar do observador num eixo consolidado por edificação em ambas as suas margens até descomprimir na área desocupada do sector Norte). Por sua vez, o descomprometimento de ambos os sectores com qualquer tipo de construção ou obstáculo de grande escala, possibilita uma continuidade visual de carácter contemplativo, facultando vários momentos de amplitude cénica (Fig. 7, ver pontos P1 e P3).

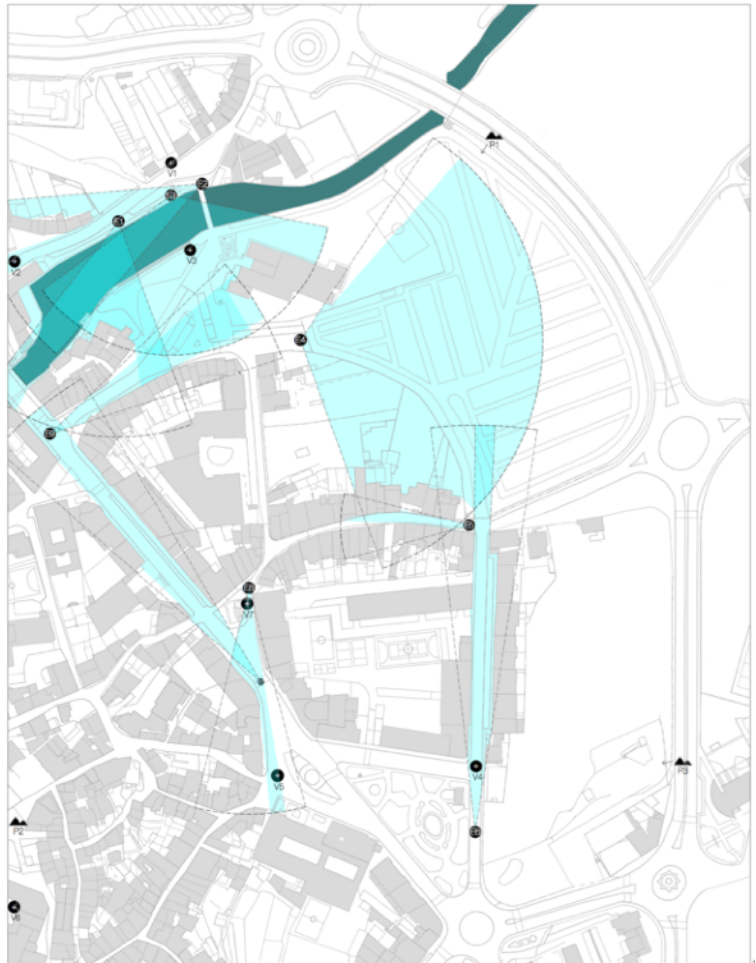


Fig.8 Planta de eixos visuais e amplitudes cénicas realizada pelo autor (Fonte própria)

<sup>17</sup> CULLEN, Gordon, *Paisagem Urbana*, Edições 70, 2006

A topografia do sector Norte encontra-se desprovida de qualquer tipo de elemento vertical que interrompa a continuidade visual da área. Como tal, caracteriza-se como um local provido de uma amplitude cénica periférica sobre o território que o circunda nomeadamente sobre o centro histórico.

Ainda no sector Norte, o troço viário que o encerra, a Circunvalação, desenvolve-se sobre um talude e é munido, em ambas as suas margens de vias pedonais. Este percurso vocacionado para os peões, ao ser alvo de uma elevação providenciada pelo talude, oferece também uma grande amplitude cénica sobre o próprio sector Norte, vislumbrando-se a Sé à cota mais alta.

O inconveniente aqui reside na discrepância de cotas entre o passeio e a área desocupada do sector, na medida em que o peão se encontra enclausurado entre o ruído automóvel e uma abrupta interrupção da topografia, resultando num espaço provido de um passeio desprovido de qualquer tipo de escala urbana. Sugere-se a adopção de uma estratégia que colmate esta diferenciação de cota, conferindo um ambiente estimulante ao seu observador e salvaguardando a amplitude cénica.

O sector Sul evidencia, por sua vez, uma topografia provida de pendente suave, também ela, numa das suas extremidades, encerrada pela Circunvalação. Este troço viário encontra-se também munido em ambas as suas margens de passeios. Verificou-se que a vegetação presente no interior do sector não possui porte suficiente para dissipar qualquer tipo de continuidade visual, o que confere, em toda a extensão do passeio, uma amplitude cénica sobre o centro histórico da cidade. É de salientar esta continuidade visual na concepção da solução.

## CONDICIONANTES

As condicionantes impostas na área de intervenção resumem-se à impossibilidade de intervenção nos terrenos adjacentes ao Sector Norte por se encontrarem classificados como Reserva Agrícola Nacional, um índice de ocupação do solo estabelecido num máximo de 70%, limitação de erigir num máximo de três pisos, salvaguardando a continuidade visual para o centro histórico, uma densidade habitacional inscrita num valor inferior a 30 fogos por hectare assim como a preservação do solar localizado no sector Sul que se encontra classificado como património arquitectónico.<sup>18</sup>

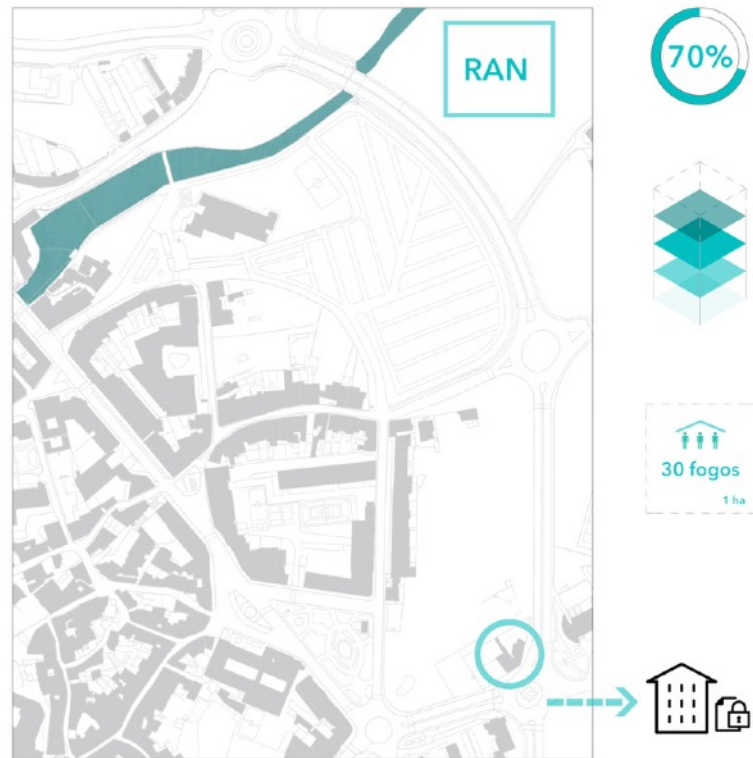


Fig.9 Planta geral da área de intervenção, realizada pelo autor, com destaque para as principais condicionantes estipuladas no PDM de Viseu. (Fonte própria)

## Topografia

Como já referido, a topografia do sector Norte é suave enquanto que a do sector Sul apresenta uma pendente acentuada. É interessante notar que as pendentes no sentido descendente provenientes do centro histórico, denunciam o sentido de crescimento do tecido urbano, convergendo para as margens do rio, fenómeno que ocorria também na margem oposta, crescimento este proveniente da Cava de Viriato. O vale presente na área de intervenção corresponde ao momento de charneira de ambos os polos de crescimento, que estagnou originando o estado de desocupação que se vivência no local, algo expectável na medida em que o vale corresponde ao traçado do rio, premissa que acarreta condicionantes no processo construtivo, tanto pelo nível freático do solo, como a classificação deste último como REN (Reserva Ecológica Natural).

<sup>18</sup> Plano Director Municipal de Viseu, Secção I Solo urbanizado Artigo 85.º, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º188 - 2013

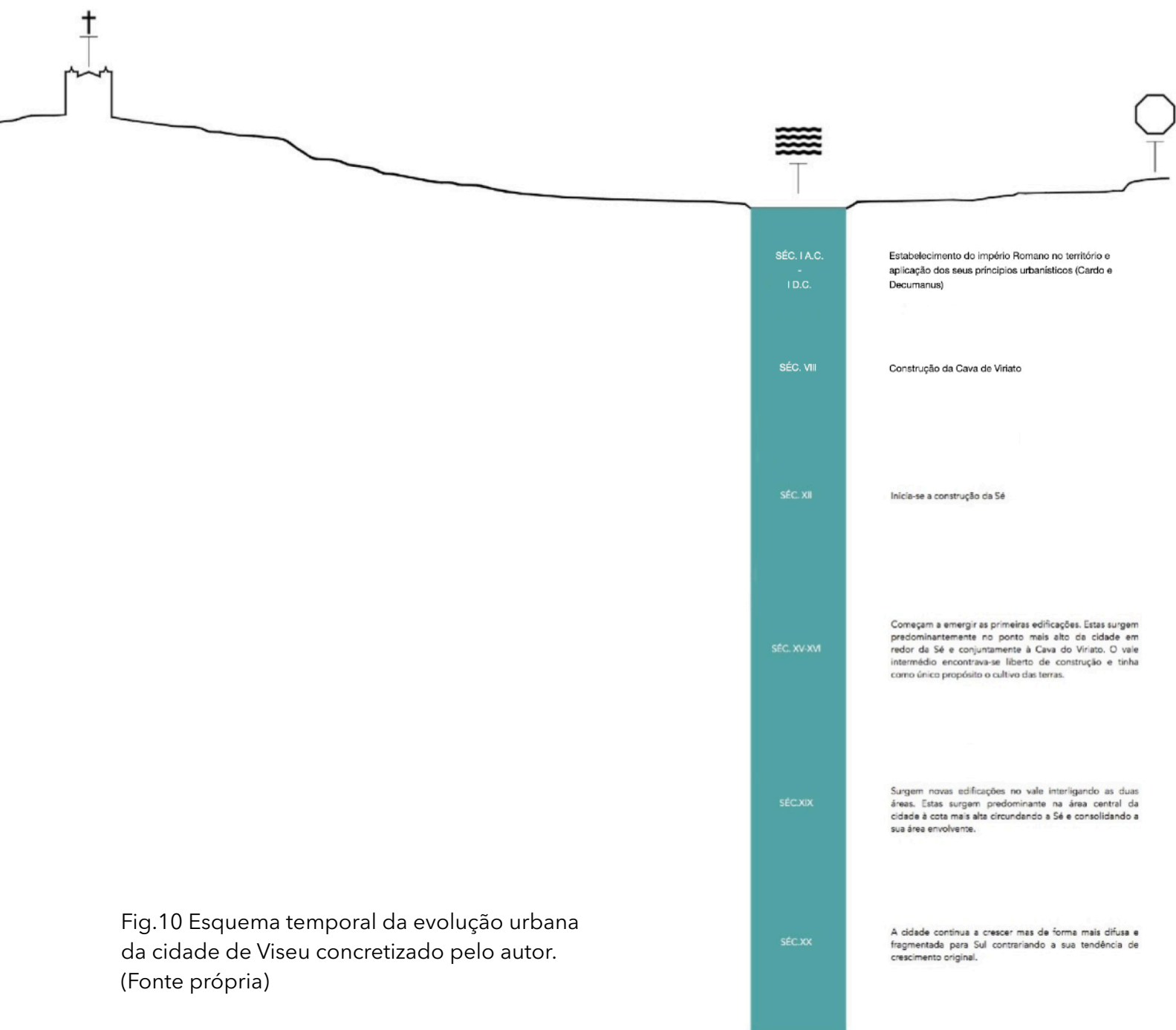


Fig.10 Esquema temporal da evolução urbana da cidade de Viseu concretizado pelo autor. (Fonte própria)

## FUNÇÕES LOCAIS

As edificações existentes na área de estudo são maioritariamente de carácter habitacional. A introdução de um programa comunitário munido de uma variante habitacional não será portanto destituída de uma aproximação para com os moradores locais, com vista ao princípio de inclusão. No entanto, é necessário garantir a existência de dinâmicas locais, suficientes, que possam abastecer a linhagem cultural e social do centro comunitário. Tal confere-se pela proximidade de dois estabelecimentos de teor cultural, nomeadamente o Teatro Viriato, de natureza representativa, e a Casa da Ribeira, de natureza expositiva. Cenário propício à complementaridade das instituições e estabelecimento de parcerias. Destacam-se ainda a existência de diversos estabelecimentos de ensino em relativa proximidade, alguns até contíguos à área de intervenção, bem como espaços de restauração e socialização nocturna, o que sustenta um afluxo de actividade urbana a horas mais avançadas.

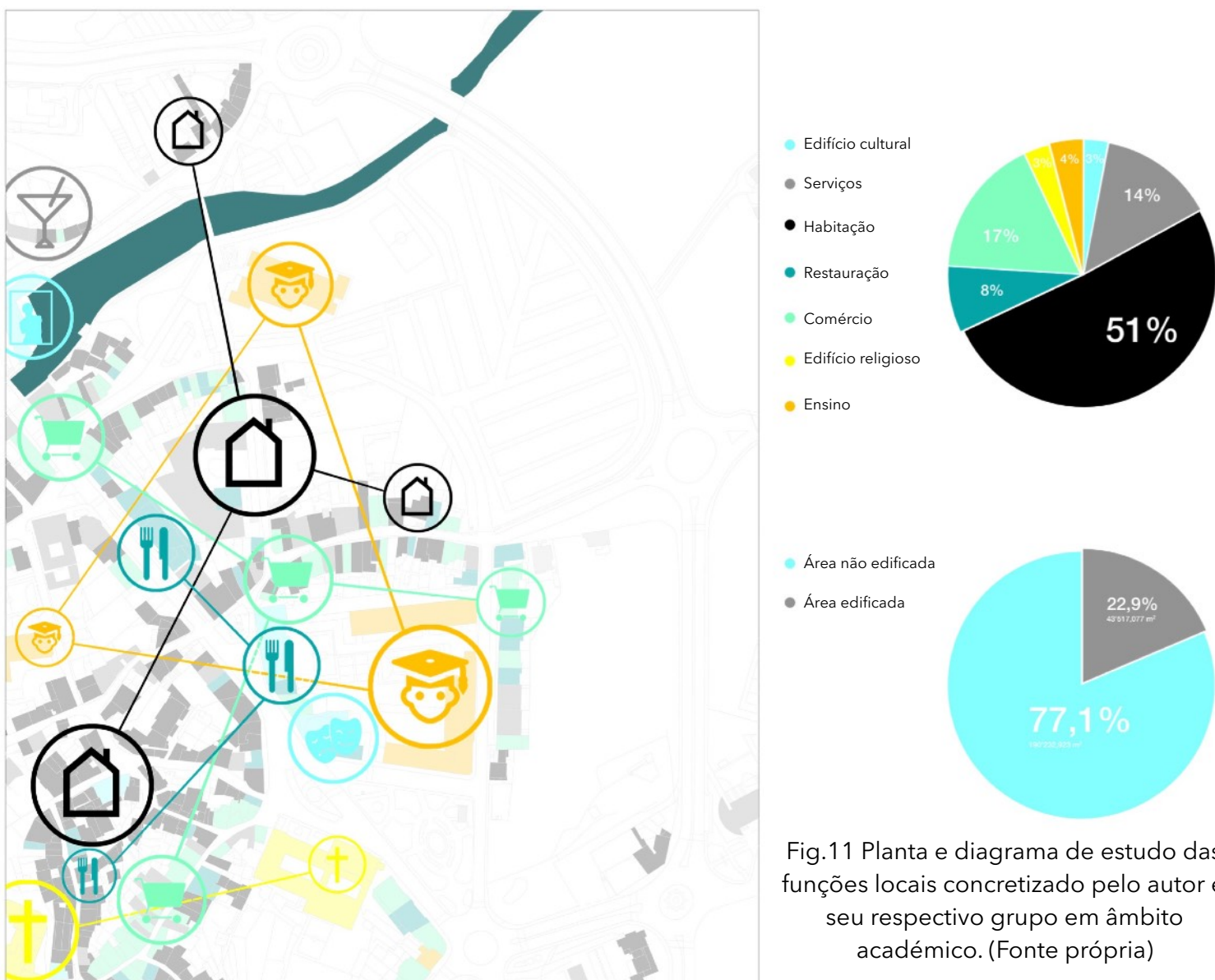


Fig.11 Planta e diagrama de estudo das funções locais concretizado pelo autor e seu respectivo grupo em âmbito académico. (Fonte própria)

## PAISAGEM ARBORIZADA

No processo de análise, verificou-se que a disposição de elementos arbóreos é constante e possui uma presença vincada na composição da paisagem urbana da cidade. Para além das questões ecológicas, o modo como os elementos arbóreos e as espécies empregues encontram-se vinculadas a um contexto específico na paisagem.

Na cidade consolidada, os principais eixos encontram-se ladeados de elementos arbóreos que, para além de conferir um ambiente e uma escala urbana mais sã ao proteger as áreas naturais e os habitats nelas contidos e operar como filtro urbano nos parâmetros acústicos e qualidade do ar, reforçam o conceito de paisagem linear, o que nos remete para o parâmetro dos eixos visuais, já referido anteriormente, na medida em que catalisam o campo visual do observador, sustentando um carácter de continuidade. Na descrição de Little<sup>19</sup> estas paisagens lineares consistem em “Espaços livres lineares ao longo de corredores naturais, como frentes ribeirinhas, cursos de água, festos, canais, vias cénicas, linhas férreas convertidas em uso de recreio, que ligam entre si parques, reservas naturais, património cultural e áreas habitacionais”. Considerando a condição descaracterizada e fragmentada do local de intervenção, os elementos arbóreos permitiram articular momentos urbanos, até agora desvinculados, e auxiliar à hierarquização do espaço.

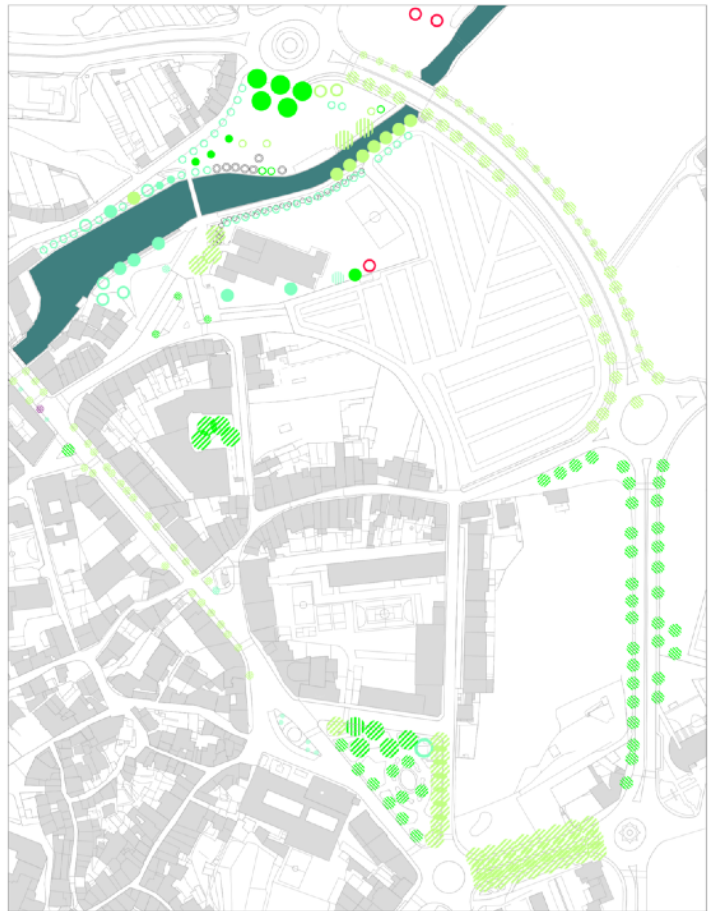


Fig.12 Planta da área de intervenção com a disposição dos elementos arbóreos na mesma, concretizada pelo autor e seu grupo em âmbito académico. (Fonte própria)

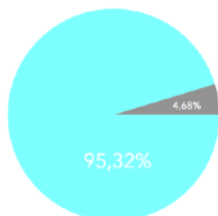
<sup>19</sup> LITTLE, Charles, E., *Greenways for America*, Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1990

Fig.13 Tabela e diagrama analítico relativo às espécies arbóreas existentes na área de intervenção. Concretizado pelo autor e seu grupo em âmbito académico. (Fonte própria).

		ACER NEGUNDO   Bordo-negundo	ACER PSEUDOPLATANUS   Plátano Bastardo	ALNUS GLUTINOSA   amieiro	AESCULUS HIPPOCASTANUM   castanheiro da Índia	CATALPA BIGNONIOIDES   catalpa	CEDRUS ATLANTICA   cedro-do-atlas	CORNUS SANGUINEA   sanguinho	CORTADERIA RUDISCUCLA STAFF   cortadéria	FRAXINUS EXCELCIOR   Freixo	LIQUIDAMBAR STYRACIFLUA   liquidambar	POPULUS ALBA   choupo-branco	POPULUS NIGRA   choupo-negro	PRUNUS CERACIFERA NIGRA   ameixeira negra	PRUNUS SERRULATA   ameixeira do Japão	QUERCUS ROBUR   carvalho alvarinho	SALIX ALBA   salgueiro-branco	SALIX BABYLONICA   salgueiro-chorão	SORBUS AUCUPARIA   trazeira	TILIA PLATYPHYLLOS   tília
Folhagem	caduca	●	●	●	●	●			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	persistente						●	●	●											
Dimensões adultas	3-4 m							●												
	4-6 m								●											
	6-10 m	●												●	●					
	10-12 m					●													●	
	12-15 m			●	●		●			●	●				●					●
	+15 m		●	●	●						●	●	●	●			●			●
Crescimento	rápido	●	●	●		●		●	●		●	●	●	●	●		●	●		●
	mediano						●	●			●								●	
	lento				●											●				
Sombra	ligeira						●	●												
	média	●	●	●		●	●		●	●					●	●		●	●	
	densa				●							●	●				●	●		●
Ambiente	pleno sol	●	●	●	●	●	●		●	●	●	●	●	●		●	●	●	●	●
	média sombra	●	●	●		●	●	●	●	●	●				●				●	●
	sombra total			●					●	●									●	●
Forma da copa	esférica	●	●			●		●						●	●	●				●
	ovoidal								●	●										
	colunar									●	●									
	cônica			●			●													
	pendular												●							
	irregular								●								●			
	estendida				●															
Contagem	nº indivíduos	76	36	2	35	1	1	2	10	43	3	8	8	1	8	9	7	4	1	19
	frequência %	27,36	12,96	0,72	12,6	0,36	0,36	0,72	3,6	15,48	1,08	2,88	2,88	0,36	2,88	3,24	2,52	1,44	0,36	6,84

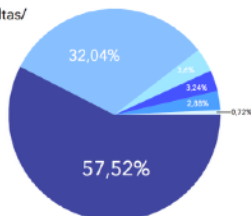
Folhagem/

● caduca  
● persistente



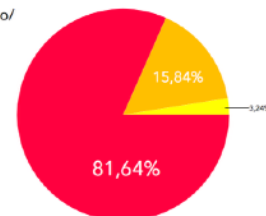
Dimensões adultas/

● 3-4  
● 4-6  
● 6-10  
● 10-12  
● 12-15  
● +15



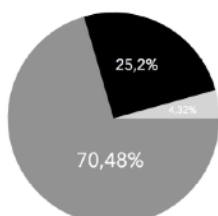
Crescimento/

● lento  
● mediano  
● rápido



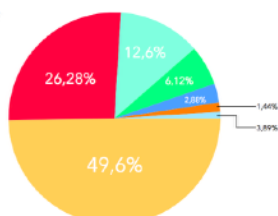
Sombra/

● ligeira  
● média  
● densa

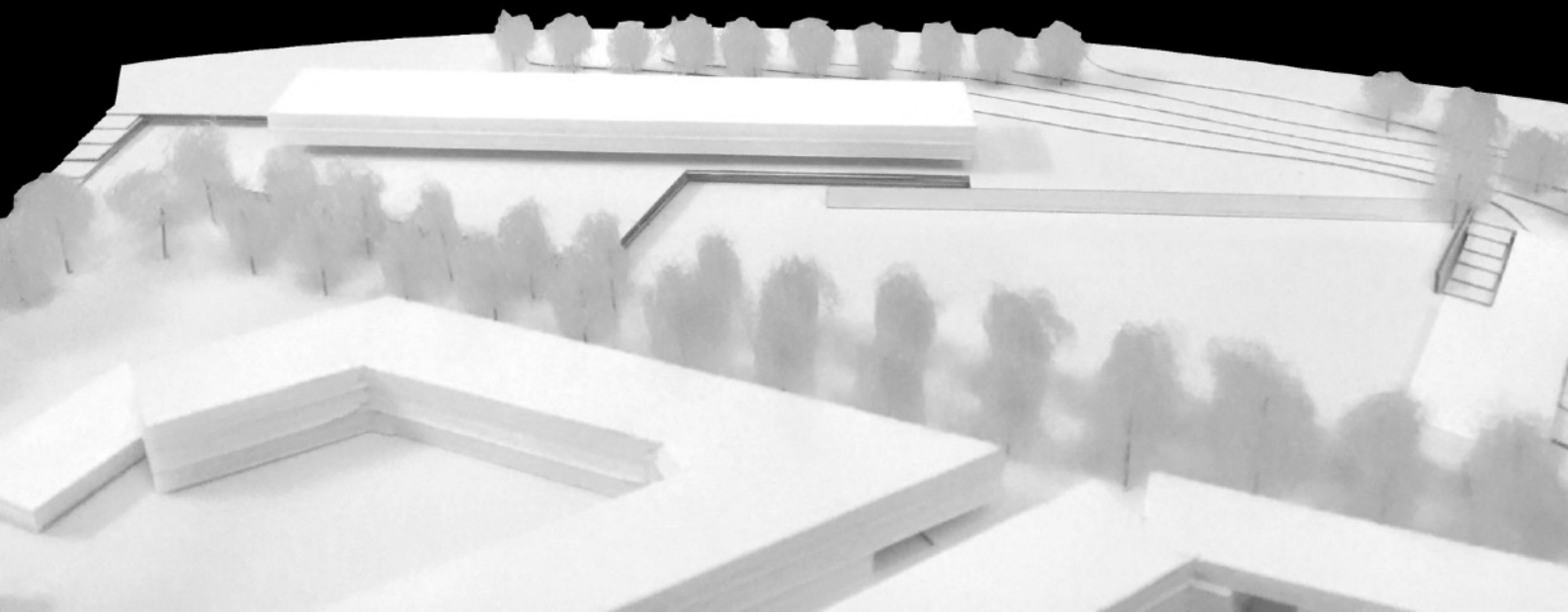


Forma da copa/

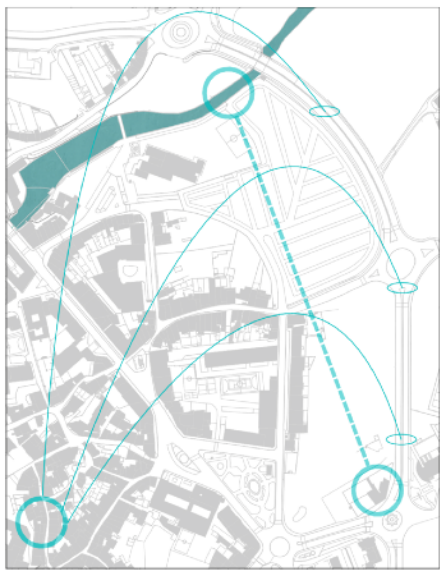
● esférica  
● ovoidal  
● colunar  
● cônica  
● pendular  
● irregular  
● estendida



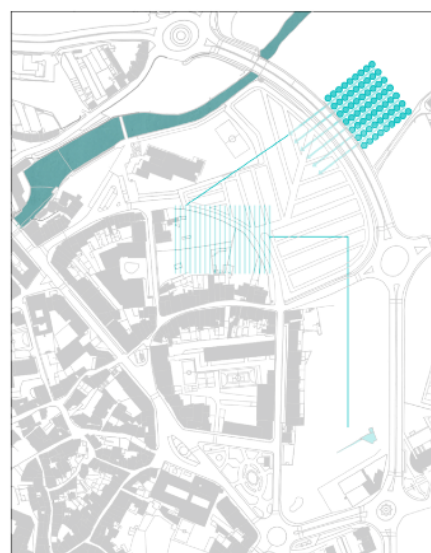
# SOLUÇÃO URBANA



## CONCEITO



O objectivo principal, em termos de configuração espacial da proposta, consiste em vincular uma continuidade entre áreas urbanas da cidade que, actualmente, se encontram alienadas. No presente caso, deparamo-nos com uma situação que se descreve por um vazio urbano provido, nas suas extremidades, de dois momentos urbanos relevantes e polarizadores de novas dinâmicas isto é, a Norte as margens do rio Pavia e a Sul um solar em inactividade sob égide de imóvel classificado (Fig. 14, à esquerda, identificação dos elementos notáveis, concretizado pelo autor). Propõe-se o estabelecimento de uma continuidade entre ambos os momentos urbanos por intermédio de uma continuidade que se materialize sob forma de um gesto, um eixo ladeado de espaços e equipamentos que o abasteçam, sem que estes dissipem a amplitude cénica constante, obtida nas margens da Circunvalação e limite perimetral da área de intervenção, sobre o centro histórico.



Na presente situação, desprovida de qualquer princípio organizador do espaço, tornava-se prioritário eleger um elemento de referência, presente na paisagem, que actuasse como linha condutora no processo de concepção da proposta. A escolha reportou-se, no sector Norte, para um pomar presente na margem externa da área de intervenção, mais concretamente numa área classificada como Reserva Agrícola Nacional pertencente aos conjuntos da Escola Agrária de Viseu (Fig.15, à esquerda, identificação da estratégia, concretizado pelo autor). Trata-se de um momento muito presente

na paisagem que pode ser alvo de uma extensão e replicado na área de intervenção para solucionar situações controversas e ambíguas presentes. Quanto ao sector Sul, elegeu-se uma eira, elemento que surge como potenciador de normas organizacionais, como elemento de referência a partir do qual se iria desenvolver o plano proposto.

A presente situação urbana consiste num vazio, um terreno expectante. No processo analítico, constatou-se a necessidade de controlar este espaço cujos limites e configuração são ambíguos. Trata-se de um momento da cidade situado num limite perimetral, encerrado por um troço viário de intenso fluxo, uma margem fluvial e o tecido urbano existente, sem consistência global. A leitura efetuada do lugar levou à adoção de uma referência *in situ* que possibilitasse um diálogo entre a estrutura proposta e as dinâmicas locais. O ritmo sequencial e regular dos pomares da Escola Agrária, tangente à área de intervenção, consistiu num elemento de ancoragem para o desenvolvimento de um núcleo habitacional, que surge numa relação de ortogonalidade com os mesmos. Este eixo longitudinal permite controlar o traçado curvilíneo da Circunvalação.

O traçado viário, elevado sobre um talude artificial, será colmatado por intermédio de uma plataforma sobre a qual se desenvolverá o núcleo habitacional (Fig. 16, axonometria da volumetria proposta na pág. seguinte). Este último elemento será ainda alvo de uma elevação sobre pilotis por forma a permitir a libertação do piso térreo e subsequente transparência e continuidade do espaço público, conferindo uma dimensão urbana às margens da Circunvalação. Esta opção permite ainda salvaguardar a amplitude cénica, privilegiada naquele local.

O núcleo suspenso sobre pilotis desenvolve-se em dois pisos e é inteiramente vocacionado para tipologias habitacionais. Já referimos que a elevação do mesmo surge como resposta à salvaguarda da amplitude cénica do transeunte, no entanto, esse espaço público será ainda provido de mobiliário urbano disposto longitudinalmente segundo o alinhamento dos pomares e será composto por um banco, que adopta a forma de um bloco, cujo rebatimento resultará numa caldeira para dispor elementos arbóreos por forma a criar condições de sombreamento.

A plataforma que colmata o talude da Circunvalação irá providenciar estacionamento aos ocupantes do espaço habitacional cujo acesso decorrerá à cota da Circunvalação. Na extremidade a norte, a plataforma remata as margens do rio por intermédio de um lance de escadas que medeia a relação das duas cotas. Na extremidade a sul, a plataforma sofre uma inflexão, pontuada por um elemento arbóreo, por intermédio de um plano que absorve o desnível da topografia até esta alcançar a cota do nível inferior. Ainda na extremidade deste plano, desenvolve-se um elemento construído, de menor escala, que poderá albergar espaços de restauração.

Esta plataforma que se desenvolve ao longo da Circunvalação abraça um espaço público, em cota inferior, cujo propósito será vocacionado para um espaço de estar e actividades lúdicas. Considerando a generosa área deste espaço, levantou-se a questão pertinente da sua pavimentação que, não podendo ser num material demasiado poroso, devido às eventuais intempéries, garantindo no entanto a permeabilidade do solo. Considerando estas premissas, a escolha recaiu sobre o *Terraway*, pelo conforto de circulação que ele providencia, bem como pela sua elevada permeabilidade. Este espaço detém grande importância no plano urbano, na medida em que este irá viabilizar o eixo que tratará de estabelecer uma continuidade visual e sobretudo de percurso, entre as margens do rio e o solar. Este eixo irá materializar-se sob a forma de uma alameda (Fig.17, planta geral da implantação proposta do sector norte na pág. seguinte)

A alameda, como elemento urbano, descreve-se como um eixo pedonal ladeado de elementos arbóreos em toda a sua extensão. Imediatamente surgem questões quanto à espécie arbórea a empregar e materiais mais adequados para uma movimentação segura e confortável. Toda a encenação dos elementos que constituem um espaço público originam um ambiente que lhe é intrínseco. No caso presente, isso traduziu-se num conjunto de materiais e outros elementos cuja coloração se mantivesse num ensaio monocromático, promovendo a sobriedade do espaço em detrimento de cores intensas que poderiam provocar saturação.

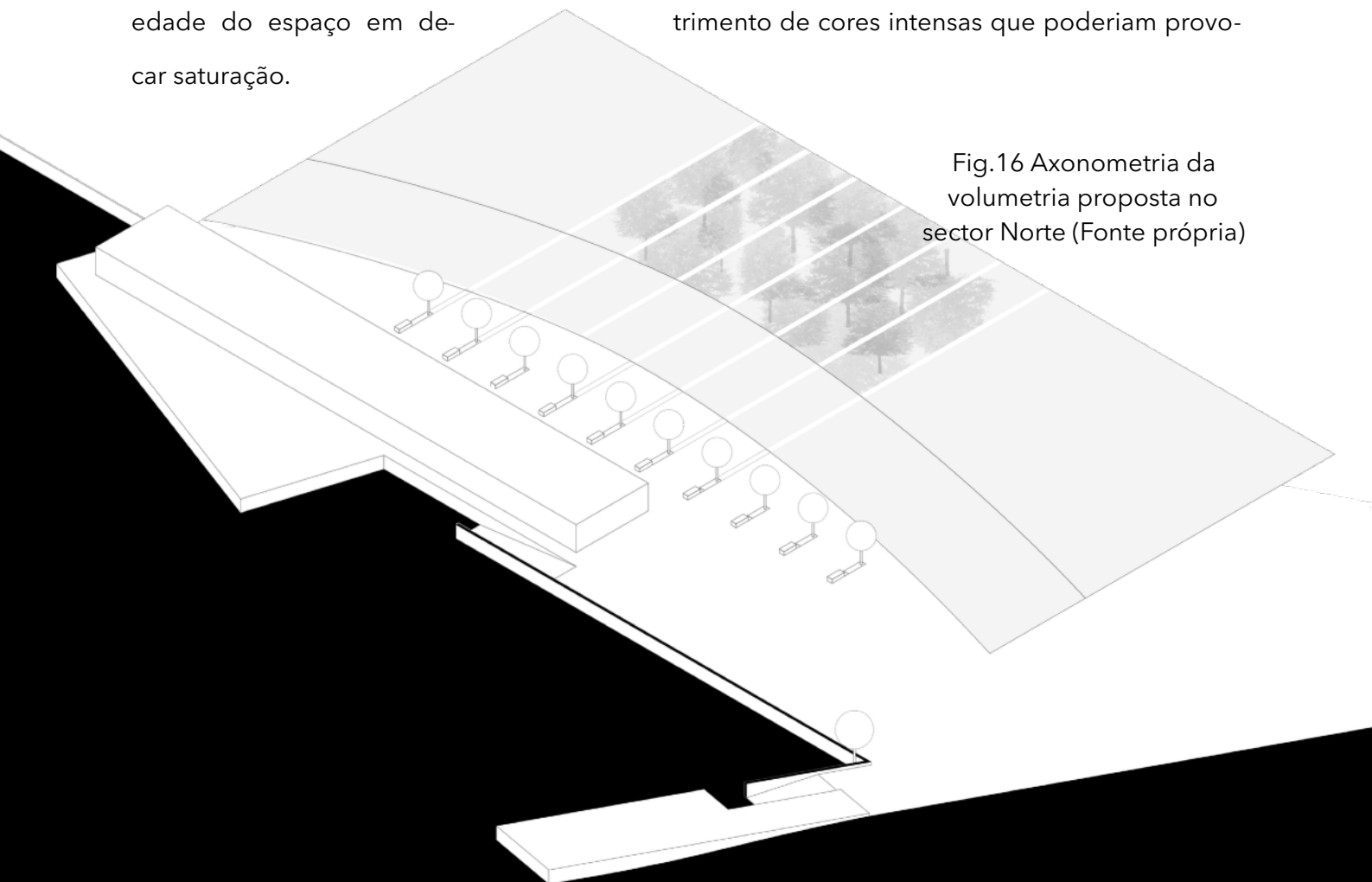


Fig.16 Axonometria da volumetria proposta no sector Norte (Fonte própria)

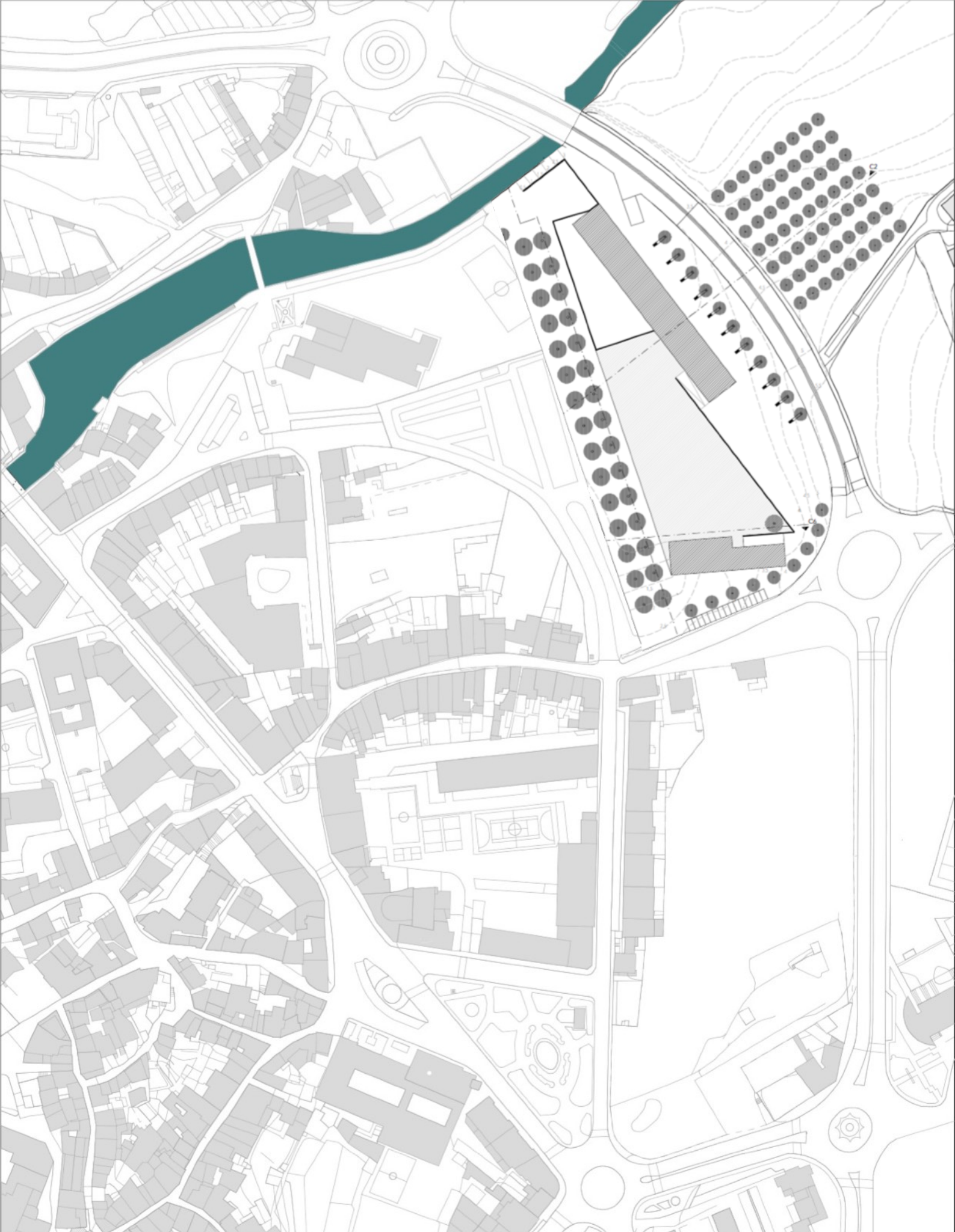


Fig.17 planta geral da  
implantação proposta no  
sector Norte parte I (Fonte  
própria)

No caso da praça (Fig. 17), a escolha inicial, relativa à pavimentação, inclinou-se para o saibro em razão da sua textura e coloração. Ideia posteriormente refutada pelo carácter argiloso e não suficientemente poroso do material que, na ocorrência de condições meteorológicas adversas, torna o solo impraticável para qualquer tipo de actividade. O Terraway, por outro lado, contorna este inconveniente e permite diversos graus de pigmentação, permitindo alcançar a tonalidade característica do saibro que oscila entre tons de bege e amarelo torrado.

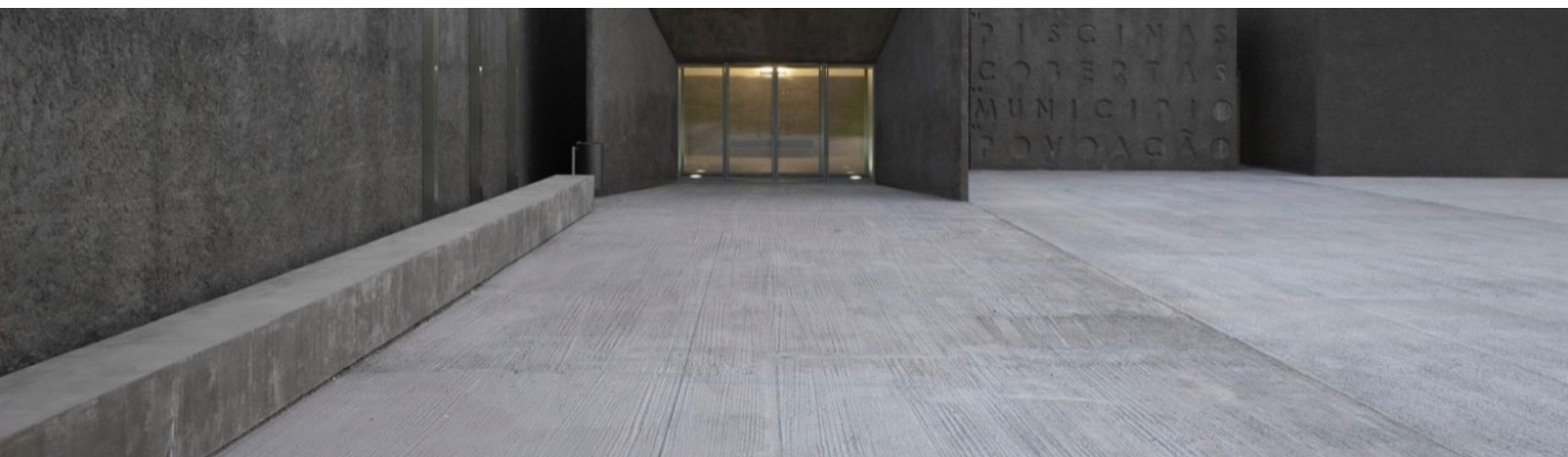


Fig. 18- Piscinas Municipais da Povoação dos Barbosa & Guimarães, fotografia de João Ferrand, 2012

Quanto à pavimentação da alameda, replicou-se uma solução adoptada anteriormente nas Piscinas Municipais da Povoação (2012), projecto da autoria do atelier Barbosa & Guimarães (Fig. 18). A opção adoptada consistiu em lajetas de betão, dispostas numa estereotomia de grandes dimensões (adequadas à escala da alameda) e submetidas a um processo de escovagem que, para além de enaltecer o carácter plástico e a expressividade do material, também contempla princípios de conforto e mobilidade, aos seus ocupantes, proporcionando maior atrito e aderência nas movimentações.

Subsiste a escolha quanto à espécie arbórea a adoptar na alameda, opção que deterá fortes implicações no ambiente obtido, tratando-se de um elemento que, em toda a extensão do eixo, será alvo de um processo de repetição por intermédio de uma sequência de ritmo regular.

A espécie elegida deveria deter grande porte, em razão da escala da alameda, dispor de uma folhagem consistente por forma a facultar sombreamento e exhibir uma copa de densidade reduzida por forma a salvaguardar a continuidade visual para o centro histórico proveniente dos vários momentos de amplitude cénica que circundam a área de intervenção.

A escolha recaiu sobre a *Bétula alba*, por contemplar os critérios acima mencionados e se inscrever num ensaio cromático contido, conforme pretendido, caracterizando-se pelo seu tronco de coloração esbranquiçada, ramificando-se em folhagens que, após um processo de descoloração, adquirem uma tonalidade que se aproxima de um amarelo leve. Alcançam ainda um porte superior aos 15 metros de altura e apresentam uma copa de forma pendular, cuja contenção na projecção das ramificações, permite a filtração da continuidade visual entre os elementos arbóreos.

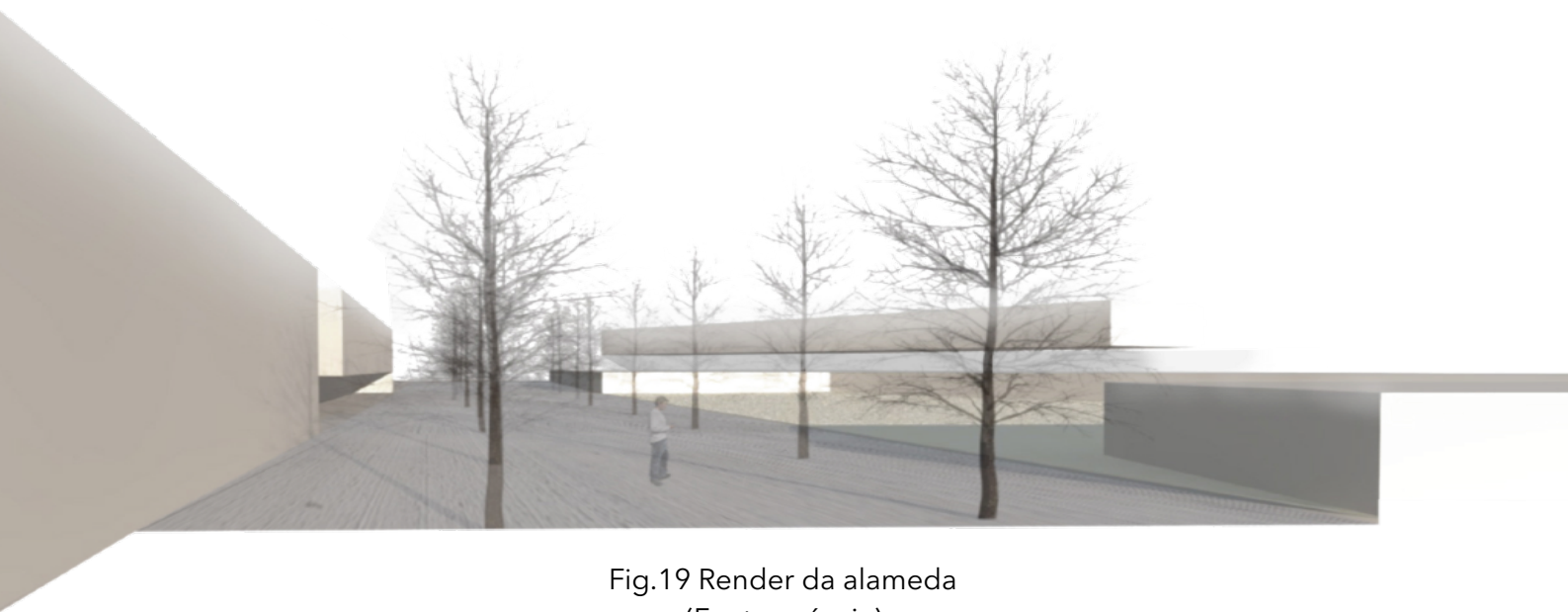
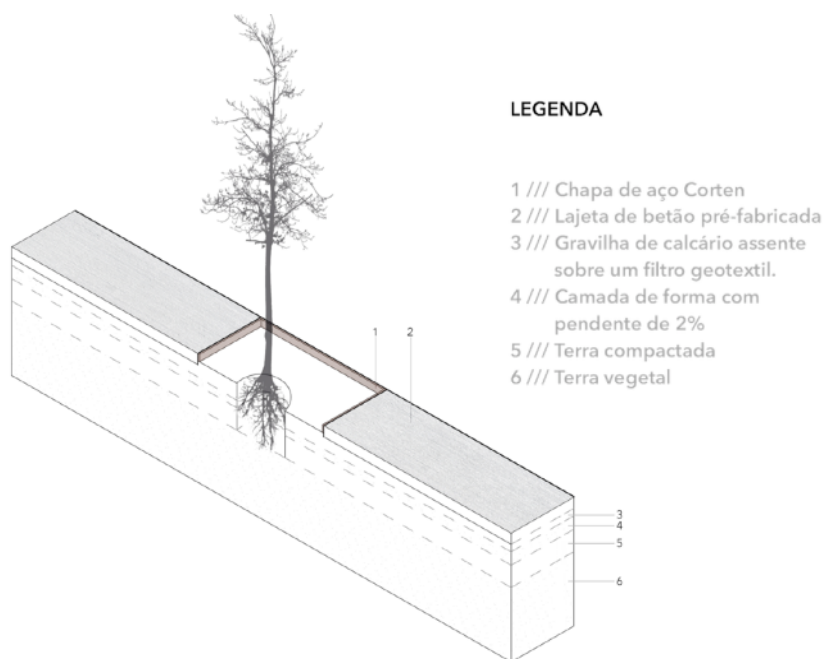


Fig.19 Render da alameda  
(Fonte própria)

A caldeira dos elementos arbóreos surge ainda na projecção da largura das lajetas que compõem a pavimentação. Os topos serão rematados com chapas em aço corten, cujo contraste permitirá sublinhar o contorno da caldeira e a árvore desenvolver-se-à sobre uma camada de gravilha de calcário, como é possível constatar no corte axonométrico da página seguinte (Fig. 20).

Fig.20 Corte axonométrico tipo das caldeiras da alameda



Na margem oposta da alameda, subsiste uma área que apresenta problemáticas semelhantes à restante área de intervenção, pela ausência de qualquer elemento hierarquizador do espaço, o que gera situações de ambiguidade na sua configuração. Esta parcela do sector norte caracteriza-se pela existência de um pomar cujos limites se encontram disseminados de um modo que frisa a aleatoriedade. Ainda nas margens do rio Pavia, encontra-se um estabelecimento de ensino primário, cuja implantação não obedece a qualquer princípio organizacional da estrutura urbana circundante.

Procedeu-se, num primeiro momento, à reconfiguração dos limites da escola, obedecendo à lógica de implantação do edifício. Opção que, para além de aumentar a área do espaço de recreação e solenizar as margens do rio, teve repercussões no traçado de um novo arruamento pedonal que virá confluir na alameda.

Nos parâmetros urbanísticos, a articulação entre o espaço do estabelecimento educacional e a alameda constitui um momento frágil, na medida em que o encontro abrupto entre um espaço público, de grande fluxo pedonal, com outro espaço aberto de acesso condicionado, suscita ambiguidade na sua configuração, anulando-se um ao outro e destituindo a alameda de força no seu gesto, subsistindo apenas um grande vazio.

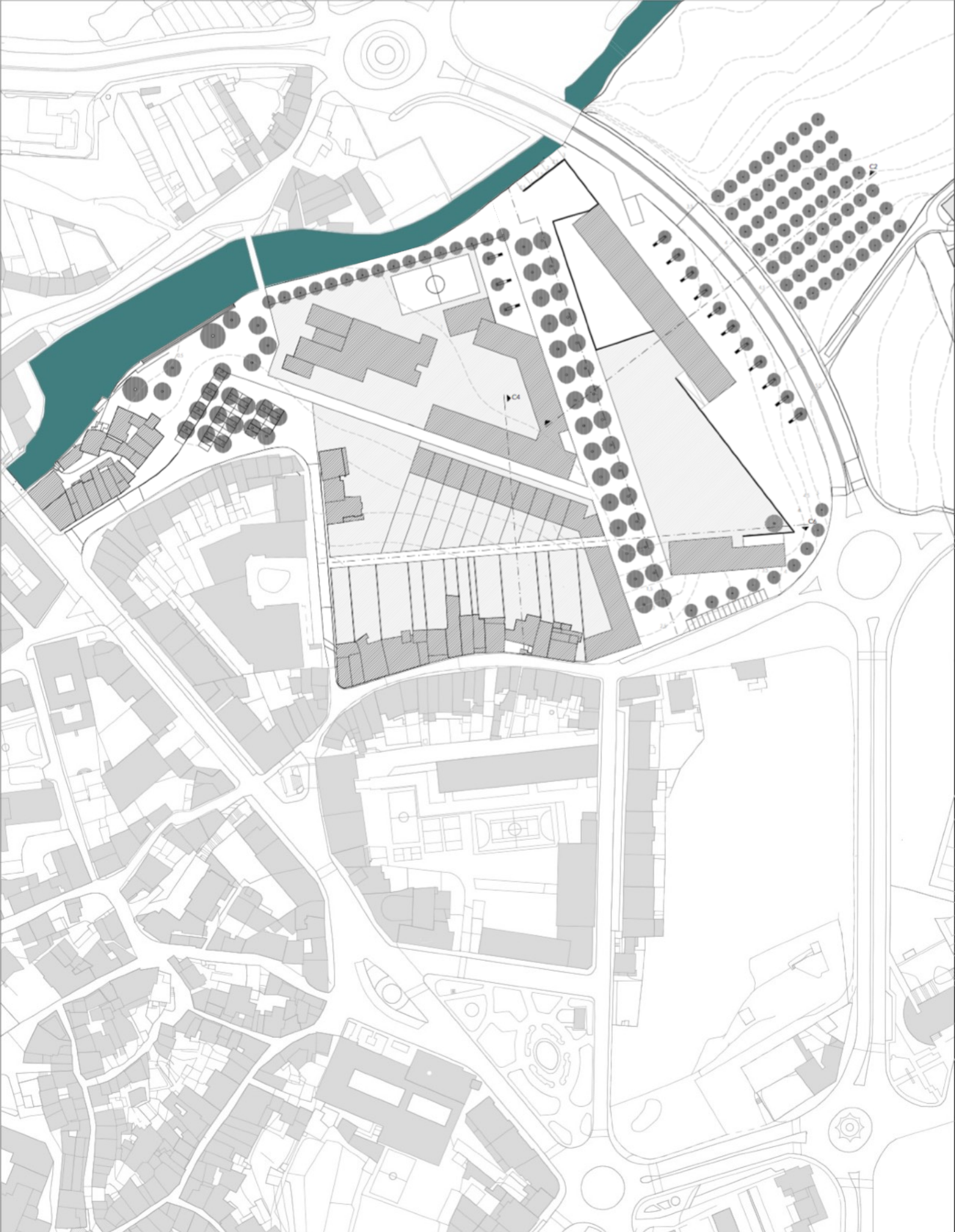
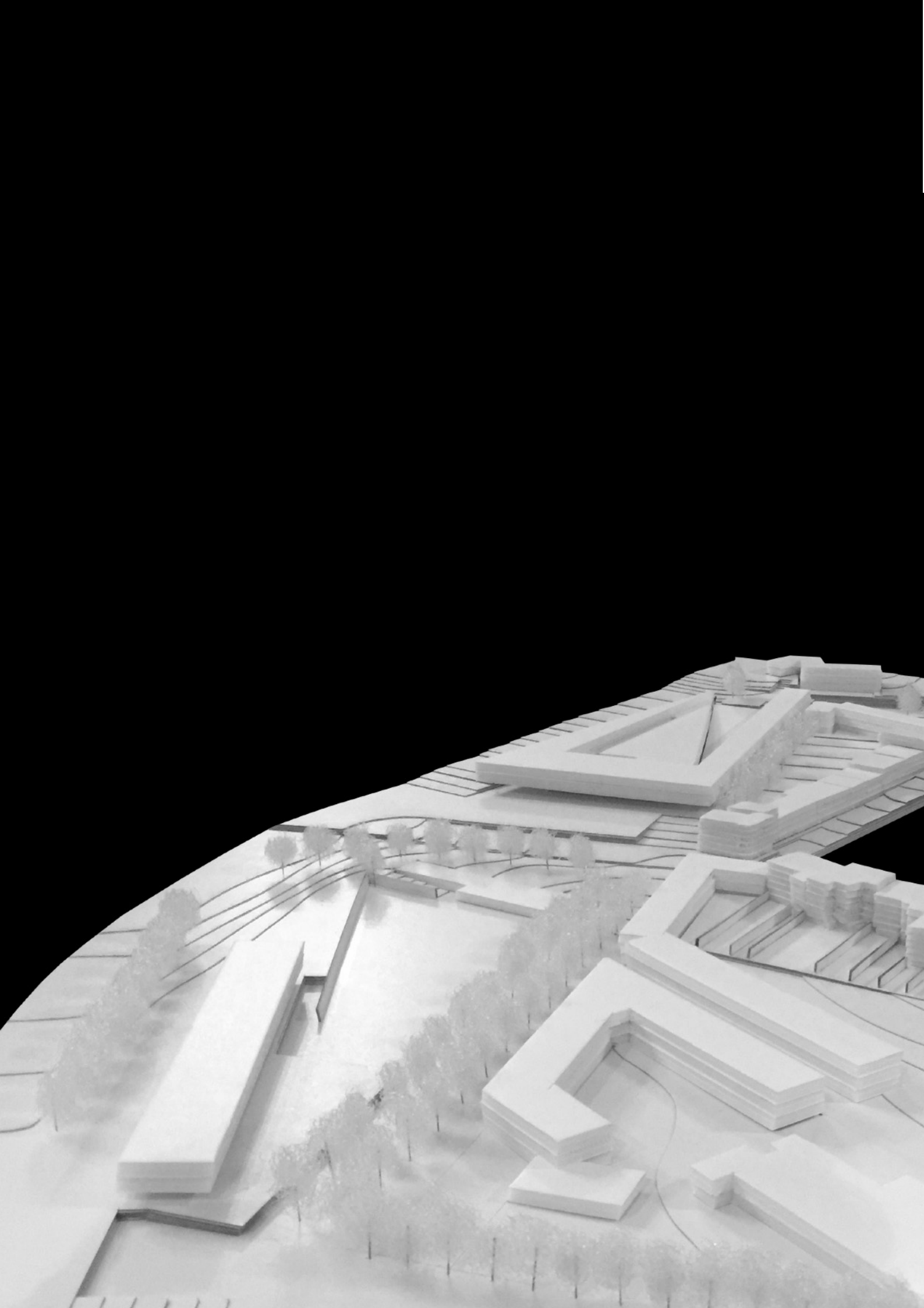


Fig.21 planta geral da  
implantação proposta no  
sector Norte parte II (Fonte  
própria)



Fernando Távora debruça-se sobre o conceito de espaço, no seu ensaio *Da Organização do Espaço*<sup>20</sup>, descrevendo-o como não devendo restringir-se à mera condição de negativo resultante dos volumes criados, mas como uma massa que também ela deve ser esculpida. O momento conflituoso entre o campus escolar e alameda dispersava o espaço que, inevitavelmente, acabava perdendo-se no vazio.

O espaço da alameda necessitava de traduzir a longitudinalidade do seu gesto, devendo este ser controlado por intermédio de volumes construídos. Surgiu portanto, nos limites da escola adjacentes à alameda, um edifício que sofre uma inflexão no momento de articulação da alameda com o novo arruamento criado, conferindo clareza à leitura do espaço urbano. Este novo volume, para além de mediar o conflito, anteriormente referido, entre os espaços, será complementar ao campus escolar no plano programático, ao desempenhar a função de ATL.

Surgia ainda, na margem oposta deste arruamento, um pomar adjacente a um conjunto de unidades habitacionais unifamiliares, caracterizado pela indefinição dos seus limites. O princípio de intervenção aqui aplicado consistiu na replicação do modelo de plantação presente nos terrenos da Escola Agrária, localizados na margem externa da Circunvalação.

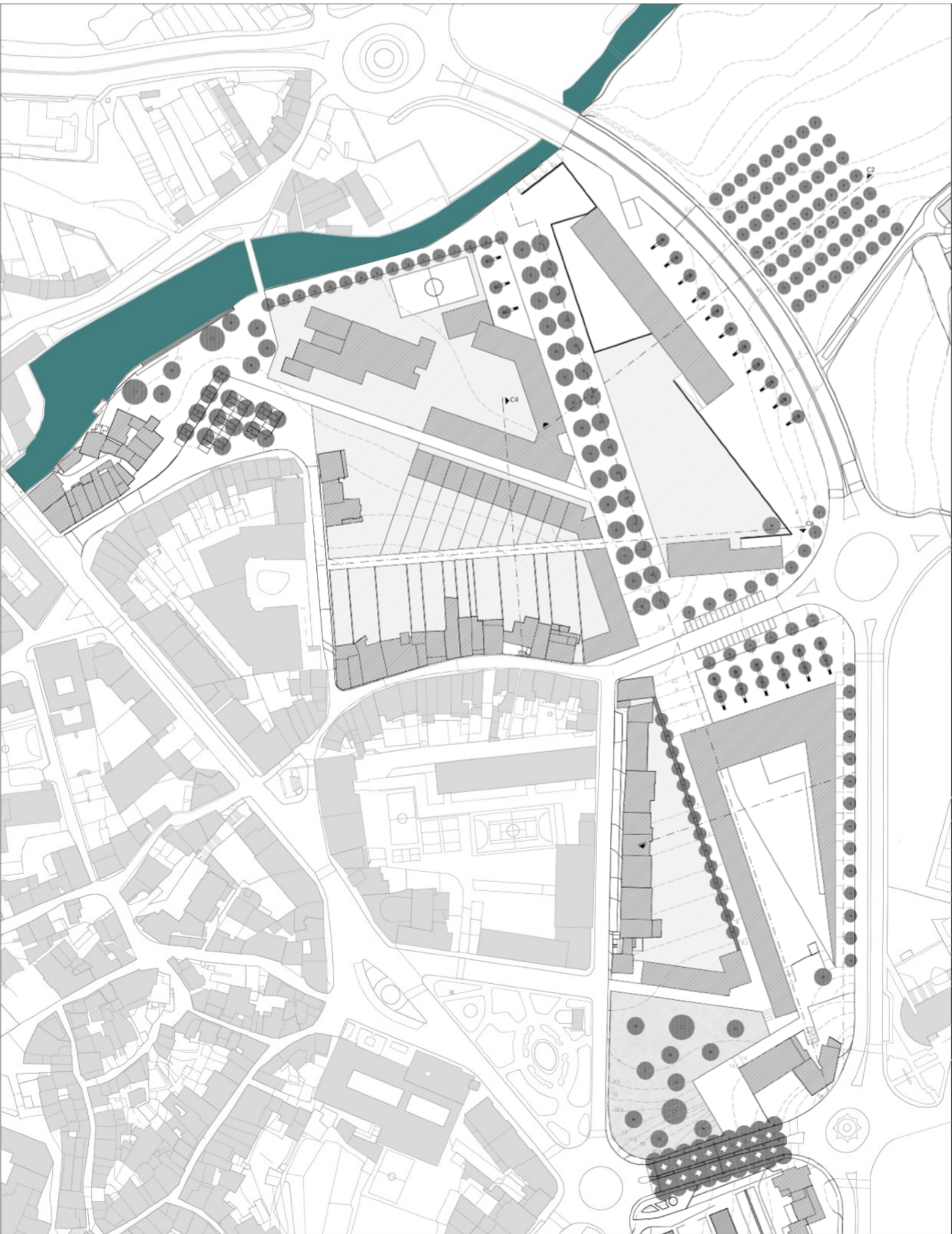
Neles encontram-se um pomar que descreve um alinhamento perceptível na paisagem por intermédio de uma marcação sequencial e regular dos linhões que o constituem. Ao transpor esta organização geométrica para a área de intervenção, é possível estruturar os terrenos adjacentes às moradias pré-existentes por intermédio de planos que traduzem este conceito.

O conjunto será posteriormente encerrado por intermédio de um edifício que remata o topo da banda de habitações unifamiliares, para posteriormente se desenvolver circundando os anteriores limites do pomar e conter a alameda e o arruamento pedonal criado, encerrando-se num gesto de simetria para com o ATL anteriormente mencionado.



Fig.22 Corte C2 transversal à alameda

<sup>20</sup> TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008



49 Fig.23 Planta geral da implantação proposta sector Norte e Sul completa (Fonte própria)

O corte da página anterior (Fig. 22) ilustra o desenvolvimento do pomar que culmina numa resposta ortogonal por parte do núcleo habitacional. Este encontra-se ainda submetido a um processo de elevação sobre pilotis por forma a salvaguardar a continuidade visual e amplitude cénica para o centro histórico.



Fig.24 Corte C4 da implantação proposta no sector Norte parte II (Fonte própria)

O corte acima (Fig. 23) ilustra o percurso pedonal criado no interior do novo quarteirão que circunda o pomar, cujos limites se encontravam indefinidos. É notório o talude sobre o qual assenta o conjunto de habitações unifamiliares pré-existente, bem como o topo dos planos, inspirados na disposição sequencial dos pomares da Escola Agrária, que permitem uma compartimentação clara do lote.

O plano proposto para o sector sul (Fig.23) pretende repercutir a continuidade introduzida no sector norte por intermédio da alameda. A materialização deste gesto deverá culminar no solar existente no sector sul, por forma a concretizar a continuidade entre esse mesmo momento urbano e as margens do rio Pavia. Ambas as extremidades do sector evidenciam uma disparidade considerável nas cotas altimétricas, o que obriga a um percurso provido de uma pendente sensata que culmina num arranjo de acessos verticais, por intermédio de escadarias, que se desenvolve em redor de socacos pré-existentes que circundam o solar. O corte abaixo (Fig. 24) ilustra, em toda a sua extensão, o percurso da alameda que concretiza a continuidade entre as margens do rio Pavia e o solar pré-existente.



Fig.25 Corte longitudinal da proposta (Fonte própria)

Este entrave, de natureza topográfica, obriga a uma abordagem distinta do conceito de alameda. O percurso necessitará, para além de uma clara definição espacial, de um estímulo que induza o observador a percorrer o espaço. Seria portanto proveitoso bifurcar a alameda, obtendo duas vias que se desenvolvem paralelamente, permitindo que uma delas desemboque no interior do centro comunitário e vá reencontrar-se, posteriormente, com o percurso paralelo, no solar. Esta abordagem confere à alameda uma escala urbana e o estímulo necessário para catalisar pessoas, bem como as suas respectivas vivências, promovendo à interactividade social numa dicotomia de espaços abertos e espaços fechados. O desafio aqui reside na capacidade de conceber um edifício (no presente caso, um centro comunitário) capaz de absorver estas vivências e promovê-las tornando-o um “organismo apto para a vida”, adoptando a classificação atribuída por Lina Bo Bardi ao conceito de arquitectura<sup>21</sup>.

Em termos de configuração espacial, o edifício desenvolve-se a partir de uma eira pré-existente, emergindo da íngreme topografia, contornando o perfil da Circunvalação, sofrendo uma inflexão por forma a consolidar a frente do sector, para se desdobrar novamente ao acompanhar o percurso da alameda e encerrar o seu volume, novamente, na eira.

---

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Olívia de, *Lina Bo Bardi - Sutis substâncias da arquitectura*, Editorial Gustavo Gili, 2008

## Gráficos em movimento

Este tipo de esquema de representação assente no movimento do Suprematismo (Fig. 25) foi desenvolvido por Kazimir Malevich (1915), mentor do mesmo, e opera como uma espécie de ideograma por forma a traduzir um conceito ou uma ideia abstracta. Trata-se de, por intermédio de uma imagem, elucidar uma mensagem e torná-la compreensível.

Num momento inicial, consiste em dispor determinadas formas, não de forma aleatória evidentemente, mas sim consoante a sua hierarquia e polos de magnetismo por forma a que o princípio organizacional do conceito exprimido seja claro. Uma vez a ideia ilustrada por intermédio de um gráfico, que obedece a princípios associados à repetição de padrões associados a um determinado uso ou movimento, apercebemo-nos que esta ideia pode ser alvo de uma extensão e alcançar a dimensão de arquitectura ao traduzir a configuração organizacional de um objecto ou espaço.

Um dos expoentes máximos desta forma de expressão foi El Lissitzky, arquitecto e importante impulsionador *avant-garde* do construtivismo russo. As suas representações gráficas assentavam na linhagem do Suprematismo, movimento artístico caracterizado pela sua composição de formas geométricas no plano bidimensional e tridimensional, predominantemente assente num ensaio colorido. Nesta mesma linha formal, por intermédio de uma interpretação meramente geométrica, optou-se por ilustrar o princípio organizacional do plano de intervenção proposto por intermédio desta mesma ideia matriz, recorrendo a elementos geométricos como se torna evidente na página seguinte (Fig. 26).

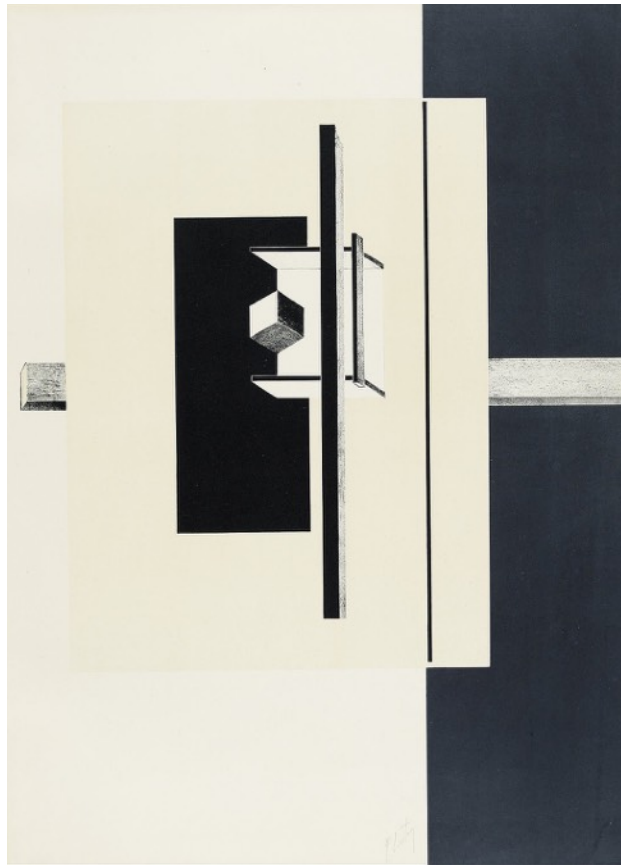


Fig.26 1o Kestnermappe de El Lissitzky (1923)

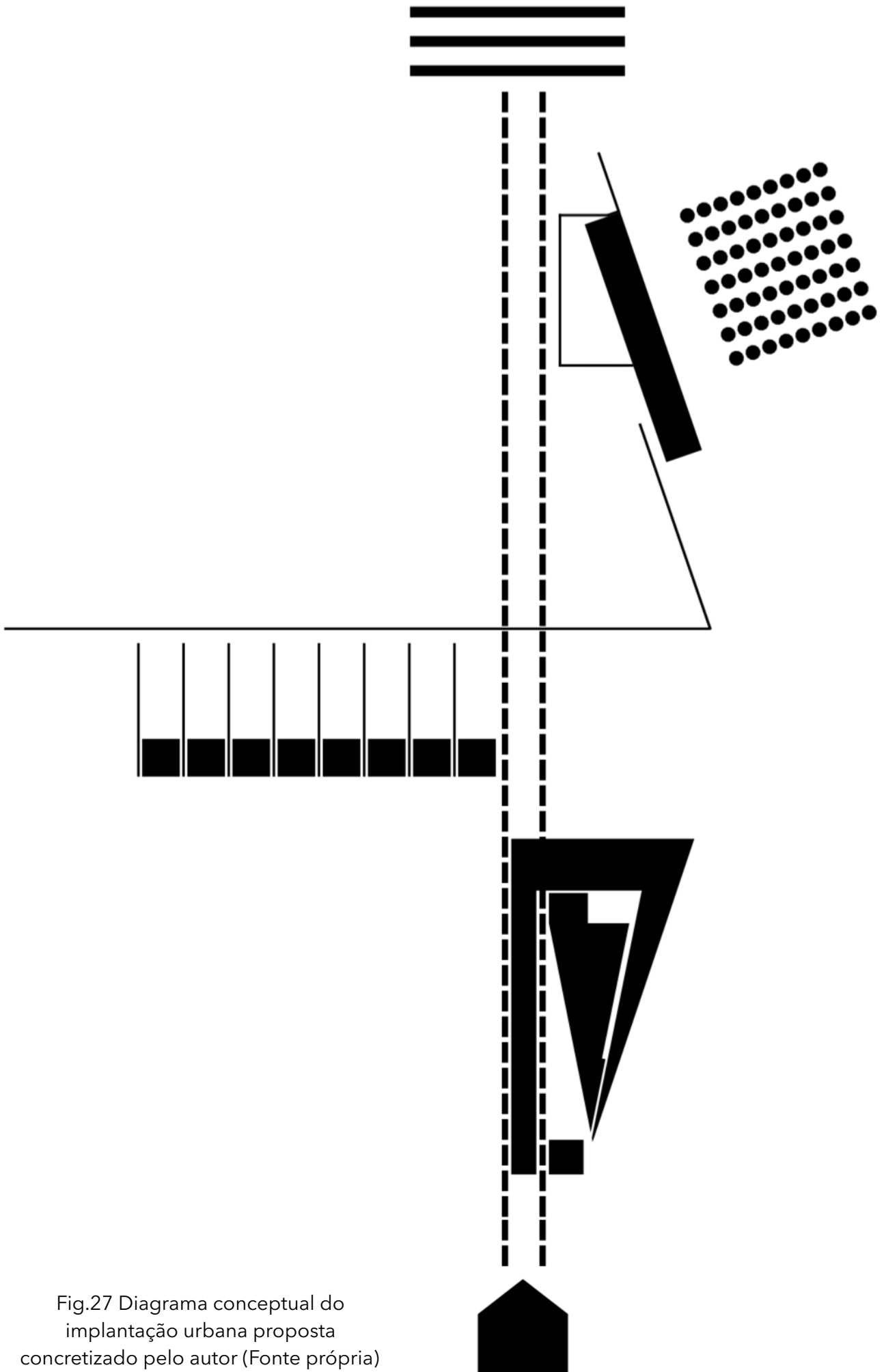


Fig.27 Diagrama conceptual do implantação urbana proposta concretizado pelo autor (Fonte própria)

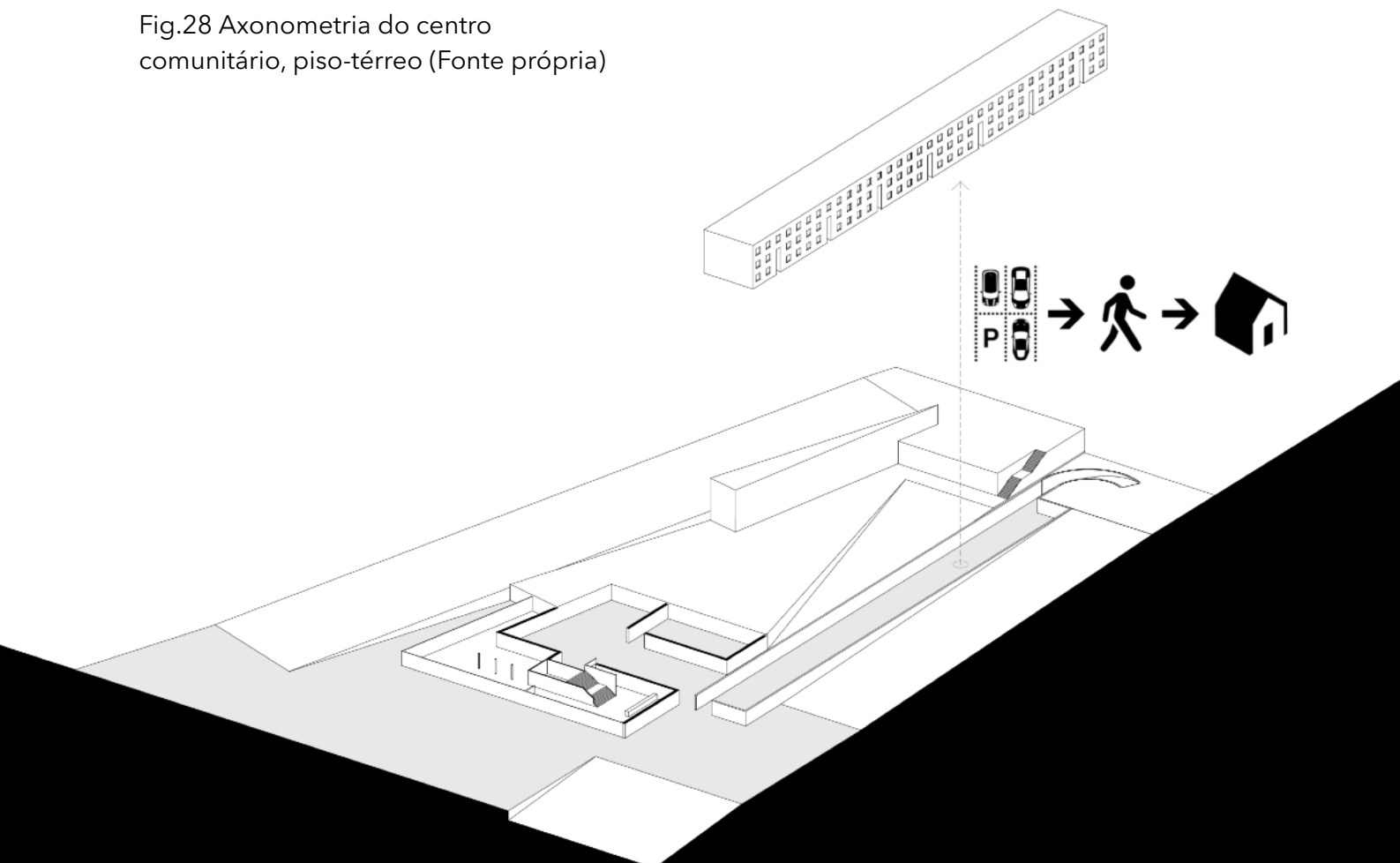
# CENTRO COMUNITÁRIO



A essência da presente investigação projectual converge na concepção do Centro Comunitário e sua materialização do conceito de inclusão social. Por forma a que o objecto arquitectónico não se torne obsoleto, torna-se imperativo o estabelecimento de novas dinâmicas constantes. Como tal, e atendendo às especificidades programáticas do Centro Comunitário, achou-se proveitosa a implementação de um núcleo habitacional no edifício, reforçando assim o sentimento de pertença e vida comunitária.

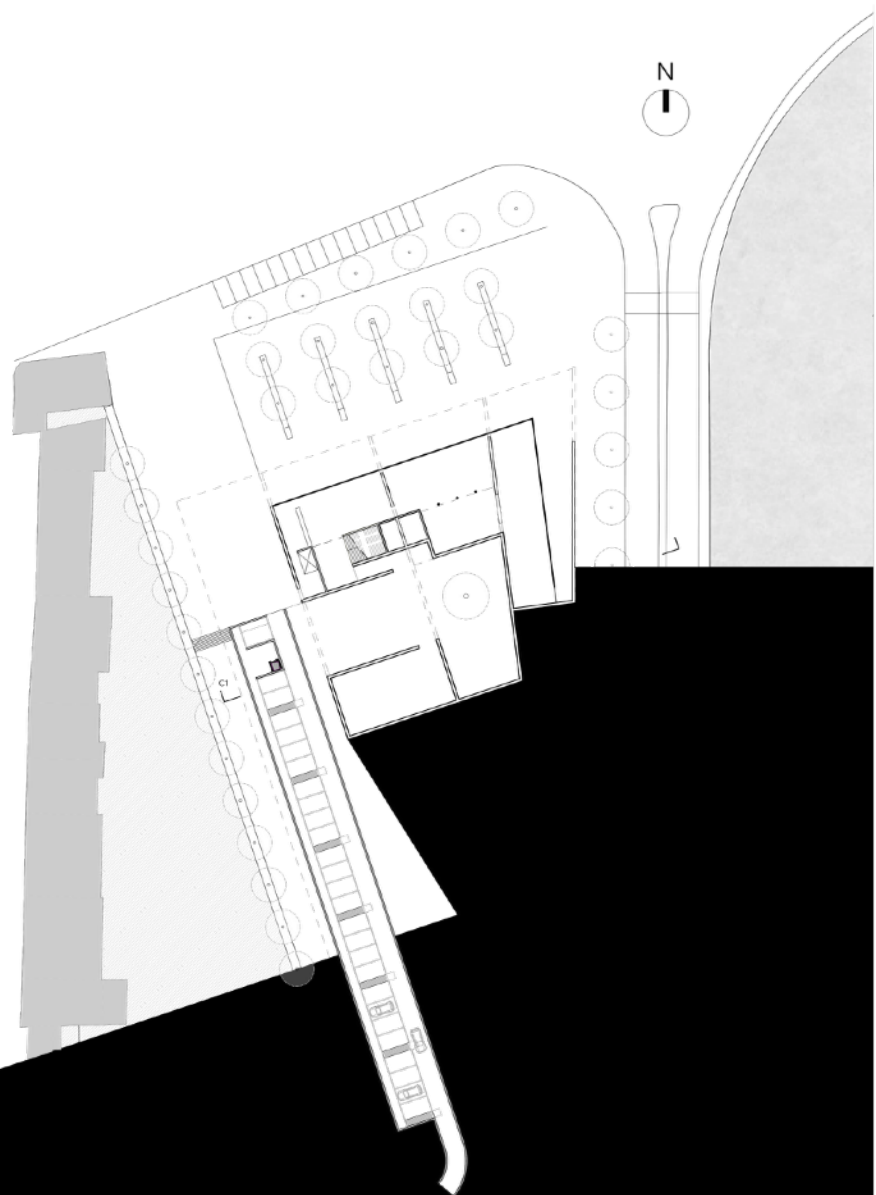
À cota do piso térreo, desenvolve-se a citada bifurcação da alameda, originando duas vias de circulação pedonal (Fig. 27). Uma das vias desenvolve-se longitudinalmente à ala habitacional, coexistindo num momento inicial com uma via de acesso automóvel que se introduz num estacionamento, menos de um piso abaixo da cota de soleira, na projecção vertical dos espaços habitacionais por forma a facultar acesso imediato às mesmas. A outra via conflui para dentro do edifício e articula-se, num primeiro momento, com uma rampa que se desenvolve contigualmente ao edifício por forma a alcançar o solar, mas também com um pátio, em redor do qual se desenvolve o edifício. É neste espaço que decorre o acesso para o interior do edifício comunitário.

Fig.28 Axonometria do centro comunitário, piso-térreo (Fonte própria)



A presente planta do piso térreo (Fig. 28) permite obter essa leitura do estacionamento que vem bifurcar a alameda em dois percursos distintos nos quais um deles vem confluir num pátio encerrado pelo centro comunitário. O corte (Fig. 28) permite ainda elucidar a organização do espaço vertical que articula a circulação no estacionamento até alcançarmos o espaço habitacional. Percebemos que o percurso que conduz ao pátio é, num primeiro momento, comprimido por uma grande nave, por intermédio de um pé-direito contido, até finalmente descomprimir no momento de chegada.

Fig.29 Planta do piso térreo do centro comunitário e corte C1 (Fonte própria)



CORTE C1



O pátio (Fig.29) encontra-se anexo a um dos momentos de entrada do edifício, facultando acesso, num primeiro instante, à área de recepção que, por sua vez, se bifurca no acesso ao piso superior por intermédio de uma escadaria que, se contornada, permite-nos progredir ainda no piso térreo até alcançar o espaço de restauração. Este encontra-se solenizado por intermédio de um pé direito duplo cuja configuração procura o alinhamento dos limites da escadaria, delimitado por intermédio de colunas e a projecção de um dos planos que encerra o pátio. Esta dualidade de espaços ora comprimidos, ora libertados, permite hierarquizá-los, sublinhando os percursos que se descrevem como mais controlados e contíguos, onde o vazio por fim resulta em pés-direitos que aspiram à verticalidade na pretensão de estabelecer um diálogo com outros momentos e vazios que confluem nos pisos superiores e permitir a emancipação da luz natural que banha o espaço.



Fig.30 Render do pátio do centro comunitário (Fonte própria)

Progredindo para o piso superior, por intermédio da escadaria que se desenvolve na área da recepção (Fig.30), alcançamos um momento charneira do edifício onde, progredindo na mesma direcção, alcançamos um balcão que contempla o pé direito livre do espaço de restauração presente no piso inferior. A acentuada verticalidade do espaço culmina numa clarabóia privilegiando a incidência de luz natural aos espaços adjacentes a este vazio.

Nesse momento charneira, se nos orientarmos para a direita, iremos alcançar um espaço que representa, pela sua matriz programática, a linha de pensamento do conceito de inclusão social. Um espaço vocacionado para diversas praticas com vista a sua apropriação.

Este espaço consiste numa sala polivalente e surge sob a forma de uma nave suspensa que se afirma como elemento gerador do projecto que se desenvolve em seu redor. Este momento articula a circulação periférica existente nas instalações do centro comunitário e do sector habitacional. Este volume é provido de duas entradas, uma proveniente do interior e outra incidente para o exterior.

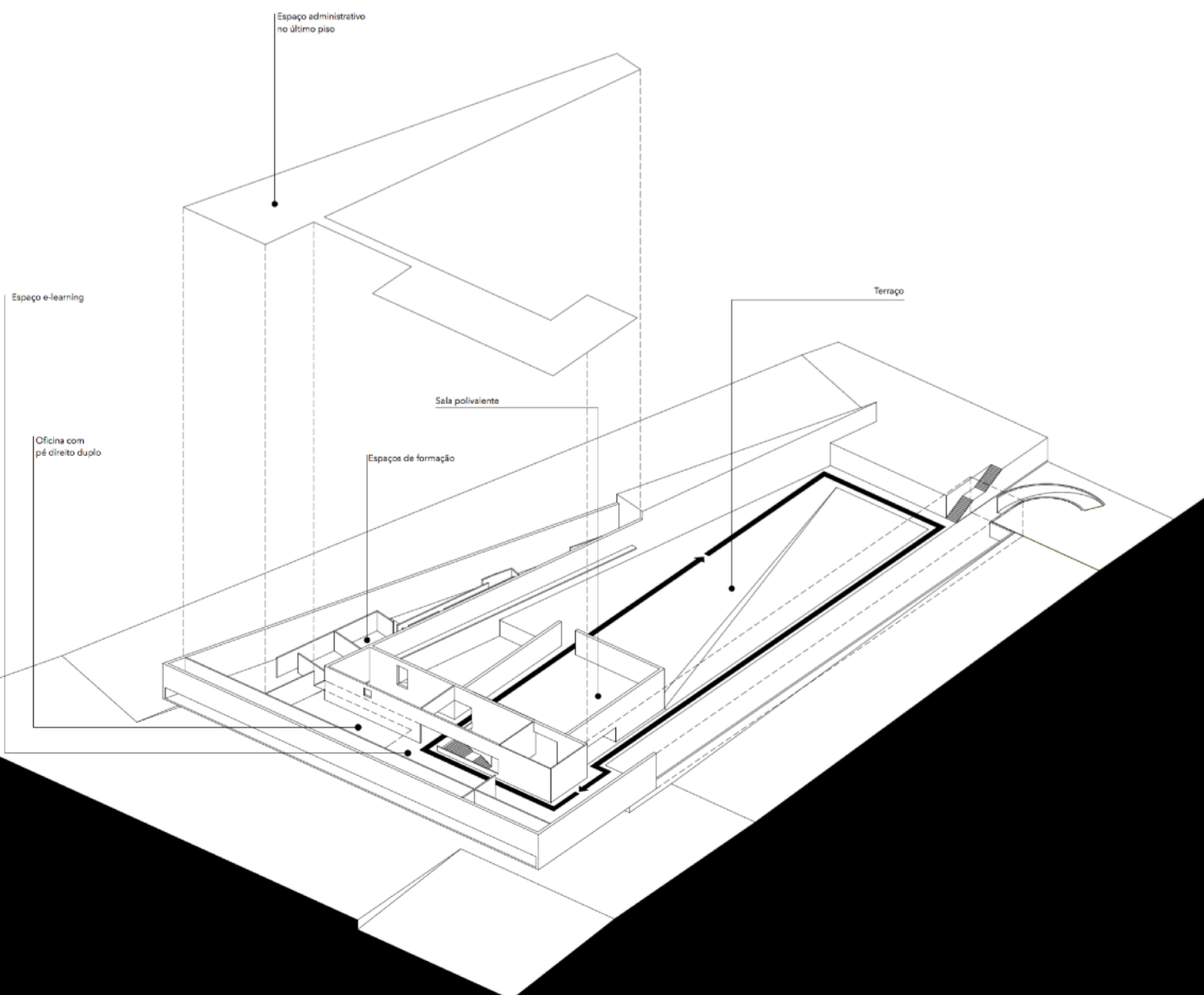
Fig.31 Render do acesso vertical anexo à recepção do centro comunitário (Fonte própria)



O percurso desta última induz para um terraço que se conjuga com a galeria comum do núcleo habitacional que culmina, novamente, para o interior do centro comunitário, percurso este que circunda a área da escadaria até novamente regressar a este espaço polivalente.

Este espaço visa o estabelecimento de uma área de intervenção comum a todos os ocupantes do núcleo habitacional e visitantes do centro comunitário ao providenciar um espaço propício às mais diversas práticas de natureza expositiva, teatral, religiosa e desportiva. Algo alcançável por intermédio de uma configuração flexível e adaptável às necessidades intrínsecas às actividades que nele irão decorrer.

Fig.32 Axonometria do centro comunitário piso 1 (Fonte própria)



Este espaço deriva do conceito de “black box” já explorado em alguns projectos, nomeadamente no Centro de Artes Contemporâneas do arquitecto João Mendes Ribeiro (imagem abaixo) que, apesar de não deter a variante programática pretendida para o sala polivalente do centro comunitário, evidencia as características de um espaço “inacabado” no sentido em que o seu propósito é inerente às actividades nele decorridas, as infraestruturas evidenciam o parâmetro mutável do espaço incentivando a iniciativa de apropriação por parte dos seus ocupantes.

Assim, gera-se um espaço polarizador de novas dinâmicas cujas atrações são transcendentais a limites geracionais ou éticos, promovendo o sentido de interacção e aceitação com vista o estabelecimento de tolerância e laços sociais.

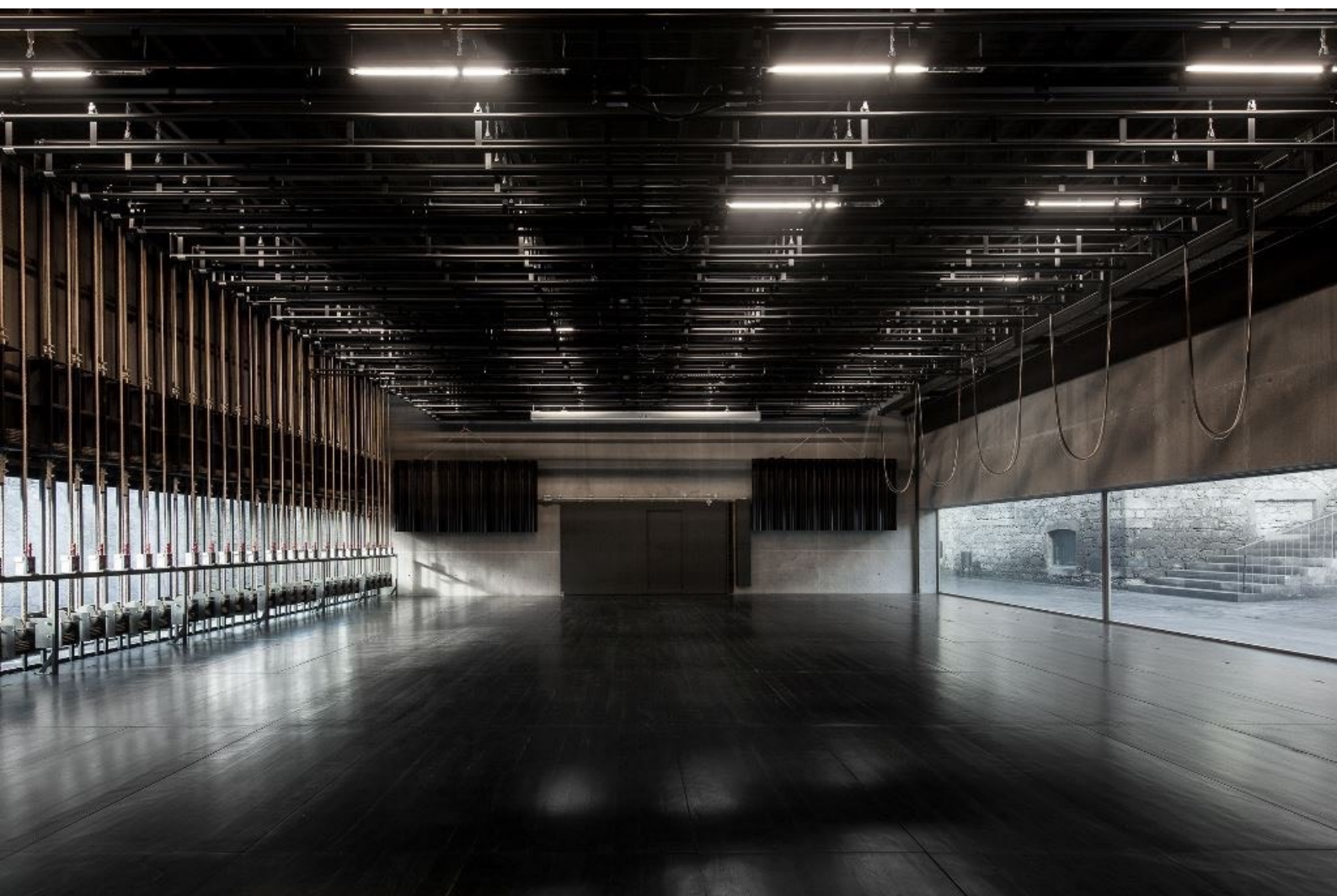
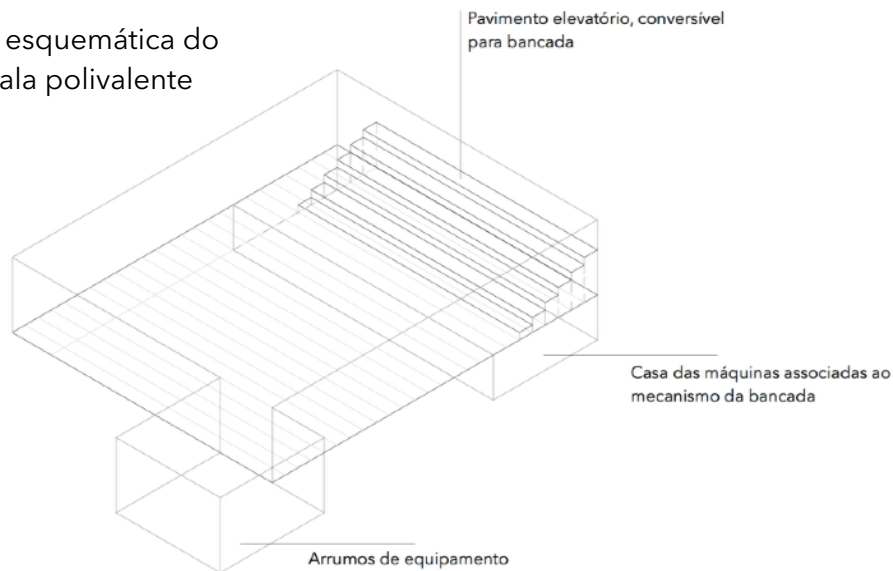


Fig.33 Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas com a autoria do arquitecto João Mendes Ribeiro. Registo fotográfico de José Campos.

Fig.34 Axonometria esquemática do funcionamento da sala polivalente  
(Fonte própria)



A sala polivalente não pode, evidentemente, restringir-se aos limites do centro comunitário enquanto que micro-organismo urbano. Tal apenas iria sectorizar aquele momento da cidade o que iria incidir numa inevitável alienação. Esta deverá articular-se com os espaço que partilham a mesma génese na malha urbana circundante, propício aos estabelecimento de novas parcerias e sustentação deste tipo de iniciativa.

Este espaço, como já referido anteriormente, é envolvido pelo percurso que amarra a totalidade de conjunto. Tal incentiva à ocorrência de vivências comunitárias entre os ocupantes do centro e estabelecimento de laços de vizinhança entre eles. Assim, os habitantes do núcleo habitacional obtém uma interacção imediata com as actividades que no centro decorrem num diálogo interno, entre os mesmos, e externo para com os visitantes provenientes de fora.

Esta articulação é notória no plano, na medida em que se destaca uma discrepância de escalar entre os aposentos habitacionais do centro e as áreas públicas nele contidas, o que é natural atendendo às especificações de cada espaço. Disparidade no entanto atenuada e articulado por intermédio do percurso periférico.

Um exemplo desta atenuação escalar entre os compartimentos de um edificado consiste no convento de La Tourette cujo conteúdo programática abrange diversas variantes e escalas, articuladas entre elas por intermédio de um percurso que revolve em redor de um claustro, elemento gerador e organizador do espaço circundante. Pretendeu-se, assim, reproduzir esta abordagem no centro comunitário.

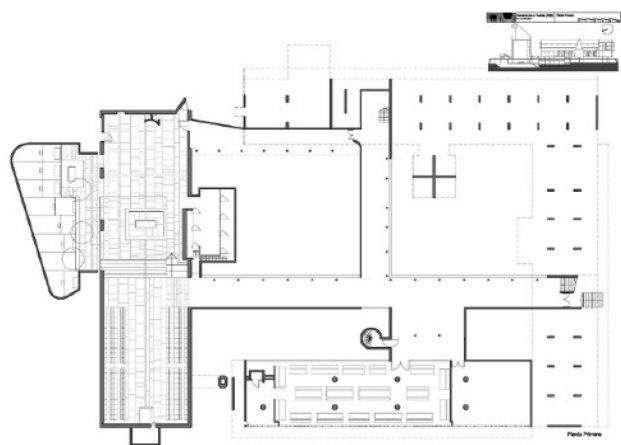


Fig.35 Planta piso térreo do convento de La Tourette por Le Corbusier. Fonte: [http://www.urbipedia.org/images/thumb/9/98/LeCorbusier.Conento\\_La\\_Tourette.Planos2.jpg/354px-LeCorbusier.Conento\\_La\\_Tourette.Planos2.jpg](http://www.urbipedia.org/images/thumb/9/98/LeCorbusier.Conento_La_Tourette.Planos2.jpg/354px-LeCorbusier.Conento_La_Tourette.Planos2.jpg)



Fig.36 Convento de La Tourette (editada pelo autor). Fonte: <http://www.lozie.com/wp/wp-content/uploads/2014/08/3L0B2371.jpg>

Na página seguinte, será perceptível na planta do piso 1 esta confluência dos espaços por intermédio do percurso gerado e que tem a sala polivalente como seu epicentro. Os espaços habitacionais, sobre os quais irei diferir posteriormente, apresentam áreas controladas inscrevendo-se na variante da habitação social. Como tal, não providenciam grandes áreas de fruição ou recreação para os seus ocupantes. Ao articular os módulos habitacionais com o centro, a listagem programática nele contida poderá dissipar este entrave, num primeiro momento por intermédio de um espaço e-learning onde os seus ocupantes poderão usufruir de todo o tipo de equipamento de carácter cibernético com vista a facilitar a introdução aos novos processos tecnológico, com fins educativos e estabelecimento de novas pontes de comunicação.

Surge ainda, anexo a este espaço, uma oficina de artes criativas, com vista a produção de todo o tipo de elementos associados às actividades desempenhadas na sala polivalente que, no estabelecimento de parcerias com outros organismos externos ao centro comunitário, poderá ainda estender-se a outros campos de intervenção, sempre com vista o estabelecimento de laços sociais de entre-ajuda ao prover as pessoas de um objectivo comum cujo alcance beneficiará, directa ou indirectamente os seus intervenientes.

Fig.37 Corte C2 ilustrando variações de pé-direito (Fonte própria)

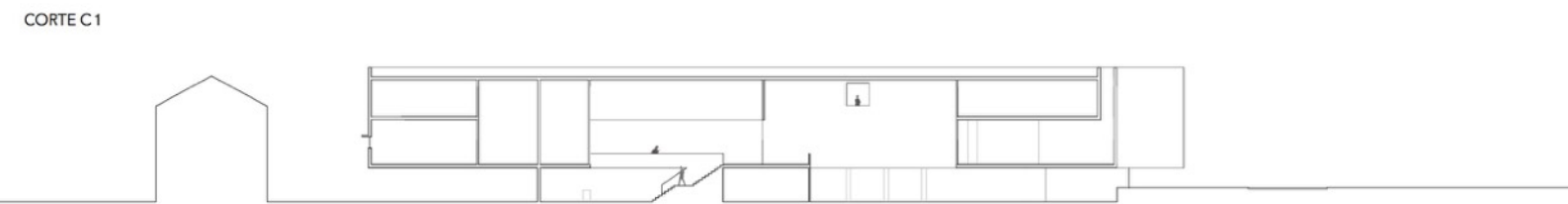
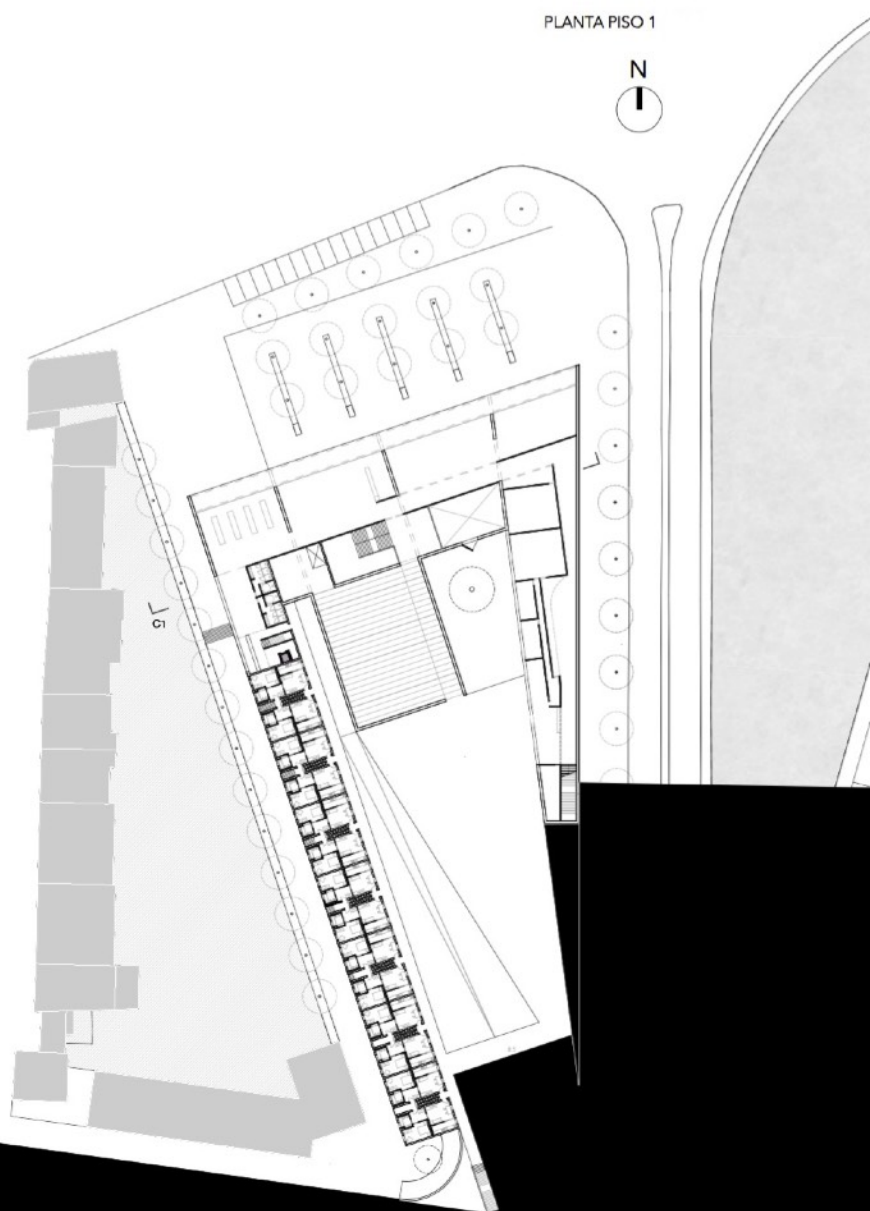


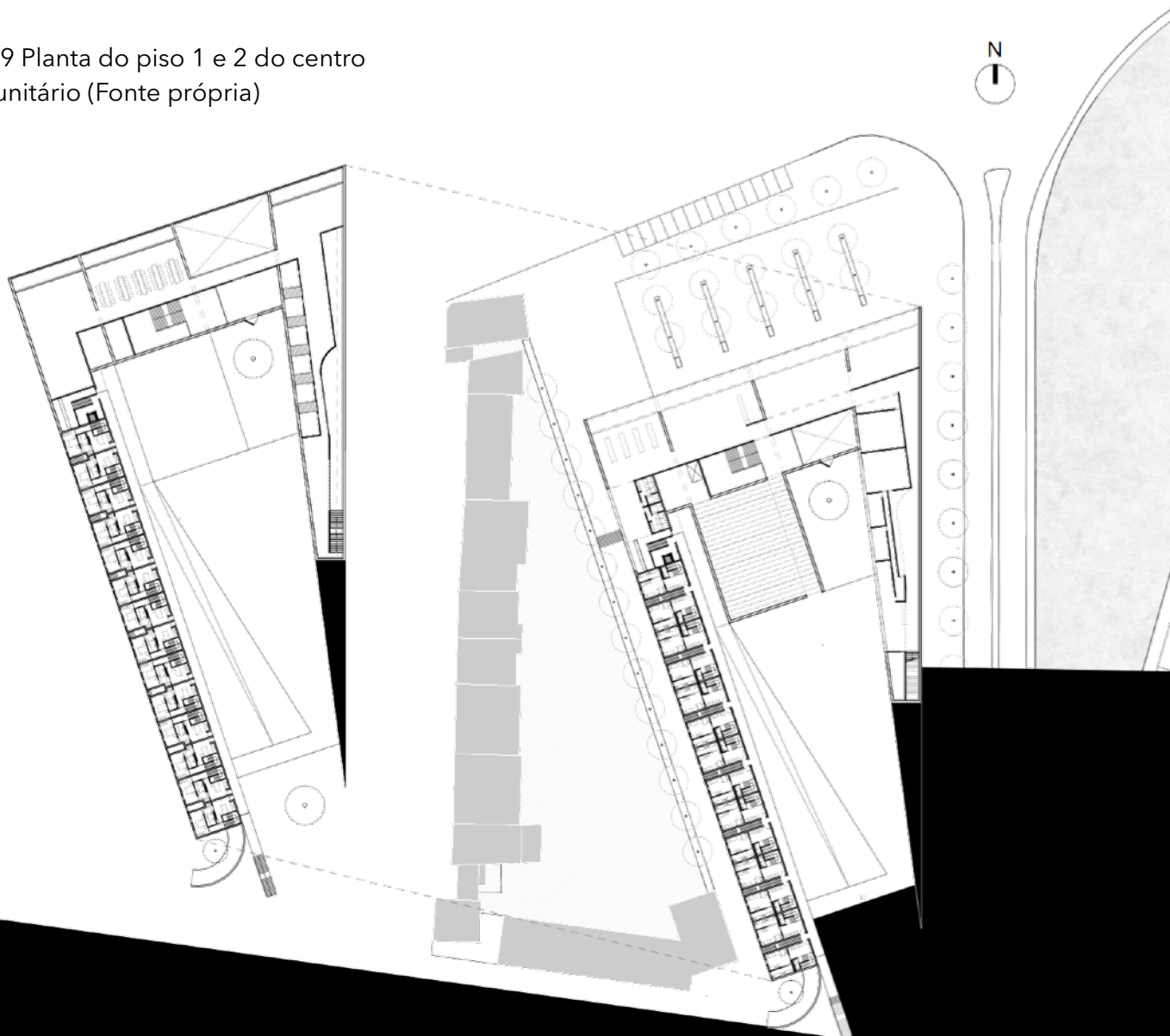
Fig.38 Planta do piso 1 do centro comunitário (Fonte própria)



Ainda na extremidade do piso 1, surge um núcleo que encerra o alçado Este. Este consiste num momento de articulação entre áreas de circulação livre às áreas interditas às pessoas estranhas ao serviço. Surge, num primeiro momento, salas de formação destinadas a conferir aos seus frequentadores habilitações por forma a poderem desempenhar funções destinadas ao melhoramento da vida comunitária interna ao centro e externa, promovendo o sentido de pertença e auto-desenvolvimento de cada indivíduo ao alcançarem uma satisfação emocional pessoal ao sentirem-se um elemento imprescindível ao bom desenvolvimento da vida comunitária. Segue-se uma área de vestiário destinada os funcionários bem como um posto de segurança por forma a monopolizar o acesso à escadaria que faculta acesso ao piso superior, na sua íntegra provido de escritórios consistindo numa área administrativa.

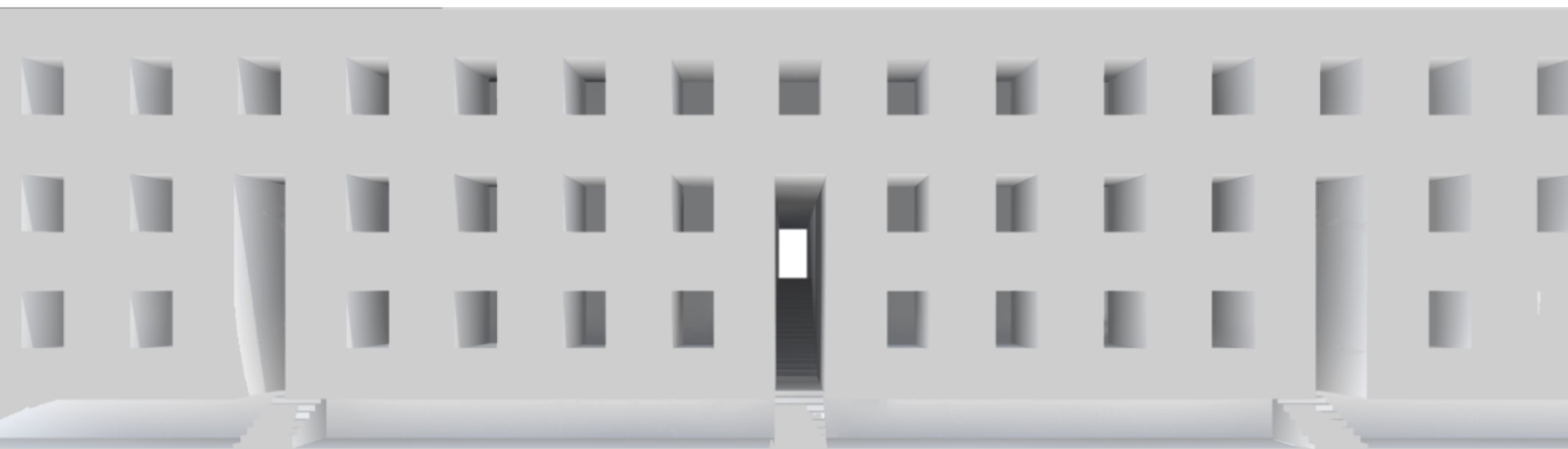
Fig.39 Planta do piso 1 e 2 do centro comunitário (Fonte própria)

PLANTA PISO 1 e 2





# CENTRO COMUNITÁRIO HOUSING



O núcleo habitacional do centro comunitário inscreve-se na linha da habitação social ao assumir às áreas contidas, alcançado custos controlados. O conceito inicial consistia na elaboração de um módulo provido de 3 pisos, rasgado longitudinalmente por um lance de escadas que facultava uma continuidade, visual e urbana entre o arruamento adjacente ao centro comunitário e o interior deste último. O piso térreo, pela sua acessibilidade mais imediata, iria priorizar uma população mais idosa, enquanto que os pisos superiores consistirão em dois duplex mais vocacionados para famílias numa faixa etária mais reduzida.

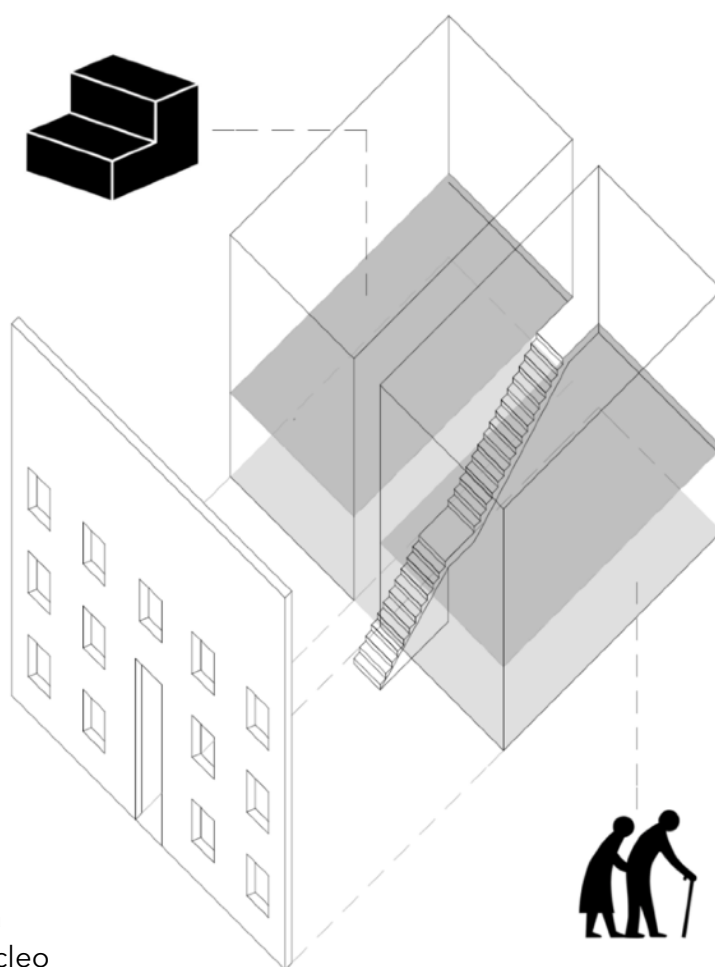


Fig.40 Axonometria esquemática no núcleo habitacional (Fonte própria)

Em termos de configuração, o núcleo deveria repercutir a linha de sombra gerada pelo consola do alçado norte do centro comunitário, existindo um afastamento do plano da fachada relativamente ao seu embasamento, vencido por intermédio de um bloco de escadas. Desnível este que se vai atenuando com o progredir da topografia no sentido ascendente.

Considerando a disposição e organização espacial do espaço habitacional, este desenvolver-se-à seguindo uma lógica de repetição dos vários módulos concebidos. Como tal, optou-se por reportar esta linha de pensamento no alçado que transparece este princípio de sequência e ritmo regular.

Outro elemento de destaque na composição do alçado do módulo habitacional consiste no vazamento existente no eixo de ligação do arruamento até a galeria comum dos núcleos habitacionais, galeria esta que, posteriormente, faculta acesso ao centro comunitário. A disposição de vãos de modo religiosamente regular iria engendrar uma composição seca e desprovido de uma escala. A marcação destes vãos por intermédio de um gesto vertical discrimina a disposição dos módulos, confere escala ao conjunto e auxilia na marcação dos momentos de passagem.

Fig. 41  
ALÇADO POENTE // escala 1/250 (Fonte própria)

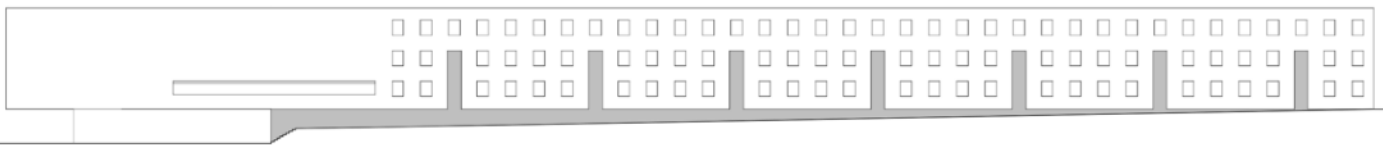
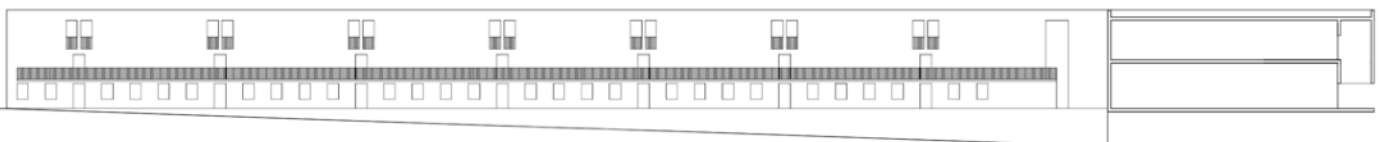


Fig. 42  
ALÇADO NASCENTE // escala 1/250 (Fonte própria)

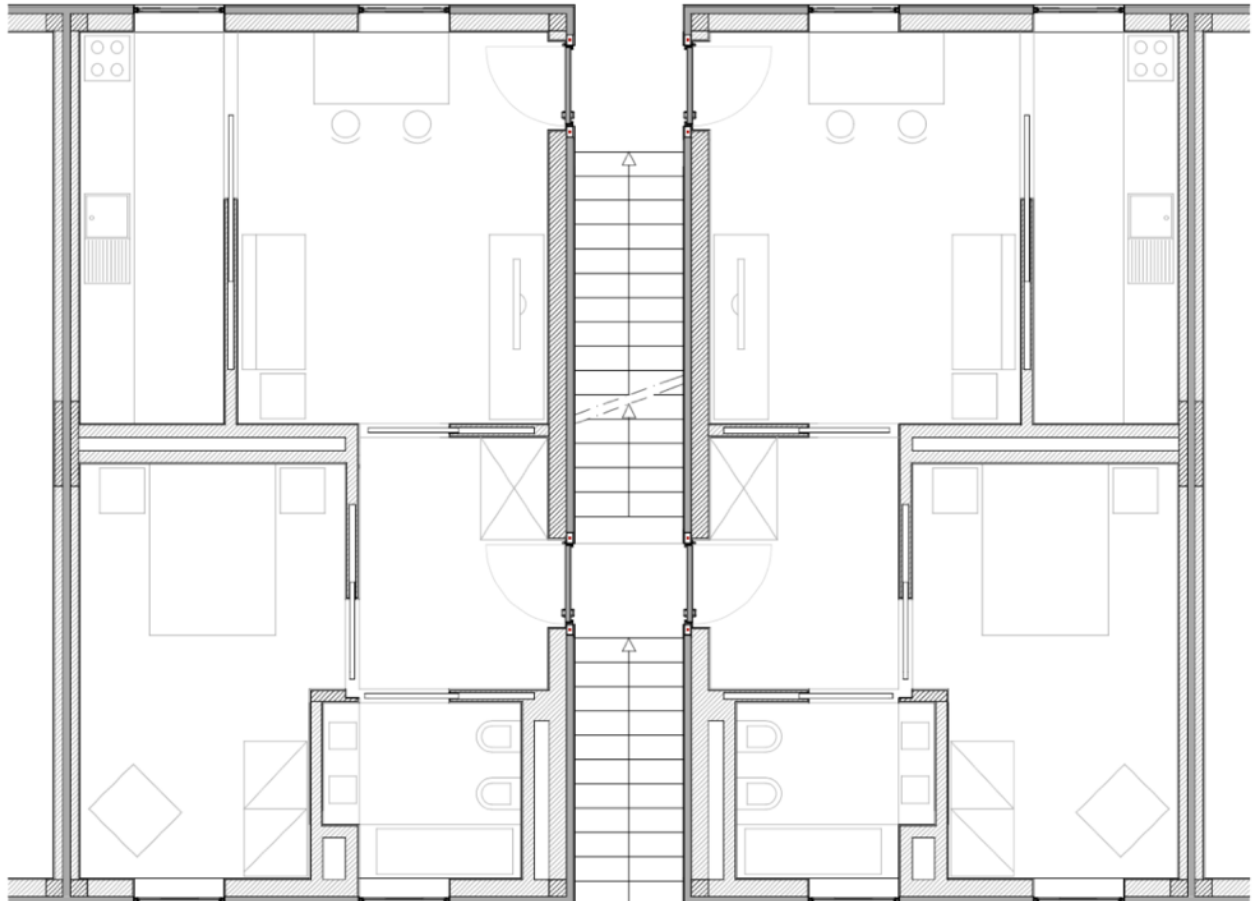


Já referimos anteriormente que a partir do piso de estacionamento, desenvolve-se uma escadaria que faculta acesso, num primeiro momento, a um patamar de descanso onde as respectivas laterais providenciam acesso às unidades habitacionais presentes no piso térreo, privilegiando questões de acessibilidade e conforto, e num segundo momento, à galeria comum aos módulos habitacionais.

As unidades do piso térreo caracterizam-se por T1's e encontram-se providos de duas entradas. Um dos acessos efectua-se no alçado poente por intermédio do bloco de escadas, outro no patamar de descanso anexo à escadaria proveniente do estacionamento e da galeria. A primeira faculta acesso a um hall de entrada que subdivide a área social e a área íntima do espaço habitacional enquanto que o acesso alternativo faculta acesso à área habitacional. A integra dos compartimentos no espaço habitacional encontram-se providos de iluminação natural providenciando uma renovação de ar natural. O piso caracteriza-se por uma simetria, criando uma dualidade na repetição do presente esquema tipológico.

Fig. 43 Planta tipologia habitacional (Fonte própria)

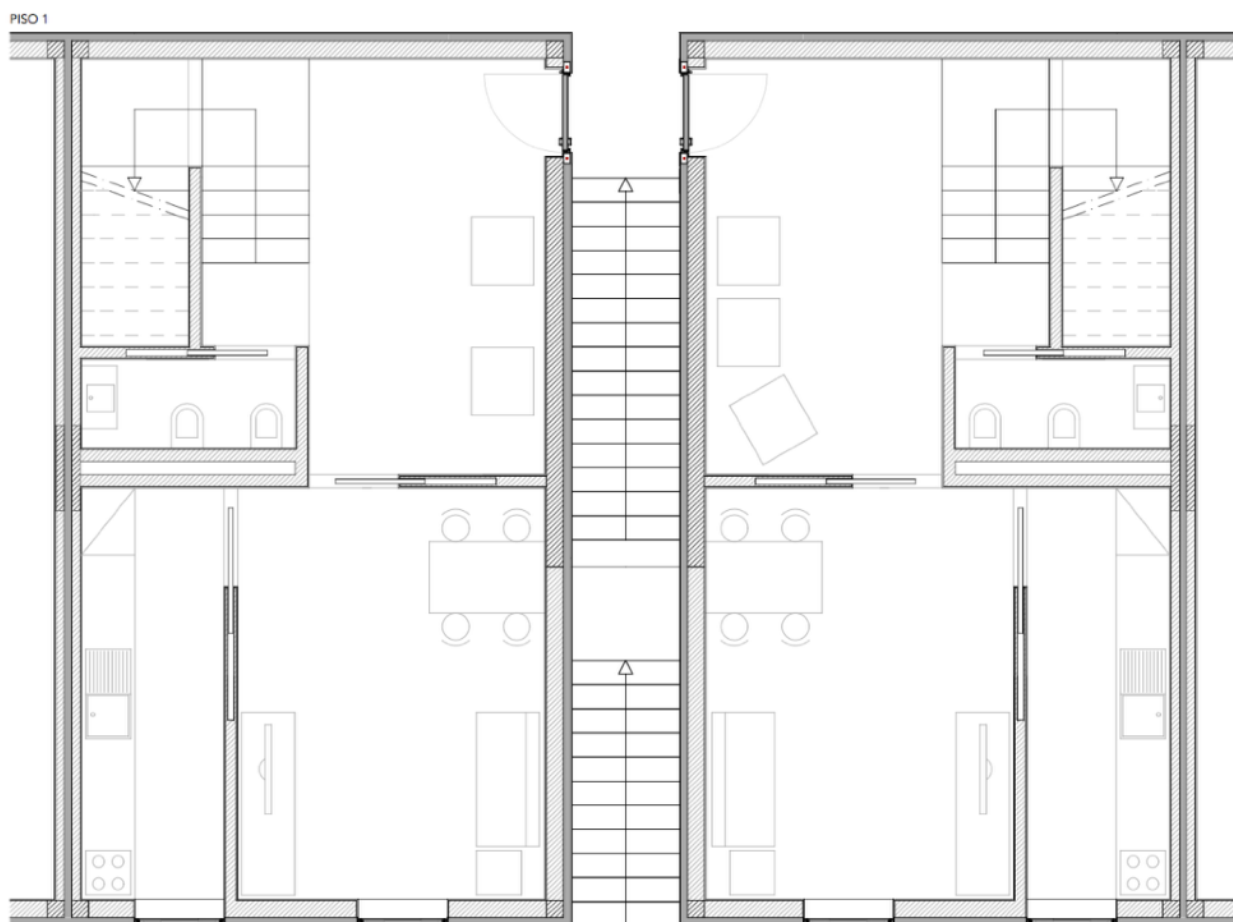
PISO R/C



O acesso ao piso 1 do espaço habitacional pode efectuar-se também de dois modos. Pela escadaria situada no seguimento do bloco de escadas do alçado poente ou por uma galeria, situada a uma cota superior da anteriormente referida, alcançada por intermédio de um núcleo de acessos verticais localizado na tangente do núcleo habitacional com o centro comunitário.

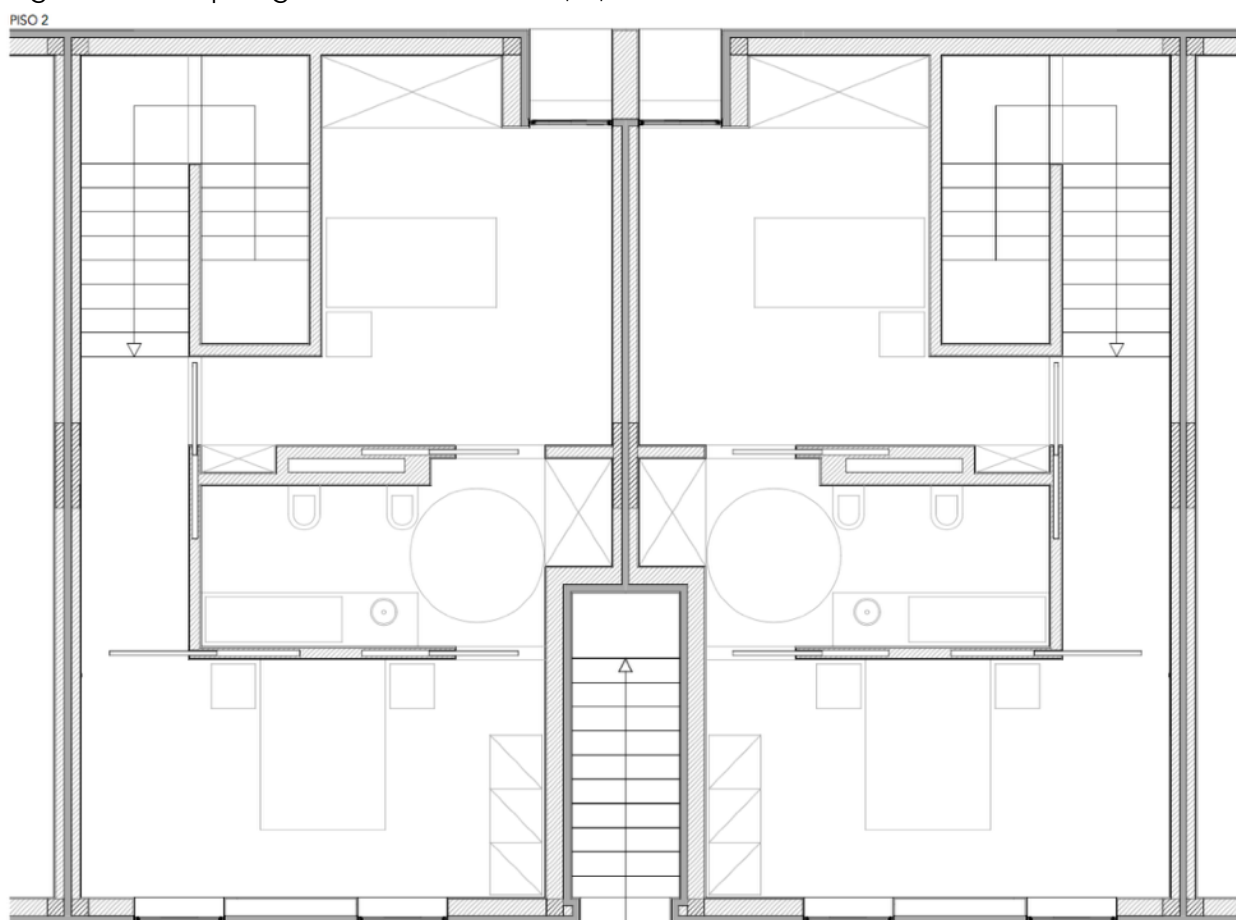
Assistimos aqui também a uma duplicação da tipologia por intermédio de uma simetria marcada pela escadaria que rasga o modulo habitacional. O acesso ocorre num único momento e, à semelhança do piso inferior, induz para um hall que media a relação entre as áreas íntimas e sociais. No piso 1 apenas se encontram as áreas sociais com uma disposição semelhante à produzida no piso inferior. Uma escadaria que se desenvolve em "U" faculta acesso ao piso superior onde se localiza a área íntima.

Fig. 44 Planta tipologia habitacional (Fonte própria)



Prosseguimos então para o segundo e ultimo piso que se desenvolve em redor da instalação sanitária partilhada por dois quartos. Um deles privilegia de uma orientação para poente enquanto que o seu oposto para nascente. Este último encontra-se provido de uma varanda, não projectada mas sim escavada resultando num negativo na massa que compõe a totalidade do conjunto edificado por forma a não atenuar a leitura do gesto do edifício.

Fig. 45 Planta tipologia habitacional (Fonte própria)



## Conclusão

Torna-se evidente que a arquitectura detém profundas repercussões nos nossos sistemas sociais cuja própria deve ser embebida dos princípios morais e éticos desejados. O espaço no qual interagimos e nos movimentamos molda as nossas perspectivas, gera uma atmosfera. Com isto dito, torna-se evidente que condições espaciais precárias induzem para posições e vivências precárias.

A justiça espacial desenvolve-se portanto paralelamente à justiça social onde a complexidade da cidade, enquanto que organismo, exige respostas cada vez mais incisivas, no entanto, também elas abrangentes a diversos grupos sociais. Quando o objecto criado, o espaço controlado e a atmosfera gerada é propícia, as vivências perpetuarão essa valência obtendo assim um ambiente onde as interacções sociais decorrerão num plano amistoso.

A nossa vontade não é no entanto imutável, e as constantes viragens de pensamento, posições e códigos tornam a inclusão social numa visão quase que utópica. As vontades ditam o projecto na sua procura da inteligência, não sejam elas adequadas, os resultados reverteram num cenário de pessimismo exacerbado. Encaro a nossa actividade como um instrumento fantástico em prol da vida, resta-nos ajustar as nossas vontades, onde a unanimidade é no entanto, ela sim, utópica. Que assim o permaneça.

Fig. 46 Render centro comunitário vista exterior alçado Norte (Fonte própria)



## Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de, *Integração Social e exclusão social, algumas questões*, Análise Social, Vol. XXVIII, Nº 123-4

BONFIM, Catarina; SARAIVA, Maria; CURTO, Maria; ABRANTES, Maria; FERREIRA, Sofia, *Centro Comunitário*, Lisboa Direcção-Geral de Ação Social: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 2000

CARVALHO, Ricardo, *A Cidade Social Impasse. Desenvolvimento. Fragmento.*, Tinta da China, 2016

COSTA, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998

CULLEN, Gordon, *Paisagem Urbana*, Edições 70, 2006

GERTLER, S. Merci, *Tacit knowledge and the economic geography of context or the undefinable tacitness of being*, Toronto, The University of Toronto, 2001

GREGOTTI, Vittorio, *Architecture Means and ENDS*, Chicago, The University of Chicago Press, 2010

LITTLE, Charles, E., *Greenways for America*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1990

MARCUSE, Peter, *Spatial Justice: derivative but causal of social injustice*, Justice Spatial | Social Justice, Vol. 1

MORALES, Sola, *Terrain Vague, em Territórios*, Editorial Gustavo Gili, 1985

OLIVEIRA, Olivia de, *Lina Bo Bardi - Sutis substâncias de arquitectura*, Editorial Gustavo Gili, 2008

PAUGAM, Serge, *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, PUF, Paris, 1991s  
Plano Director Municipal de Viseu, Secção I Solo urbanizado Artigo 85º, publicado em Diário da República, 2ª serie - Nº188 - 2013

RODRIGUES, Dalila, *Património arquitectónico de Viseu: uma rélica desconhecida do claustro renascentista da Sé*, Viseu, Millenium, Revista do ISPV, nº 22, 2001

ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, São Paulo, Martins Fontes, 2001

SANDELL, Richard, *Museums as agents of social inclusion*, Museum Management and Curatorship, Vol. 17, Nº4

SOJA, Edward, *The City and Spacial Justice*, Justice Spatial | Social Justice, Vol. 1

TÁVORA, Fernando, *Da Organização do Espaço*, FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008

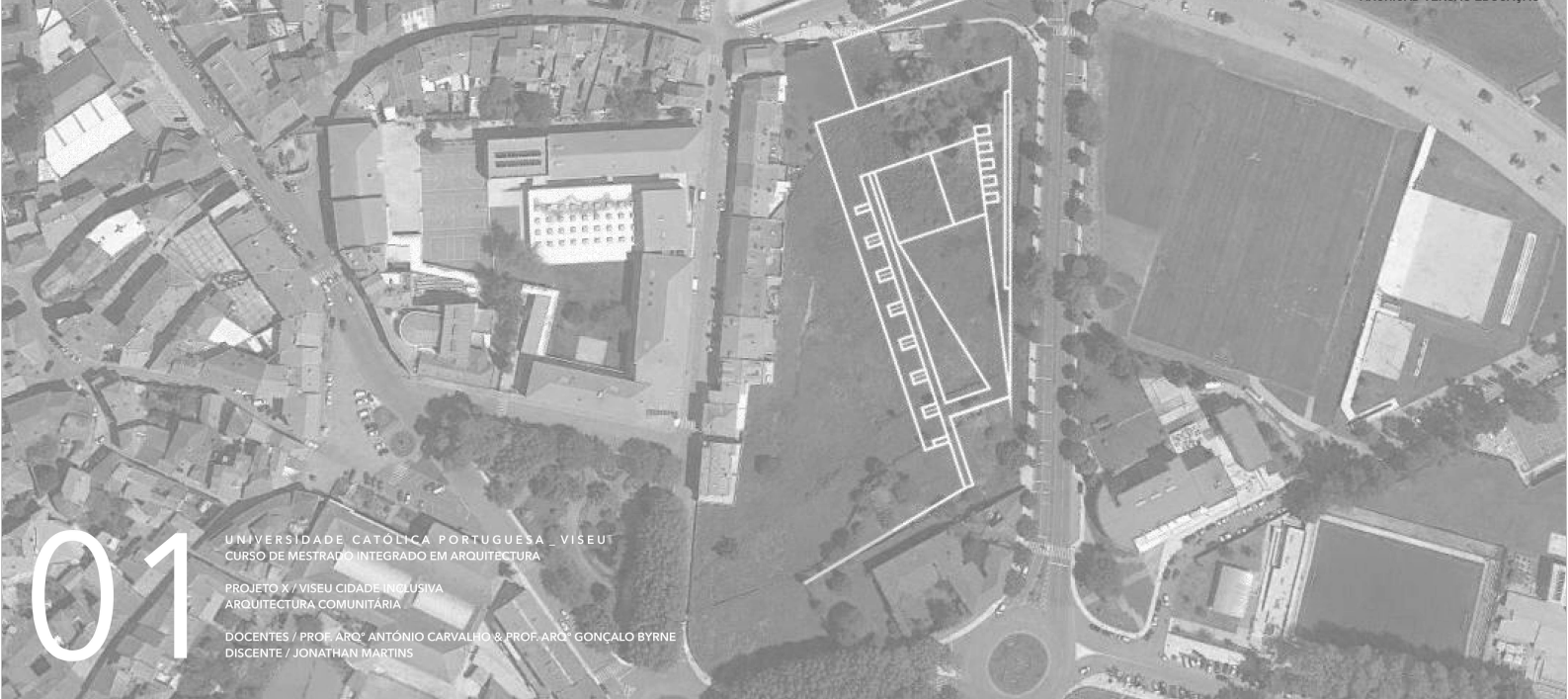
VAZ, João L. Inês, CARVALHO, Pedro Sobral de, *A construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana*, Viseu - Cidade de Afonso Henriques, Viseu, 2009

VAZ, João L. Inês; EUSÉBIO, Fátima; FERNANDES, Luís, *Guia para a reabilitação do centro histórico de Viseu*, AA. VV, CAP. 3 | Breve história urbana de Viseu, 2010

WINDEN, Willem Van, *The End of Social Inclusion? On information technology policy as a key to social inclusion in large European cities*, Regional Studies, Vol. 35, Issue Nº9

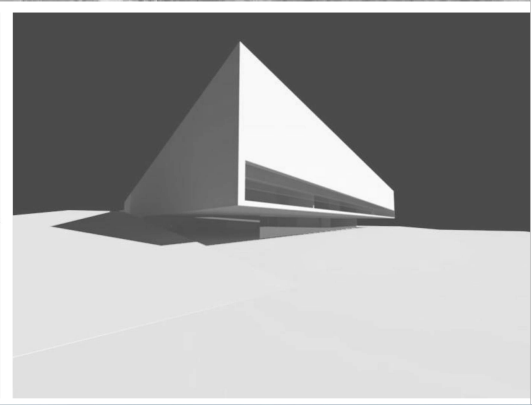
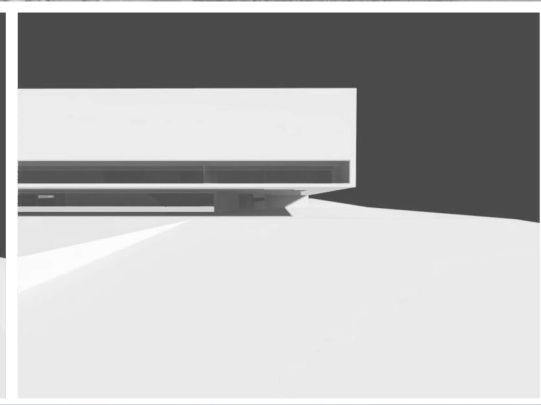
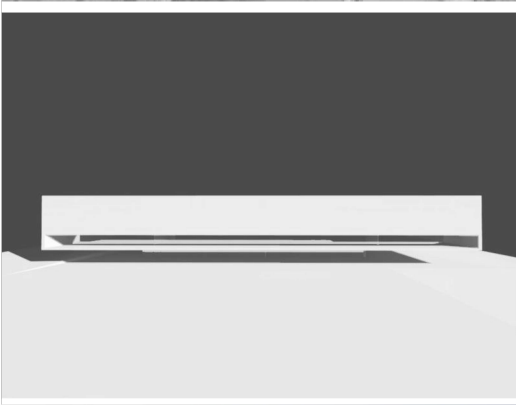




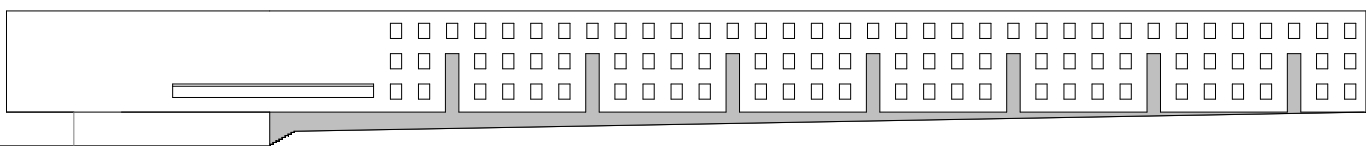


01

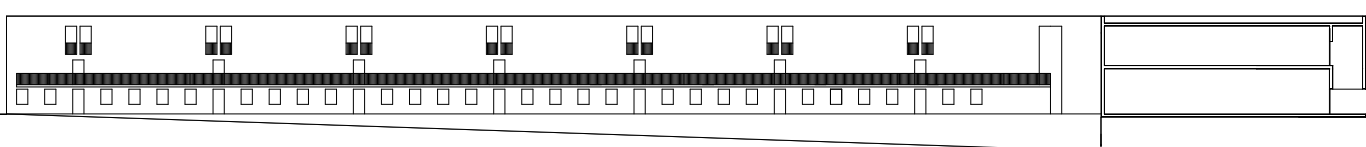
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA - VISEU  
CURSO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA  
PROJETO X / VISEU CIDADE INCLUSIVA  
ARQUITECTURA COMUNITÁRIA  
DOCENTES / PROF. ARO.º ANTÓNIO CARVALHO & PROF. ARO.º GONÇALO BYRNE  
DISCENTE / JONATHAN MARTINS



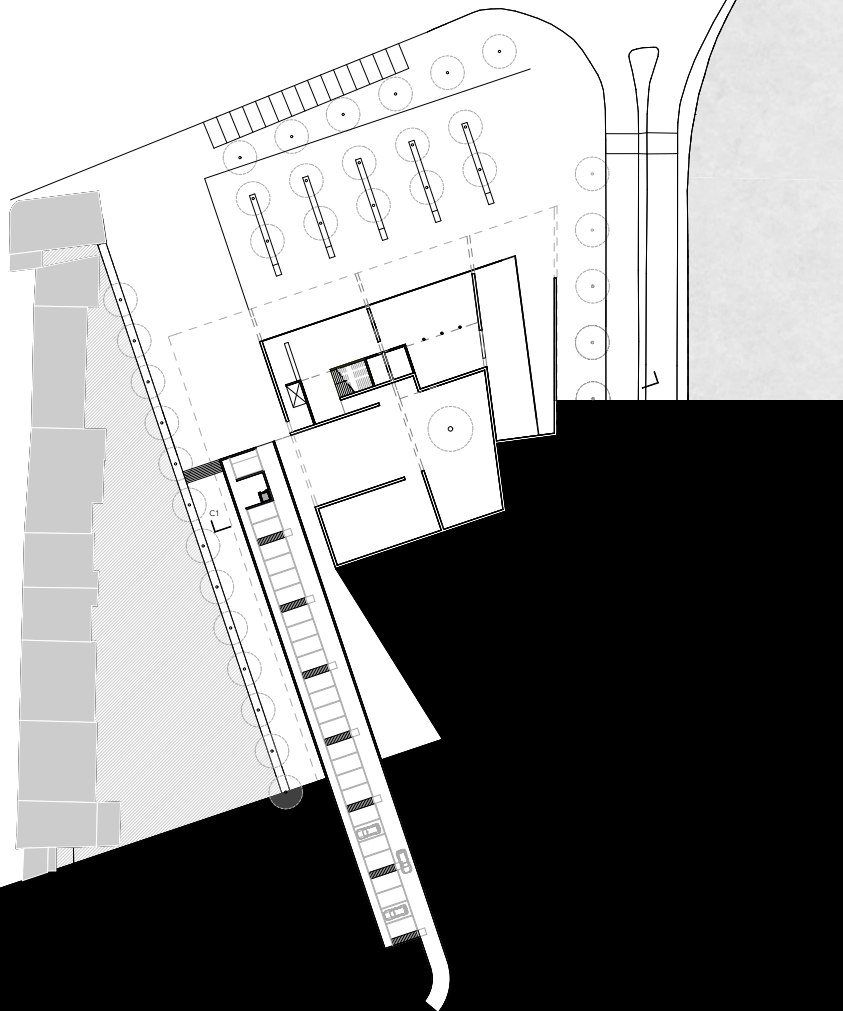
ALÇADO POENTE // escala 1/250



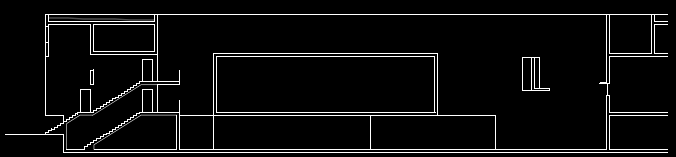
ALÇADO NASCENTE // escala 1/250



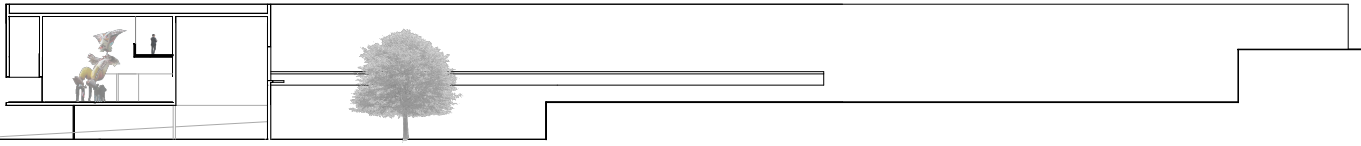
PLANTA PISO RC // escala 1/500



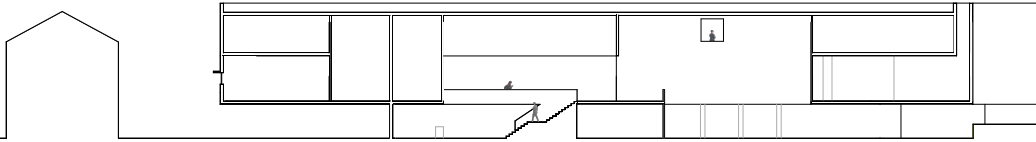
CORTE C1 // escala 1/250



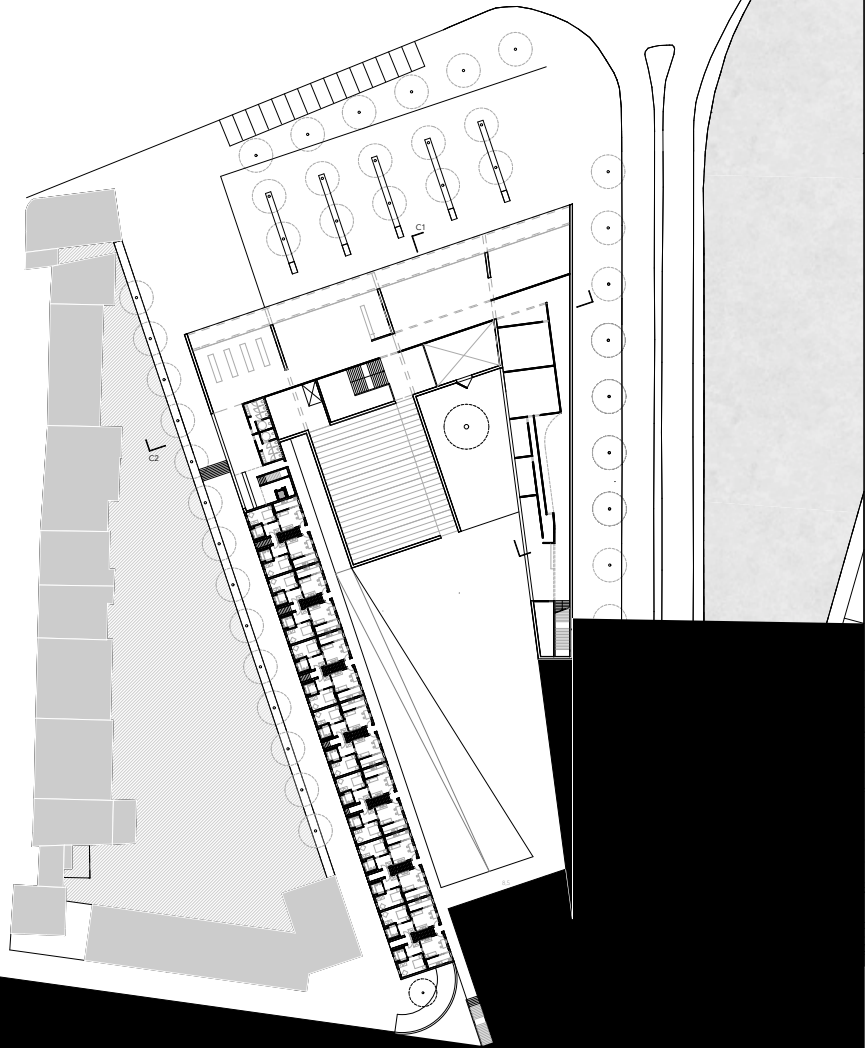
CORTE C1 // escala 1/250



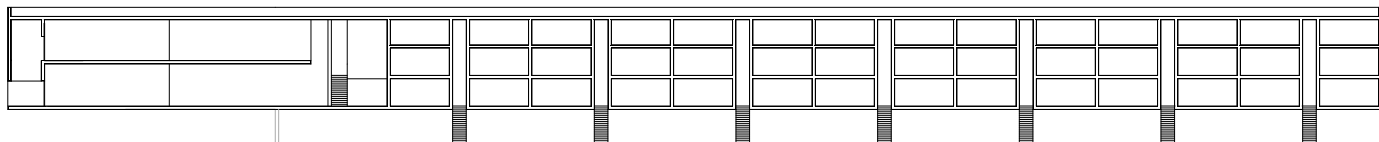
CORTE C2 // escala 1/250



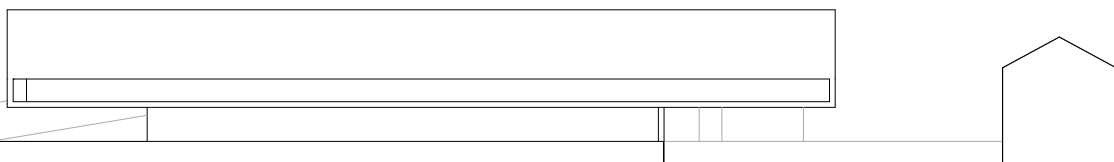
PLANTA PISO 1 // escala 1/500



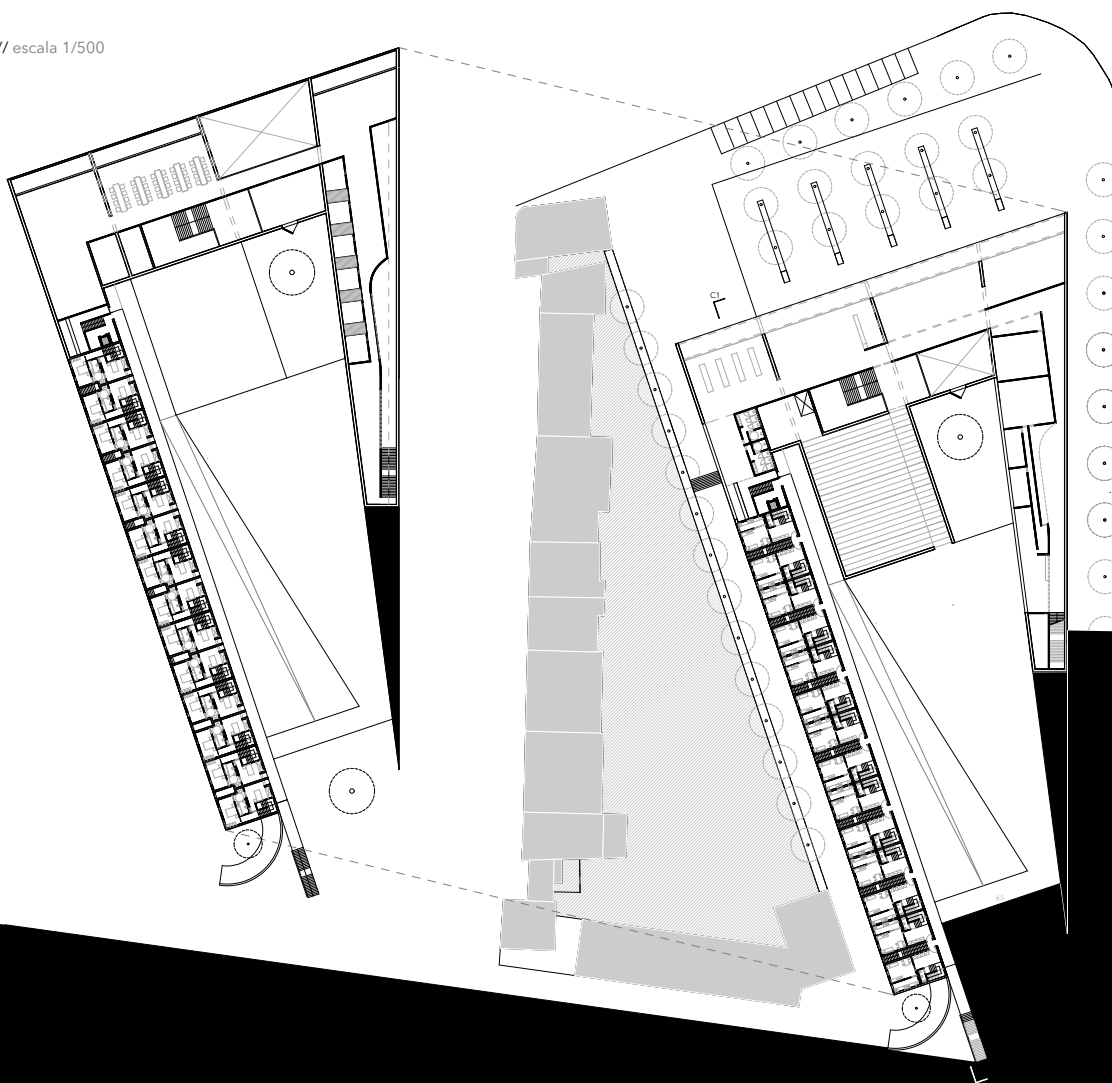
CORTE C1 // escala 1/250



ALÇADO NORTE // escala 1/250



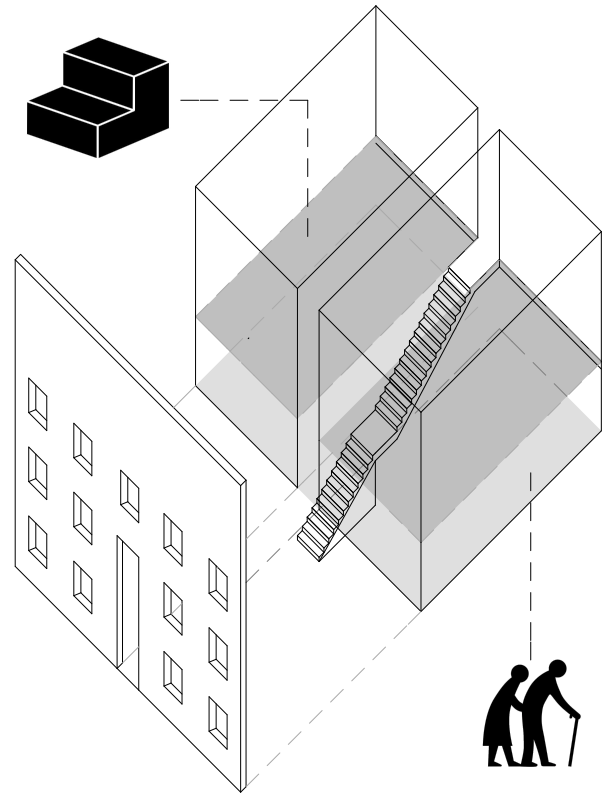
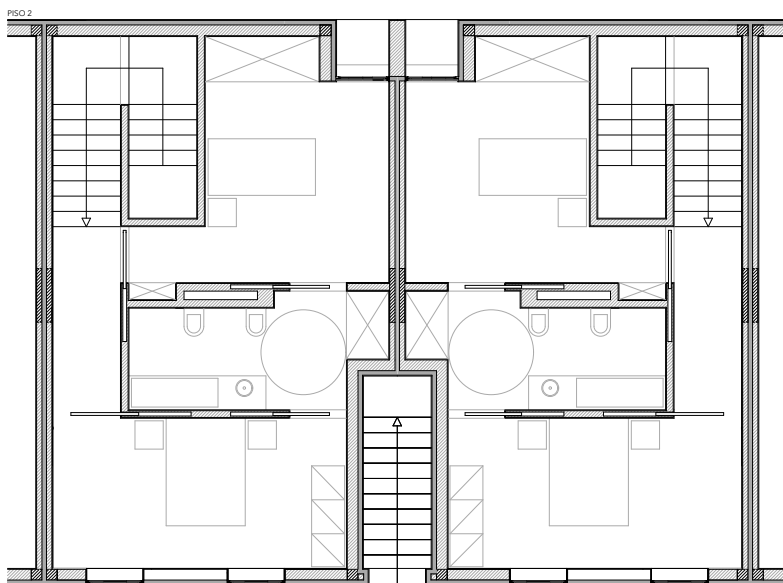
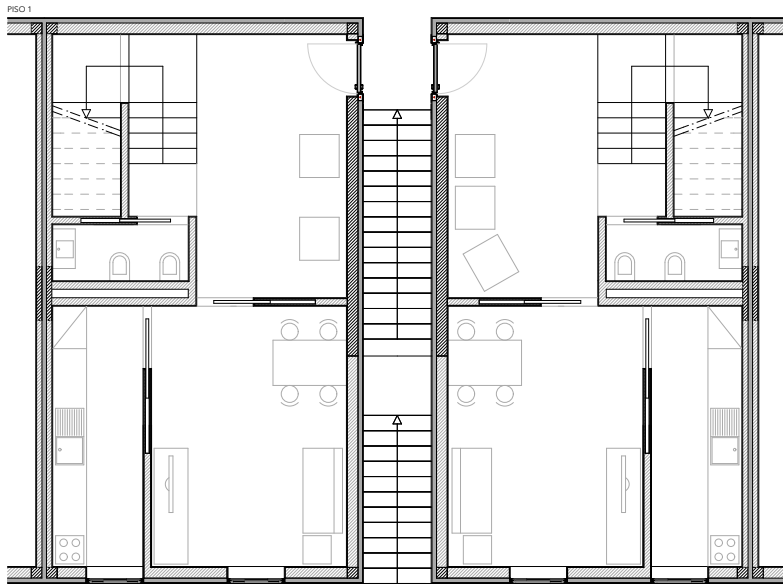
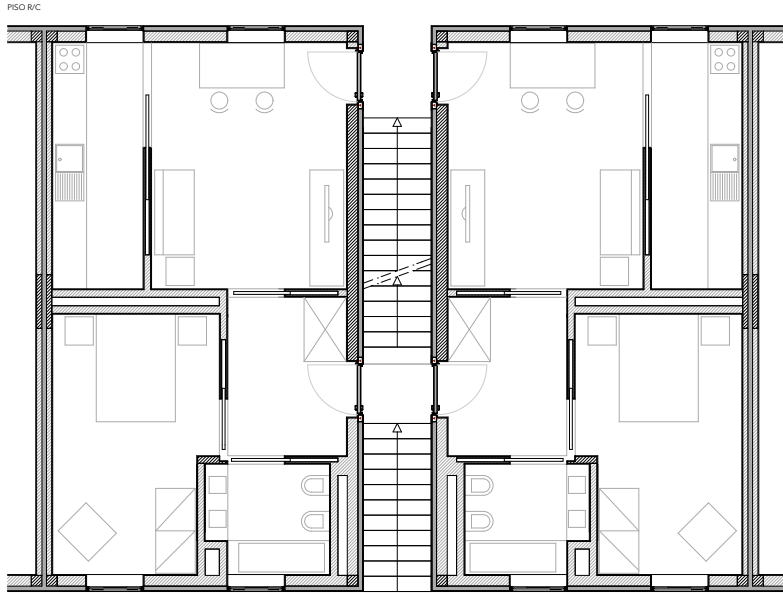
PLANTA PISO INTERMÉDIO // escala 1/500



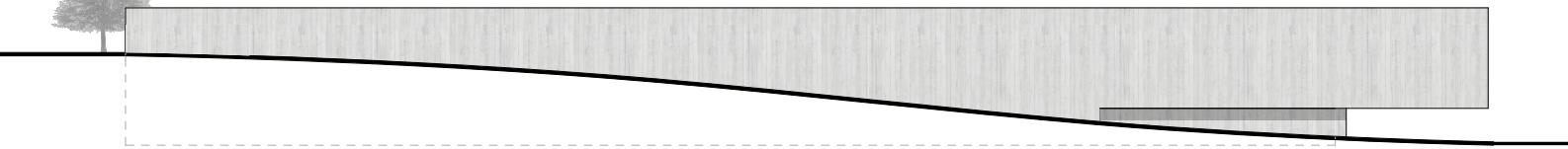
CORTE CONSTRUTIVO // escala 1/20

- 1 // Estuque 1,2cm / Alvenaria 22cm / Poliestireno expandido ESP 6cm / Capoto 1,5cm
- 2 // Laje fungiforme com 22,5cm de caixão e 17,5cm de laje estrutural
- 3 // Pavimento em betão afagado 15cm
- 4 // Pedra calcária 5x5cm
- 5 // Almofada de areia 17cm
- 6 // Camada de forma com 2% de pendente
- 7 // Tola pitonada
- 8 // Poliestireno expandido EPS 8cm
- 9 // Bita

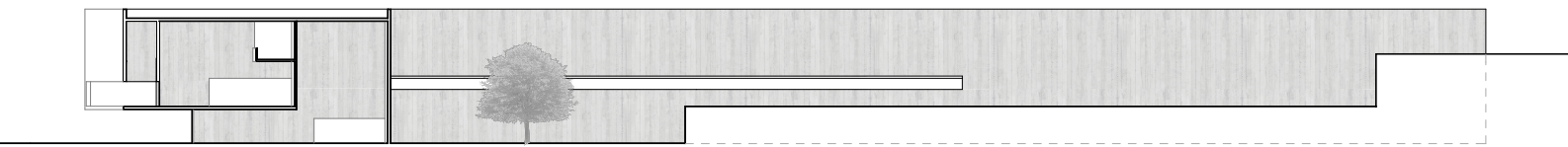




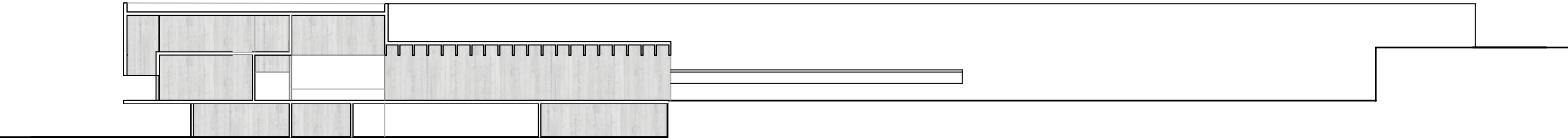
EIXO A NASCENTE



EIXO B POENTE



EIXO C POENTE



EIXO D POENTE





